



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Entre a ação e a especulação – o papel do corpo em *Matéria e Memória*

Diôgo Costa Fernandes

Brasília

2015

DIÓGO COSTA FERNANDES

Entre a ação e a especulação – o papel do corpo em *Matéria e Memória*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Sampaio

Brasília

2015

Dissertação apresentada e _____ em 01/12/2015 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Evaldo Sampaio (Orientador) – UnB

Prof. Dr. Philippe Claude Thierry Lacour – UnB

Prof^a. Dr^a. Débora Cristina Morato Pinto - UFSCar

Agradecimentos

Ao professor Evaldo Sampaio, pela disponibilidade em me orientar nesse trabalho, pela confiança, respeito e atenção dedicada ao longo desses dois anos de mestrado.

À Companhia de Jesus, pela aposta e confiança em me destinar a esse estudo na etapa de formação do Magistério.

Aos amigos jesuítas, em especial aos que vivem na residência Xavier, aqui em Brasília, com os quais partilho a vida e a missão de Cristo.

Aos meus pais e irmãos, que sempre se esforçaram por dar a melhor educação, humana e acadêmica, além do carinho nas horas difíceis e incentivo ao estudo.

À CAPES, pelo incentivo financeiro que contribuiu significativamente para a pesquisa.

*“Não é o muito saber que sacia e
satisfaz a alma, mas o sentir e
saborear as coisas internamente”*

Santo Inácio de Loyola – EE2

Resumo

Esta dissertação trata do papel do corpo no primeiro capítulo de *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, de Henri Bergson. O estudo da relação entre o corporal e o mental adquiriu importância decisiva na Metafísica e na Teoria do Conhecimento, seja por sua relevância nas principais doutrinas da Filosofia Moderna, seja pela crença atualmente difundida nas Ciências Cognitivas de que haveria um paralelismo estrito ou uma redução ontológica entre os estados cerebrais e os estados mentais. Bergson concordou que há uma relação entre o corpo e a mente, mas não concedeu que esta implique em uma correspondência estrita entre o físico e o mental - antes, os estados mentais ultrapassariam os estados cerebrais. Para repensar a relação entre o corpo e a mente, Bergson adotou uma nova teoria da percepção segundo a qual o corpo vivo é um centro de ação e não de representação. Pretende-se aqui investigar as implicações ontoepistemológicas dessa peculiar teoria da percepção para a relação entre a mente e o corpo em contraste à posição com a qual esta polemiza diretamente, a da Psicofisiologia do século XIX. Para tanto, abordaremos os acordos e desacordos entre Bergson e a Psicofisiologia quanto às principais características do corpo humano que nos permitem um contato com o mundo material, a saber, a estrutura do sistema nervoso, a percepção e a sensação. Pela análise do sistema nervoso, veremos as principais características que o compõe e como se dá a relação entre um estímulo externo e sua repercussão no corpo humano, do ponto de vista biológico. Em se tratando da percepção, abordaremos suas principais características, acentuando seu papel de dispor o corpo para agir no mundo. Por fim, no que toca a sensação, veremos em que esta se diferencia da percepção e qual seria seu lugar no corpo humano. Nossa estratégia hermenêutica se baseia em um estudo conceptual e bibliográfico do primeiro capítulo de *Matéria e Memória* e outros textos bergsonianos complementares à obra em questão. Nossa hipótese, enfim, é de que uma reconstrução da filosofia da percepção de Bergson permite reorientar a nossa concepção sobre a aquisição e o alcance do nosso conhecimento do real.

Palavras-chave: Teoria do Conhecimento; Filosofia da Percepção; Filosofia Francesa Contemporânea; Psicofisiologia; Bergson, H.

Abstract

This thesis deals with the role of the body in the first chapter of *Matter and Memory: Essay on the relation of the body and spirit*, by Henri Bergson. This study of the relation between bodily and mental aspects has acquired capital importance in Metaphysics and in Theory of Knowledge, or by its relevance in the main doctrines of Modern Philosophy, or by the actual belief that it has been spreading out in the cognitive sciences that would have a strict parallelism or an ontological reduction between brain and mental states. Bergson agreed that there was a relation between the body and the mind, but did not grant that relation implies a strict correspondence between physical and mental aspects – before, the mental states would exceed the brain states. For rethinking the relation between mind and body, Bergson adopted a new theory of perception whereby the living body is assumed as a center of action instead a representation. It is intended here to investigate the onto-epistemological implications of this peculiar theory of perception for the relation between mind and body in contrast the position with which this theory directly polemicizes: the Psychophysiology the nineteenth century. To demonstrate that, we will discuss the agreements and disagreements between Bergson and Psychophysiology about the main features of the human body which allow us a contact with the material world, namely, the structure of the nervous system, perception and sensation. For examining the nervous system, we will see the main features that constitute itself and how is the relation between an external stimulus and its effect to the human body, from the biological point of view. In the case of perception, we will approach its main characteristics, emphasizing its role to dispose the body to act in the world. Finally, with regard the sensation, we will see wherein sensation differs from perception and what would be its place in the human body. Our hermeneutical strategy is based on a conceptual and bibliographical study of the first chapter of *Matter and Memory* and other complementary Bergsonian texts to this work in question. Our hypothesis, in short, is that a reconstruction of the Bergson's Philosophy of Perception allows reorienting our conception on the acquisition and scope of our real knowledge.

Keywords: Theory of Knowledge; Philosophy of Perception; Contemporary French Philosophy; Psychophysiology; Bergson, H.

Lista de abreviações das obras de Bergson mencionadas

AB – *Annales Bergsoniennes II*.*

APM – *Aulas de Psicologia e de Metafísica*.*

DI - *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*.

MM - *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*.

MM(ec) - *Matière et mémoire: Essai sur la relation du corps à l'esprit. Edição crítica*.

M – *Mélanges*.

PM - *O Pensamento e o Movente*.

PM(ec) - *La pensée et le mouvant. Edição crítica*.

EE - *A Energia Espiritual*.

ES(ec) - *L'énergie spirituelle. Edição crítica*.

*O material utilizado em *Annales Bergsoniennes II* e *Aulas de Psicologia e de Metafísica* não foram publicados por Bergson, são oriundos de cursos ministrados pelo autor em sua carreira de professor, na França. Em seu testamento, Bergson, expressamente, proibiu a publicação de qualquer escrito que remetesse às suas aulas, sejam notas tomadas pelos alunos, sejam notas do próprio Bergson.¹ Contudo, como afirma Henri Gouhier, que escreveu o prefácio de *Aulas de Psicologia e de Metafísica*, não se pode esquecer ou atenuar a orientação dada por Bergson, mas o contexto filosófico, hoje, é outro. Esse material foi publicado muito tempo depois, praticamente 100 anos após a publicação de *Dados imediatos da consciência*. Além do mais, continua Gouhier, Bergson atingiu em cheio a História da Filosofia, juntando-se a grandes autores que marcaram a história do pensamento filosófico. Não haveria motivo para que Bergson não fosse tratado como seus predecessores.² Julgamos conveniente o uso desse material, na medida em que se faz complementar à argumentação em *Matéria e Memória*.

¹ GOUHIER, Henri. Prefácio a *Aulas de Psicologia e Metafísica*, in: AMP, p.IX-XII.

² Ibid, AMP, p.XIII

Sumário

Introdução.....	9
1. Capítulo I – Psicologia Experimental e paralelismo psicofisiológico.....	22
1.1 – As origens modernas da Psicologia Experimental.....	24
1.2 – O paralelismo psicofisiológico.....	32
2. Capítulo II – A percepção da matéria.....	44
2.1 – Da colocação do problema em termos de imagens.....	47
2.2 – O papel do sistema nervoso.....	54
2.3 – Teoria da Percepção Pura.....	61
2.4 – Crítica ao Realismo e ao Idealismo como bases do paralelismo psicofisiológico.....	72
3. Capítulo III – O corpo humano e as sensações.....	83
3.1 – Crítica das sensações.....	83
3.2 – Teoria da Percepção Pura corrigida.....	95
Conclusão.....	102
Referências bibliográficas.....	110

Introdução

Os nossos sentidos nos abrem as portas ao mundo. A diversidade de nossas experiências perceptivas e sensitivas é tanta que podemos passar horas e horas em um pequeno jardim, captando o aroma e os sons ao nosso redor de maneira sempre renovada. A estrutura perceptiva humana é tal que podemos apreender um mesmo objeto por meio de sentidos diferentes. Podemos até potencializar nossos sentidos através de instrumentos como microscópios ou suprir deficiências sensoriais, como os aparelhos auditivos e os óculos. Muitas vezes, ao enxergamos uma pessoa de longe, julgamos reconhecê-la como alguém que nos é familiar; porém, pode nos acontecer que, ao enxergar a mesma pessoa mais de perto, algumas vezes notamos que não se tratava de quem havíamos lembrado. O próprio desenvolvimento cognitivo humano é, sobretudo, uma educação dos sentidos, pela qual atribuímos significado aos sons que ouvimos ou distinguimos entre as várias formas que se nos apresentam. Inclusive o dado da fé, para o povo judeu, em suas raízes, era transmitido pela oralidade. Às percepções se associam uma grande variedade de lembranças e sensações corporais, o que faz desse conjunto algo importante para o processo histórico da humanidade.

Foi na tomada de consciência da importância dos dados fornecidos pelos nossos sentidos para o conhecimento humano que muitos filósofos começaram a refletir sobre qual seria o papel da percepção e da sensação na constituição do conhecimento. Os primeiros estudos sobre o fenômeno da percepção não o distinguem do que hoje denominamos de “sensação”; logo, ao visitarmos as doutrinas, por vezes nos deparamos com um mesmo termo (*aesthesis*) que pode, pelo contexto, significar “sensação” ou “percepção”.¹ No *Teeteto*, Platão se colocou a questão se aquilo que apreendemos pela “sensação-percepção” é conhecimento. De modo geral, o que nos é dado pelos sentidos não seria objeto de conhecimento; sobre o mundo sensível podemos ter apenas opiniões. Na descrição da “sensação-percepção”, Platão afirmou que os sentidos e a mente trabalham juntos, pois algumas propriedades, como existência, identidade, diferença entre os objetos, são juízos da mente. O fenômeno perceptivo se aproximaria, então, do tornar-se consciente dos objetos sensíveis.² Já Aristóteles tratou o

¹ HAMLIN, 1963, p.1-3. Hamlyn também sugere que não temos segurança em afirmar que, pelo fato da Filosofia Antiga possuir o termo “*aesthesis*”, este se vincula a um conceito de percepção. Além do mais, o termo “*aesthesis*” era aplicado por Platão e Aristóteles em diferentes contextos, o que sugere não só a amplitude do termo, mas a ausência de precisão para o fenômeno da percepção como compreendemos hoje.

² *Ibid*, p.10-16.

modo como as nossas sensações, ao se entrelaçarem com as lembranças, tornar-se-iam um saber.³ Nesse sentido, Hamlyn comenta que há modos diferentes de se compreender a “sensação-percepção” em Aristóteles. Esta teria uma dimensão passiva, ao ser afetado pelos objetos exteriores, e uma dimensão ativa, quando, a partir dos dados sensíveis, fazemos declarações sobre os objetos.⁴ Quando da renovação medieval dos estudos aristotélicos, Tomás de Aquino, dando continuidade às ideias peripatéticas, defendeu que os primeiros dados de nosso conhecimento são fornecidos pelos nossos sentidos.⁵ Já Descartes, nas *Meditações sobre a Filosofia Primeira*, rejeitou a filosofia escolástico-aristotélica justamente porque esta se apoiava nos dados oferecidos pelos sentidos. Na *primeira meditação*, põe-se em dúvida tudo o que havia aprendido, pois os sentidos, que pareciam fornecer o alicerce de nosso conhecimento, muitas vezes eram uma fonte de engano.⁶ Por sua vez, David Hume retoma em novas bases a prioridade epistemológica da percepção ao distinguir as impressões de nossos sentidos e as ideias de nossa mente pelo critério da vivacidade, dizendo que as ideias são menos vívidas que os dados da percepção.⁷ E a filosofia de Kant, na tentativa de reconciliar o mundo material e o conhecimento do mundo, nos diz que nosso conhecimento é fundado por entidades exteriores à mente humana. Todavia, a mente humana possui estruturas próprias que limitam o modo de como podemos conhecer algo, estabelecendo uma diferença entre aquilo que percebemos pelos sentidos e que relacionamos pelas nossas estruturas de conhecimento com aquilo que as coisas seriam nelas mesmas.⁸ Enfim, quando repassamos as principais discussões sobre as estruturas do conhecimento humano, facilmente notamos que alguns temas recorrentes, como a relação entre a realidade do mundo exterior, são tratadas à luz do fenômeno da percepção.⁹ Portanto, o estudo da percepção está diretamente associado a alguns dos principais momentos da investigação filosófica sobre o conhecimento.

Na Filosofia Contemporânea, talvez nenhum autor interrogou de maneira mais original

³ Para Aristóteles, a sensação pode ser entendida como a percepção das coisas do mundo pelos seres vivos. Ele situa nos sentidos o início do conhecimento. Nos seres vivos em que a sensação persiste, pela repetição, formam-se conceitos e engendra-se a memória. Esta, por seus repetidos usos, leva à experiência e ao estágio maior do conhecimento. Ver: DUMONT, Jean-Paul. *Elementos de História da Filosofia Antiga*. Brasília: Editora UnB, 2004. pp.440-441.

⁴ HAMLYN, 1963, p.19.

⁵ TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Suma de Teologia*. 2.ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1994, pp. 759-772.

⁶ Para Descartes, no afã de construir um conhecimento sobre bases sólidas, bastaria que os sentidos o enganassem apenas uma vez para que fossem rejeitados como fontes seguras do conhecimento. Ver: DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Coimbra: Almedina, 1988. p.105-108.

⁷ Hume escreve: “Quando refletimos sobre nossas experiências e afecções passadas, nosso pensamento atua como um espelho e copia corretamente os objetos, mas as cores que emprega são pálidas e sem brilho em comparação com as que revestem nossas percepções originais. Ver: HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Unesp, 2004, p.34.

⁸ HAMLYN, 1963, p.131-132.

⁹ ABBAGNANO, 2000, p.183.

as implicações filosóficas e científicas do fenômeno da percepção, da sensação e do papel do corpo na constituição do conhecimento do que Henri Bergson (1859-1941). Ao longo de sua carreira filosófica, Bergson escreveu várias obras¹⁰ e a recepção de sua filosofia foi muito variada. Édouard Le Roy, contemporâneo de Bergson, asseverou que a doutrina do mestre retoma uma intuição, já expressada por Maine de Biran e Félix Ravaisson, segundo a qual a filosofia trataria do real não apenas a partir da matéria, mas também do espírito.¹¹ É com base nessa via “espiritualista” que Le Roy aponta o pensamento bergsoniano como uma *nova filosofia*:

Isso que Ravaisson tinha apenas pressentido, o próprio M. Bergson o faz: com uma precisão que dá corpo ao suspiro impalpável e flutuante de inspiração primeira; com uma profundidade que renova igualmente as provas e as teses; com uma originalidade criadora que defende a crítica ansiosa por justiça e por exatidão de insistir em estabelecer todas pesquisas de pensamento.¹²

Essa “nova filosofia” de Bergson se caracterizava por relacionar os estudos de Filosofia com os dados fornecidos pelas Ciências de seu tempo. Em especial, a conjunção de temas relacionados à Metafísica e à Psicologia formou o conteúdo básico dos estudos de Bergson em seus dois primeiros livros: *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência* (1889) e de *Matéria e Memória: Ensaio sobre a Relação entre o Corpo e o Espírito* (1896). Nessas duas obras, o autor trabalhou sua filosofia diretamente em diálogo com os resultados da psicologia daquele período.

Quanto ao desenvolvimento de seu pensamento, Bergson, no prefácio de seu último trabalho, a coletânea *O Pensamento e o Movente*,¹³ ofereceu-nos um documento precioso sobre como ele veio a entrelaçar a Metafísica e a Psicologia. Inicialmente, Bergson articulou o panorama filosófico e científico de sua época no qual as Ciências, de um modo geral, demonstravam um crescimento em credibilidade, dado o sucesso de seus resultados, e a Filosofia esbarrava em sistemas filosóficos complexos que pouco respondiam as questões humanas. No dizer do próprio Bergson,¹³ seu encantamento pela obra de Herbert Spencer¹⁴ se

¹⁰ Além de suas quatro publicações maiores [*Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* (1889), *Matéria e Memória* (1896), *Evolução Criadora* (1907) e *As duas fontes da moral e da religião* (1932), Bergson também escreveu *O riso* (1899), *Energia Espiritual* (1919), *Duração e Simultaneidade* (1922) e *O Pensamento e o Movente* (1934). Seus cursos e uma parte de suas correspondências foram publicadas posteriormente, além de um volume de escritos filosóficos (ainda não traduzidos ao português).

¹¹ LE ROY, 1913, p. 121-122.

¹² Ibid, p. 125.

¹³ PM, p.3-102.

¹³ Ibid, p.4.

¹⁴ “[...] o que caracteriza exteriormente a obra de Spencer é, sobretudo, sua capacidade incomum de expor contextos complicados com extraordinária clareza e com transparente estrutura.” (STÖRIG, 2009, p.418). De

deu a partir dessa segurança que as respostas científicas apresentavam. Todavia, Bergson informou que, após um primeiro contato com o pensamento evolucionista de Spencer, e na tentativa de consolidá-lo, compreendeu que a noção de tempo ali presente era muito suspeita. Quando se trata da evolução, a passagem do tempo se mostra de suma importância, pois processos evolutivos se desenrolam no tempo.¹⁵ Esse tempo, segundo Bergson, escaparia à Matemática, pois a essência da temporalidade consiste em passar. Já o tempo matemático seria uma linha em que instantes se sucedem. Bergson bem notou que a experiência que o ser vivo tem do tempo é diferente do tempo quantificado pela Física, pois a característica primordial do primeiro é a continuidade; já o tempo para os matemáticos ou físicos poderia ser acelerado ao infinito ou desacelerado e ainda assim não deixaria de ser uma unidade de medida útil para as previsões que a Ciência procura fazer.¹⁶ Sobre essas diferenças de perspectivas quanto ao tempo, Bergson ainda escreveu:

A linha que medimos é imóvel, o tempo é mobilidade. A linha é algo já feito, o tempo é aquilo que se faz e, mesmo, aquilo que faz de modo que tudo se faça. A medida do tempo nunca versa sobre a duração enquanto duração; contamos apenas um certo número de extremidades de intervalos ou de momentos, isto é, em suma, paradas virtuais do tempo.¹⁷

Dada essa distinção entre o tempo que escapa às matemáticas e o tempo espacializado, Bergson caracterizou o tempo como *duração*. Esta seria um fluir da realidade, mas como continuidade e mobilidade: um fluir ininterrupto em direção à novidade, sem justaposição de fatos, uma continuidade não fragmentada da realidade que se move em direção ao imprevisível, visto que ela se cria na medida em que dura.¹⁸ Essa visão do tempo como duração conduziu o autor à reflexão sobre a interioridade humana, pois ele se deparou com psicólogos e filósofos que buscavam reconstruir os fatos da consciência tendo como base a concepção matematizada do tempo.¹⁹ Bergson percebeu que a duração e a consciência estão intimamente ligadas: “Ao invés de estados contíguos a estados, que se tornam palavras justapostas a palavras, eis a continuidade indivisível e, por isso mesmo, substancial fluxo da

fato, o pensamento de Spencer foi marcante para o século XIX. É isso que nos diz Störig ao relatar algo de sua vida e obra. Störig apresenta Spencer como o mais influente filósofo inglês do século XIX. Ele contribuiu em diversas áreas, como a sociologia, psicologia, filosofia, biologia, com especial destaque para teorias evolucionistas. Esse conjunto de qualidades conquistou adeptos, dentre eles Bergson. Para uma ideia geral sobre o *evolucionismo* de Spence, ver: ABBAGNANO, 2000, p.395-396.

¹⁵ PM, p.4.

¹⁶ Ibid, p.5.

¹⁷ Ibid, p.5.

¹⁸ Ibid, p.146-147. Bergson, nessas páginas, também comentou que a *duração* seria o método mais apropriado à Filosofia, pois assumiria o tempo real da experiência humana.

¹⁹ Ibid, p.6.

vida interior”.²⁰

Esse despertar para a duração foi o que conduziu Bergson a seu primeiro livro, o citado *Ensaio sobre os Dados imediatos da consciência*. Ao assumir a *duração* como a perspectiva apropriada para refletir sobre a vida interior, o autor se propôs aplicá-la como método a um problema que ele observou nas práticas psicológicas do século XIX que questionavam a liberdade humana.²¹ Esse método, propriamente dito, recebeu posteriormente o nome de método intuitivo.²² O problema da liberdade se colocou para a filosofia bergsoniana na medida em que os psicólogos transportaram um determinismo da matéria²³ para a vida interior.²⁴ Riquier formulou uma das questões básicas dos *Dados Imediatos* do seguinte modo: como responder à prática psicológica que postula um determinismo psíquico a partir de um determinismo da matéria?²⁵ O trabalho de Bergson foi buscar as bases que levariam a Psicologia a postular que um determinismo da matéria implicaria um determinismo da vida interior.

Para contrapor-se ao determinismo, Bergson fez da liberdade a questão central dos *Dados Imediatos*. A ação livre é, então, a retomada da duração e é nesse sentido que ele diz que “[...] é preciso reinstalar-se na duração pura.”²⁶ É diante de um panorama de

²⁰ PM, p.29.

²¹ Ibid, p.22.

²² Para Bergson, a *intuição* seria o método que caracteriza a prática filosófica, pois ela tem como ponto de partida a *duração*. A intuição visa o conhecimento de algo inserido no fluxo da vida interior, conhecimento que seria um contato e uma coincidência com aquilo que se conhece, seja algo material ou não. Ela é o conhecimento que alcança a duração Ver: PM, p.27-31. Bergson deu uma conferência em Bolonha no ano de 1911. Nessa conferência, intitulada *A intuição filosófica*, o autor descreveu o processo de constituição do método filosófico, marcou a diferença entre o método científico e o filosófico e apresentou as vantagens da aplicação do método filosófico para os problemas e questões da vida interior. Ver: PM, p.123-148. Ainda nessa conferência, ele escreveu: “Desçamos então para o interior de nós mesmos: quanto mais profundo for o ponto que tivermos alcançado, mais forte será o ímpeto que nos devolverá à superfície. A intuição filosófica é esse contato, filosofia é esse ela.” Ver: PM, p.143-144.

²³ Bergson, em sua primeira obra, caracterizou o determinismo físico do seguinte modo: “E o matemático que conhecesse a posição das moléculas ou átomos de um organismo humano, num determinado momento, bem como a posição e o movimento de todos os átomos do universo capazes de o influenciar, calcularia com uma precisão infalível as ações passadas, presentes e futuras da pessoa a que pertence esse organismo, como se prediz um fenômeno astronômico.” Ver: DI, p.102.

²⁴ Sobre isso, Riquier comentou que Bergson criticou a Psicologia da época dele porque esta, na pretensão de se constituir como ciência, assumiu o modelo matemático como meio de colocar seus resultados em equações matemáticas. Isso se tornaria inviável, dado que a matemática tem uma concepção de tempo diferente da concepção que é mais apropriada para se tratar dos dados da consciência. Foi por isso que no primeiro capítulo de *Dados imediatos* Bergson criticou a tentativa da Psicologia de mensurar, por exemplo, a sensação de uma dor, dizendo que esta seria maior que aquela. Ver: RIQUIER, 2009, p.283-284.

²⁵ RIQUIER, 2009, p.298.

²⁶ PM, p.13. Ainda nessa página o autor explicou o que seria o ato livre e sua relação com a previsão das ações humanas. Ele explicou que poderíamos fazer, no máximo, projeções exteriores das nossas ações futuras. Entretanto, o conteúdo e o estado de alma não poderiam ser determinados, pois eles são a conjunção do estado presente mais aquilo que será vivido até a projeção futura. Não é possível encurtar ou suprimir essa duração do tempo e, por causa disso, não é possível prever qual será o estado de alma futuro. É nesse sentido que Bergson, em outra passagem do texto, assumiu a liberdade como um fato, visto que ela se vincula a duração. Ver: PM,

esquecimento da vida interior que o autor nos convidou a reassumir a duração para, a partir dela, compreender que a proposta de um determinismo da vida interior seria contrária à experiência real do tempo.²⁷ De fato, pensar que a interioridade humana estaria determinada pelos aspectos físicos do cérebro significaria assumir o tempo matemático como critério para a análise da vida, ou seja, “uma confusão da duração com a extensão.”²⁸ Um exemplo dessa confusão seria a análise dos estados interiores, tendo o caso da dor como paradigma. Segundo Bergson, tais estados pertenceriam ao domínio da vida interior e estariam inseridos na dinâmica de uma continuidade e prolongamento progressivo, o que é próprio da duração. A pretensão de os mensurar surgiu na medida em que psicólogos os retiraram dessa continuidade e os analisaram isoladamente, fixando aquilo que é móvel.²⁹ Esse procedimento³⁰ é a aplicação de uma análise fragmentada daquilo que é contínuo, o que não retrataria mais a especificidade da vida interior. Em todo caso, já podemos visualizar que a relação entre os estados corporais e os estados mentais ocupou lugar de destaque na primeira obra de Bergson.

Quanto à questão sobre o tempo, esta esteve em debate nas edições de 1885 da *Revue philosophique*, na França. Segundo Papadopoulo, foi nesse período que Bergson entrou em contato com a obra de William James e James Ward. Tais obras, de cunho mais psicológico, já esboçavam a continuidade móvel do *eu*, da interioridade humana, que diferiria do modo como as ciências daquele contexto compreendiam o tempo.³¹ Frédéric Worms comenta que a distinção entre a noção de tempo como uma continuidade e a noção de tempo como uma linha imóvel marcou o início dos escritos de Bergson, sendo mais que uma distinção puramente teórica, mas uma distinção prática e que leva em consideração a observação da vida.³² Worms ainda continua: “De fato, se há uma intuição de Bergson, é precisamente esta: *a confusão do espaço com o tempo mascara-nos a realidade de nossa vida interior em nome de necessidades de nossa vida prática.*”³³.

p.82.

²⁷ PM, p.22.

²⁸ Ibid, p.23. “Extensão” aqui se refere à matéria e à capacidade de ser analisável a partir da decomposição.

²⁹ Ibid, p.23.

³⁰ Esse seria o método da Ciência em geral para seus trabalhos com a matéria inerte. A Ciência se prende àquilo que é físico-químico na matéria e nos fenômenos orgânicos. Quanto a esse procedimento, Bergson não levantou questionamento, mas também não concorda que este seja utilizado para se pensar nas coisas do espírito, naquilo “[...] que é propriamente vital no vivo.” Ver: PM, p.36.

³¹ PAPANDOPOULO, 1942, p. 97.

³² WORMS, 2010, p.11-12.

³³ Ibid, p.14. Grifo do autor. Worms utiliza os termos “espaço” e “tempo” porque Bergson, no desenrolar de sua filosofia, percebeu que o tempo retratado pelas Ciências, no fundo, não passa de uma transposição das características do espaço ao tempo, com o intuito de garantir à atividade científica a característica da previsibilidade, útil para nossa organização no mundo. Podemos ler isso nas próprias palavras de Bergson: “Ao

A recepção dos *Dados Imediatos* também é marcada por incompreensões e recusas. Azouvi, em *La gloir de Bergson*, escreveu que a *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*, editada por Theodule Ribot, apesar de não tratar frequentemente de temas de metafísica, não ficou alheia à publicação da primeira obra de Bergson e publicou duas resenhas sobre os *Dados Imediatos*. Estas resenhas, escritas por Lucien Lévy-Bruhl e Gustave Belot, elogiavam as críticas feitas à teoria do conhecimento de Kant, porém não aceitavam a argumentação bergsoniana acerca da liberdade.³⁴ Por sua vez, os editores da *Revue de métaphysique et morale* criticaram o primeiro livro de Bergson sob o argumento de que havia muitos pontos obscuros e afirmações pouco justificadas quanto à metafísica e à psicologia.³⁵ Já a revista *Annales de Philosophie chrétienne*, de orientação tomista, publicou um artigo de George Lechalas, segundo o qual, embora profunda e original, devia-se ter reservas quanto ao texto bergsoniano pela ausência de qualquer menção ao tomismo.³⁶ A ausência de qualquer menção ao tomismo na reflexão desse livro apontaria para um novo modo de compreender a Metafísica que Bergson inaugurava: uma Metafísica que dialogava com as Ciências. De acordo com Viellard-Barron, outros defensores do tomismo levantaram críticas à Metafísica bergsoniana, acusando-a de renegar o ser em detrimento da mudança.³⁷

Outro ponto que Bergson notou como contraditório na afirmação de um determinismo universal foi a consideração de uma relação de correspondência entre os estados cerebrais e os estados psicológicos. Até o momento da redação dos *Dados imediatos*, não havia alguma experiência ou estudo que comprovasse tal relação de correspondência.³⁸ Com isso, o autor notou que a afirmação de um determinismo psicológico se apoiava em uma hipótese metafísica: a correspondência entre os estados cerebrais e os estados psicológicos. Compreender que a análise da vida interior era feita desconsiderando a duração e intuir que a base de um determinismo psicológico era uma hipótese metafísica, e não uma tese baseada e justificada nos estudos da matéria, foi suficiente para que Bergson rejeitasse as investidas

longo de toda a história da filosofia, tempo e espaço são colocados no mesmo plano e tratados como coisas do mesmo gênero. Estuda-se então o espaço, determina-se sua natureza e função, e depois se transportam para o tempo as conclusões obtidas.” PM, p.7.

³⁴ AZOUVI, 2007, p.42-46.

³⁵ Ibid, p.48.

³⁶ Ibid, p.41.

³⁷ Segundo Viellard-Barron, Maritain criticaria a concepção bergsoniana de tempo, a duração, para salvaguardar a substancialidade do ser. A questão que se colocaria a Maritain seria a possibilidade de conservar o ser, na medida em que Bergson afirmava que a realidade é a mudança. Outro tomista e crítico de Bergson foi o padre Sertillanges que “viu no bergsonismo um empirismo metafísico ambíguo e problemático. Ver: Id, 2007, p.93-95.

³⁸ DI, p.103. Bergson chegou a comentar que esse determinismo universal, baseado nessa relação de correspondência entre os estados cerebrais e os estados psicológicos, era uma regra metodológica adotada pelos cientistas, mas que foi se instalando como fato. Ver: PM, 82. Também essa é a interpretação de Riquier, na medida em que ele explica que a hipótese do determinismo universal não se apoia na experiência. Ver: Id, 2009, p.299.

feitas contra a liberdade. A questão do determinismo psicológico surgiria para o autor na medida em que se concebeu a relação entre a matéria e o espírito de um modo específico, ou seja, uma relação de correspondência. Este modo específico de conceber a relação entre o que é material e o que é espiritual o despertou para um problema mais basilar: a relação entre a matéria e o espírito.³⁹ Riquier defende a ideia de que a liberdade foi o tema, dentre as várias possibilidades, que marcou o início da obra de Bergson. Todavia, o estudo da relação entre o corpo e o espírito suscitou uma discussão que, por mais que seja posterior cronologicamente à reflexão bergsoniana sobre a liberdade, antecede-a conceitualmente.⁴⁰ Desse modo, o corpo humano passou a ser um objeto de um estudo aprofundado por parte de Bergson e, assim, chegamos à obra central dessa pesquisa, a saber, *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*.

O contexto de recepção desta obra não foi muito diferente da anterior. Isso fica evidente pelos bons comentários à obra, mas também pela dificuldade em classificar o livro. Essa foi a questão que se colocou Gustave Belot ao escrever um artigo para a *Revue philosophique*, comentando as primeiras impressões do livro.⁴¹ Frédéric Worms também apresenta dados que corroboram a ideia de Azouvi sobre a dificuldade em classificar a segunda obra-prima de Bergson⁴². Worms resgata, por exemplo, um comentário de um antigo professor de Bergson, Albert Thibaudet, que nos fala sobre a dificuldade que as pessoas encontravam em compreendê-la.⁴³ Willian James, amigo de Bergson, após duas leituras de *Matéria e Memória*, notou a grandiosidade do livro, mas também as dificuldades de compreensão. Ele escreveu a Bergson: “É um livro de gênio, e de um gênio requintado. Ele opera uma pequena revolução Copernicana, como fizeram em seus tempos os *Princípios* de Berkeley ou a *Crítica* de Kant [...]”⁴⁴ Tudo leva a crer que os leitores não conseguiam mergulhar na densidade do livro, daí algumas rotulações de “original”, “sutil”, “engenhoso”, mas “cientificamente suspeito”.⁴⁵ Segundo Azouvi, esse livro é, dentre as obras de Bergson, o

³⁹ PM, p.82.

⁴⁰ RIQUIER, 2009, p.312-313.

⁴¹ AZOUVI, 2007, p.54-55. Também nessa passagem do texto, Azouvi nos diz que essa dificuldade em classificar Bergson se deve ao fato de que ele levanta críticas ao *idealismo*, *realismo*, *empirismo* e *espiritualismo*.

⁴² É por isso que Worms resgata uma fala de Gustave Belot, afirmando que *Matéria e Memória* nos apresenta “um novo espiritualismo”. Ver: WOMS, 1997, p.5.

⁴³ WOMS, 1997, p.8. A fala de Thibaudet marca que, inicialmente, os poucos ecos da obra se deviam à não compreensão do livro.

⁴⁴ M, p.567. Tradução nossa e grifos do autor.

⁴⁵ Para a recepção de *Matéria e Memória*, Gustave Belot escreveu uma resenha para a *Revue philosophique* e Victor Delbos escreveu uma para *Revue de métaphysique et morale*. Ambos falam da originalidade e engenhosidade da obra. Por outro lado, na mesma resenha, Delbos levantaria objeções à obra, afirmando que ela é cientificamente suspeita quando se tratava de fundar um conhecimento dos objetos. Ver: AZOUVI, 2007, p.54-56.

que com mais dificuldade se impõe aos filósofos – daí o comentário de Merleau-Ponty , em 1959, de que essa era a obra menos lida do autor. A isto, ele ainda escreveu: “Hoje, ela é geralmente considerada como a mais poderosa de seu autor”.⁴⁶

A despeito das polêmicas quanto à sua recepção, *Matéria e Memória* é uma obra de impacto e que deu grande projeção ao seu autor. Esse livro possui seis partes bem entrosadas entre si: uma divisão composta por um prefácio; primeiro capítulo, intitulado “Da seleção das imagens para a representação. O papel do corpo”; segundo capítulo, “Do reconhecimento das imagens. A memória e o cérebro”; terceiro capítulo, “Da sobrevivência das imagens. A memória e o espírito”; quarto capítulo, “Da delimitação e fixação das imagens. Percepção e matéria. Alma e corpo”; e a seção chamada “Resumo e conclusão”. Worms sugere que podemos ler a obra através de três princípios, situando assim uma divisão do livro: i) uma teoria do conhecimento, circunscrita no primeiro capítulo; ii) uma psicologia geral a partir de uma teoria da memória, nos dois capítulos centrais; iii) e o problema do dualismo, tratado a partir da metafísica, no quarto capítulo.⁴⁷

Bergson reconheceu, posteriormente, que alguns leitores tiveram dificuldades de leitura de *Matéria e Memória* - daí um comentário posterior em que fez referência à assimilação do primeiro capítulo.⁴⁸ Das seções do livro, o segundo prefácio, o qual substituiu o original por ocasião da tradução inglesa do livro, em 1911, merece destaque, pois nele Bergson ofereceu ao leitor um fio condutor dos problemas tratados no livro, além de maior explicitação da argumentação a ser desenvolvida.⁴⁹ No primeiro prefácio, composto apenas por cinco parágrafos, o autor assumiu outra linha de apresentação da obra, sugerindo o terceiro capítulo do livro como ponto de partida do trabalho.⁵⁰ Bergson se contentou a expor

⁴⁶ AZOUVI, 2007, p.58. Nesse trecho, Azouvi faz remissão a comentários tanto de Frédéric Worms, como de Paul Ricoeur. Também Vladimir Jankélévitch está de acordo com essa ideia quanto afirma que, talvez, essa seja a obra mais genial de Bergson (Id, 2008, p.80).

⁴⁷ WORMS, 1997, p.11-12.

⁴⁸ PM, p.87. Bergson, nessa página, fez remissão a alguns conceitos trabalhados no primeiro capítulo de *Matéria e Memória*, cuja compreensão foi julgada como obscura por parte de alguns leitores, pois o problema da percepção não foi colocado por ele em termos kantianos, como era de costume na França, mesmo que em outros países se adotavam outros modelos filosóficos. A edição crítica de *O Pensamento e o Movente* apresenta que, provavelmente, Bergson estaria respondendo às incompreensões Georges Lechalas, autor de uma das primeiras resenhas de *Matéria e Memória* na revista *Annales de philosophie chrétienne*. Ver: PM(ec), p.369. Isso se confirmaria por uma carta de Bergson endereçada a Lechalas em que ele discutiu aspectos do funcionamento da percepção (M, p.410-413). No caso das novas terminologias adotadas para a teoria do conhecimento, provavelmente Bergson se referia à filosofia anglo-saxã, tendo Whitehead e Willian James como exemplos que e opções ao kantismo. Ver: PM(ec), 369-370.

⁴⁹ WORMS, 1997, p.8-9. Esse novo prefácio foi anexado também à edição francesa a partir de 1911. O prefácio que encontramos na tradução portuguesa de *Matéria e Memória*, já é esse segundo prefácio escrito por Bergson. Worms escreve: “Não é, então, apenas para responder a seus leitores, mas para iluminar a sua marcha em geral, que Bergson redigiu esse novo texto.” (Ibid, p.10).

⁵⁰ MM(ec), p.444-445.

as teses dos capítulos de modo a apenas comentar o caminho argumentativo que escolheu seguir. Por outro lado, no segundo prefácio, que ocupa nove páginas no livro⁵¹, o autor redesenhou sua apresentação da obra, explicitando o problema central a ser tratado e alguns conceitos que não ficaram claros para os leitores, principalmente no que se refere ao primeiro capítulo da obra.⁵²

Logo no início do novo prefácio, Bergson anunciou que em *Matéria e Memória* assume uma postura dualista,⁵³ o que já fica visível no subtítulo do livro: “Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito”. Ele retomou essa ideia expressando que esse problema se estreitava cada vez mais a ponto de ser o da localização cerebral da memória,⁵⁴ e foi por isso que ele, após a redação de seu primeiro livro, passou cinco anos estudando a literatura sobre o tema das afasias disponível naquela época, a fim de compreender como os resultados de tais pesquisas poderiam contribuir para uma melhor compreensão sobre o ponto de vista da hipótese física referente à memória.⁵⁵ A ideia de uma localização cerebral da memória remete a um problema semelhante enfrentado em *Dados Imediatos* no qual se apoiava a afirmação do determinismo universal: que a relação entre o físico e o mental seria uma relação de correspondência.⁵⁶ Bergson procurou atacar essa ideia e, com isso, ele se deparou com a Psicofisiologia, a primeira corrente de Psicologia Experimental. A Psicofisiologia, quanto à relação entre o corpo e o espírito, apresentava duas teses básicas: o *paralelismo*, que partia do princípio que há uma correspondência estrita entre os movimentos cerebrais e a mente

⁵¹ MM(ec), p.1-9.

⁵² Ibid, p.301. Jacques Chevalier comentou que, mesmo com o novo prefácio e com o auxílio da conferência *A alma e o corpo*, o livro apresentaria sérias dificuldades de compreensão (Id, 1926, p.160).

⁵³ “Este livro afirma a realidade do espírito, a realidade da matéria, e procura determinar a relação entre eles sobre um exemplo preciso, o da memória. Portanto é claramente dualista.” (MM, p.1). Entretanto, o autor pretendeu atenuar as dificuldades teóricas advindas do dualismo. Vale pontuar que alguns comentadores veem esse dualismo bergsoniano mais como um dualismo entre *passado* e *presente* do que entre *matéria* e *espírito*. Encontra-se essa ideia da maior preponderância no dualismo entre passado e presente nos comentários de Suzanne Guerlac (ver: GUERLAC, 2006, p.106), Frédéric Worms (praticamente toda a obra *Bergson ou os dois sentidos da vida* se volta para esse dualismo entre passado e presente). Lacey, na obra *Bergson* da coleção *The arguments of the Philosophers*, já fala que esse dualismo se refere mais a *percepção* e *memória*. Mas o autor também comenta que esse dualismo bergsoniano expresso no prefácio de *Matéria e Memória* é ambíguo, pois além de atacar as teses paralelistas, rejeita o idealismo e o realismo. Ver: (Id, 1989, p.88).

⁵⁴ PM, p.82. Mas, nessa mesma página, Bergson também notou que o tema da localização cerebral ainda era vasto e, pouco a pouco, ele foi circunscrito às memórias das palavras, especificamente as doenças das afasias.

⁵⁵ M, p.480-481. Essas afasias ou perturbações da linguagem foram cada vez mais circunscritas por Bergson às memórias das palavras.

⁵⁶ MM, p.5. Bergson não nega que haja tal relação, mas o fato de haver uma relação entre o físico e o mental não é suficiente para afirmar que ela seja uma relação de correspondência. Jacques Chevalier bem problematizou essa questão da relação entre a matéria e o espírito: “Ouço uma melodia: ela atinge meu ouvido, eu a percebo, eu talvez a repito; eu tenho a imagem; talvez o ritmo continue a se traduzir na minha respiração ou nos meus gestos. A imagem cessa; eu a esqueço, eu me distraio pelas percepções exteriores. Em seguida uma ocasião faz a lembrança dela surgir em mim; e essa lembrança tende a evocar a imagem da melodia, a reproduzi-la em movimentos que me darão a percepção e me remeterão sua presença. Onde termina a matéria, onde começa o espírito? (Id, 1926, p.165 – tradução nossa).

humana; e o *epifenomenismo*, que afirmava que a mente é redutível ao cérebro, um epifenômeno do cérebro.⁵⁷ Essas duas hipóteses, levadas às suas últimas consequências, reduzem o espiritual ao material, dificuldade que o autor se propôs a enfrentar. Para superar essa dificuldade posta pela Psicofisiologia, Bergson sugeriu que um estudo da memória poderia mostrar que há uma distinção de natureza entre a memória e o cérebro e não apenas uma diferenciação de grau.⁵⁸

Entretanto, para apoiar esse estudo da memória, Bergson teria que responder à questão do papel do corpo na relação entre a matéria e o espírito. É sobre esse tema que versa o primeiro capítulo de *Matéria e Memória*, e é nele que nos apoiamos fundamentalmente para realizar essa pesquisa. Ao se perguntar sobre a função do corpo, o autor chegou a uma clareza maior sobre a natureza e atuação da percepção e da sensação. Estas não se destinariam, primeiramente, à elaboração de representações mentais, mas à interação dos indivíduos com o ambiente e uns com os outros em situações práticas.⁵⁹ Na medida em que Bergson defendeu essa hipótese, ele entrou em contato direto com as afirmações do realismo e idealismo, pois estes assumiam que a percepção se destinava à formulação de representações mentais. Segundo o autor, o idealismo defende a tese de que não há na matéria nada que não seja figurado em nossas representações mentais. Já o realismo considera que há na matéria algo para além do que possa ser representado por nossas representações mentais.⁶⁰ As pesquisas de Bergson apontaram para uma postura que se aproximava muito mais do “senso comum” do que, necessariamente, do idealismo ou do realismo, pois alguém que pensa com base no senso comum compreenderia que os objetos que estão diante de si não existem apenas em seu espírito, tampouco são inteiramente distintos do modo como ele os percebe.⁶¹ Para Bergson, não faz sentido dizer que na matéria há algo misterioso que não pode ser conhecido pelo homem ou que, uma vez apreendida a representação mental, não haveria necessidade do mundo exterior para sustentar a representação; a percepção da matéria se volta para aquilo que é útil para a ação do ser humano no mundo, daí a proximidade com o modo de pensar do

⁵⁷ Sobre isso, Bergson escreveu: “Quer se considere, com efeito, o pensamento como uma simples função do cérebro e o estado de consciência como um epifenômeno do estado cerebral, quer se tomem os estados do pensamento e os estados do cérebro por duas traduções, em línguas diferentes, de um mesmo original, tanto num caso como no outro coloca-se em princípio que, se pudéssemos penetrar no interior de um cérebro que trabalha e assistir o fogo cruzado dos átomos que formam o córtex cerebral, e se, por outro lado, possuíssemos a chave da psicofisiologia, saberíamos em detalhe tudo o que se passa na consciência correspondente.” Ver: MM, p.4.

⁵⁸ Ibid, p.5-7.

⁵⁹ Ibid, p.24.

⁶⁰ Ibid, p.1-3.

⁶¹ PM, p.85-86.

senso comum.⁶² Nesse capítulo, Bergson está mais interessado em compreender acordos ou diferenças entre o mundo exterior e nossa representação do mesmo, e assim ele consolidou um trabalho também no campo da teoria do conhecimento.⁶³ Com base nessa apresentação geral da recepção dos primeiros trabalhos de Bergson e uma apanhado geral da articulação dos problemas abordados nessas obras, partimos para a especificidade desta pesquisa em questão.

Portanto, este trabalho se destina a analisar o papel do corpo em relação ao espírito tal como este é tratado em *Matéria e Memória*. Para bem aprofundar esse tema da relação entre o corpo e o espírito, Bergson procurou tematizar e especificar qual seria o papel e a natureza do corpo, bem como o papel e a natureza do espírito, ou seja, a vida interior humana. Nosso objetivo, aqui, é tematizar qual é o papel o do corpo nessa relação, mas levando em conta os trabalhos da Psicofisiologia e as críticas que Bergson dirige a esta ciência.

Em vista de melhor conhecer qual é esse interlocutor de Bergson, no primeiro capítulo desse trabalho abordaremos as origens da Psicologia Experimental, no qual a própria Psicologia se consolida como Ciência e se associa com os estudos da Fisiologia, para melhor compreender o ser humano. Também nesse capítulo trilharemos o percurso proposto por Bergson para verificar os momentos chave em que a hipótese do paralelismo psicofisiológico passou de uma abordagem metodológica para uma hipótese com pretensões de ser empírica. Nesse sentido, apresentaremos a argumentação bergsoniana que interpreta a fundamentação da hipótese paralelista como uma fundamentação metafísica, e não como um dado fornecido pela experiência. Apesar dessa argumentação não estar presente na obra *Matéria e Memória*, julgamo-la interessante e importante, pois seria um primeiro argumento que demonstra a fragilidade da hipótese do paralelismo psicofisiológico.⁶⁴

No capítulo central, seremos direcionados para o estudo do corpo, em especial, para o fenômeno da percepção. A partir da abordagem do corpo humano, com destaque para o sistema nervoso, apresentaremos o que Bergson entendeu por percepção e qual seria sua função para a vida humana. Um dos caminhos escolhidos pelo autor foi a proposta de uma

⁶² MM, p.77.

⁶³ WORMS, 1997, p.11.

⁶⁴ Basicamente, o percurso histórico desse argumento que nos leva a compreender a hipótese do paralelismo psicofisiológico como oriunda da Metafísica se encontra presente no curso ministrado por Bergson *Histoire de la Mémoire et histoire de la Métaphysique*, que pode ser encontrado nos *Annales berggrafia* pelos colaboradores da edição de *Annales bergsoniennes II*, chefiados por Frédéric Worms. Por mais que o texto não tenha sido publicado por Bergson, facilmente o leitor acostumado com a argumentação bergsoniana reconhece o autor nesses escritos. Com essa ressalva de que não foram publicados por Bergson, julgamos que o texto pode colaborar na compreensão do problema deste trabalho, principalmente no que toca a questão do paralelismo psicofisiológico.

abstração no qual a percepção seria pensada em seu estado mais puro, retirando-se desta os dados que correspondem às lembranças. Tal experimento recebe o nome de Teoria da Percepção Pura. Com essa teoria, Bergson chegou a uma formulação positiva da natureza da percepção e abriu as portas para alcançar alguns dos seus objetivos: situar o papel do corpo na relação entre o corpo e o espírito e fornecer as bases para uma contundente crítica ao paralelismo psicofisiológico. Sabendo que a hipótese paralelista se funda na Metafísica Moderna, Bergson procurou os pontos fracos dessa hipótese e se viu diante de duas tendências ou modos de compreender a matéria: o ponto de vista realista e o ponto de vista idealista. O estudo da percepção tem por finalidade mostrar as insuficiências do realismo e do idealismo, bem como evidenciar as contradições existentes quando estes são assumidos como base para a metafísica que afirma o paralelismo psicofisiológico. Tomando outro texto de Bergson como suporte,⁶⁵ também desenvolveremos outra crítica à hipótese paralelista que se baseia na contradição que o realismo e o idealismo operam quando se prestam como base do paralelismo.

Por fim, no terceiro capítulo, em continuidade ao estudo do papel do corpo, abordaremos o tema da sensação. Para Bergson, o estudo das sensações tem um duplo objetivo: marcar a diferença entre uma sensação e uma percepção e enfrentar a hipótese de que a nossa percepção do mundo exterior seria formada por sensações simples, que seriam projetadas nos próprios objetos. Nesse capítulo, apresentaremos a argumentação bergsoniana acerca da sensação e sua própria natureza. O estudo da sensação também apresenta algumas implicações na teoria do conhecimento, sendo possível especificar algumas características da teoria do conhecimento bergsoniana. Por fim, o estudo das sensações sugere algumas correções na Teoria da Percepção Pura, tema que será abordado como fechamento desta pesquisa.

⁶⁵ O Texto em questão é uma comunicação feita por Bergson em um Congresso de Filosofia, em Genebra. Temos acesso a esse texto, intitulado *O cérebro e o pensamento: uma ilusão filosófica*, que está presente na coletânea de textos bergsonianos chamada *A Energia Espiritual*, também citada no final deste trabalho. Tanto o argumento que apresenta a hipótese paralelista como derivada da Metafísica, quanto o argumento de *O cérebro e o pensamento* não tem por finalidade substituir a argumentação de *Matéria e Memória*, ao contrário, complementar a crítica bergsoniana à hipótese do paralelismo psicofisiológico, a fim de enriquecer essa pesquisa.

Capítulo I – Psicologia Experimental e paralelismo psicofisiológico

Em seus trabalhos filosóficos, Bergson procurou relacionar a Filosofia e a Ciência. Isso é facilmente visualizado em suas duas primeiras obras, quando seu pensamento buscou um diálogo entre a Filosofia e a Psicologia, que buscava se firmar no campo da Ciência. Um estudo sobre o papel do corpo na relação entre o corpo e o espírito que não leva em consideração os avanços da Ciência seria considerado incompleto.¹ Tantas são os elementos oferecidos pelas pesquisas científicas, tantas são as descobertas que, hoje, fica praticamente impossível fazer uma reflexão filosófica acerca do homem sem considerar as pesquisas que as diversas faces da Ciência têm realizado. Bergson foi da opinião de que não há uma diferença de valor entre o conhecimento filosófico e o conhecimento científico.² O saber filosófico não é superior porque envolve grandes reflexões acerca da natureza ou do sentido da vida humana; o saber científico não é mais seguro por se apoiar na regularidade da matéria. A filosofia bergsoniana vê uma relação de complementariedade entre Filosofia e Ciência, ambas podem ser precisas e versar sobre a realidade.³ A experiência da realidade é o que esses dois campos do saber têm em comum. A diferença mais nítida entre estas seria a diferença de método para abordar a realidade. Franklin Leopoldo comenta que “Somente com o estabelecimento nítido da diferença metodológica é que a ciência e a filosofia poderão partilhar o campo da experiência integral da realidade.”⁴ Apesar da relação de complementariedade entre Filosofia e Ciência, não se segue que ambas não possam levantar críticas aos resultados obtidos em suas pesquisas, a fim de garantir que a realidade seja melhor compreendida e tematizada. Essa foi a postura de Bergson diante dos trabalhos da Psicologia Experimental do século XIX: ele buscou conhecer a fundamentação de suas bases teóricas e também teve contato com os resultados por esta obtidos.

Para Bergson, na medida em que a Psicologia se desenvolvia como disciplina, esta assumiu posturas quanto à matéria que se alicerçavam em pressupostos filosóficos contestáveis. A Psicofisiologia com a qual Bergson teve contato apresentava como premissa

¹ SILVA, 1994, p.46.

² PM, p.35.

³ Ibid, p.46.

⁴ SILVA, 1994, p.48.

básica de trabalho a existência de um paralelismo psicofisiológico,⁵ entre os estados mentais e os estados cerebrais. Ele afirmou que os psicólogos, no campo da Psicologia Experimental, exageraram quando assumiram que a relação entre os nossos movimentos cerebrais e os nossos pensamentos se corresponderiam estritamente. O fato de haver uma relação não entrou em questão na reflexão bergsoniana, mas sim a constatação de que a existência de uma relação não implica que esta seria uma correspondência.⁶ Antes de afirmar uma relação de correspondência estrita entre estados cerebrais e estados mentais, a postura de Bergson foi a de se questionar sobre qual era o tipo de relação que se estabelecia, tendo em vista que um início de resposta poderia ser dado pela Filosofia, mas levando em consideração os estudos da Psicologia e da Biologia.⁷

Também vale ressaltar que da equivalência entre os estados físicos e os estados mentais surgiu não só a hipótese paralelista, mas também a hipótese epifenomenista. Estas possuem estruturas diferentes, pois a primeira assume a existência de estados cerebrais e mentais com naturezas distintas, mas que se correspondem estritamente; no caso da segunda, o estado mental seria como que uma consequência do cérebro, uma espécie de lampejo ou “fosforescência” cerebral.⁸ Mas, no que diz respeito aos resultados, ambas chegam às mesmas conclusões.⁹ Segundo Bergson, o paralelismo, em um primeiro momento, surgiu como um princípio metodológico nas pesquisas fisiológicas. Já a redução epistemológica da atividade mental à cerebral é muito mais do que um princípio de trabalho científico.¹⁰ Por isso se faz necessário, assim como no caso da hipótese epifenomenista, conhecer a origem dessas afirmações. Qual seria a base teórica e empírica que sustentaria a Psicologia Experimental que tende ao paralelismo psicofisiológico? A suspeita de Bergson é que esta fundamentação tem sua raiz na Metafísica,¹¹ enraizada no cartesianismo, principalmente na prática dos médicos

⁵ Poderíamos compreender esse paralelismo psicofísico como a hipótese que sustenta uma correspondência, termo a termo, entre os estados cerebrais e os estados físicos, como que “duas traduções de um mesmo texto”. Uma das principais formas do paralelismo, da qual Bergson levanta objeções, e a que afirma que a cada fenômeno físico no cérebro, teríamos um fato psíquico e vice-versa. Ver: LALANDE, 1997, p.735-736.

⁶ MM, p.5. Bergson reforçou que a experiência nos mostra que há uma solidariedade entre o corpo e a consciência, mas passar da solidariedade à afirmação de uma correspondência estrita entre estes a experiência não mostra. Ver: EE, p.36.

⁷ EE, p.37-37.

⁸ Ibid, p.191.

⁹ MM, p.4. Ainda nessa página, Bergson postula que o interesse dessas posturas paralelista ou epifenomenista seria a determinação dos estados mentais a partir dos movimentos cerebrais, no sentido de se alcançar uma previsão do fenômeno mental a partir do fenômeno material.

¹⁰ EE, p.192.

¹¹ Os termos “Metafísica” e “Filosofia” são sinônimos para Bergson. Isso já foi tematizado em um trabalho anterior. Ver: FERNANDES, 2013, p.49. Encontra-se esse sentido da correspondência entre os termos citados nas conferências *Intuição Filosófica* (PM, p.123-148) e *Introdução à Metafísica* (PM, p.183-234).

filósofos que acentuaram o pensamento de Descartes.¹² Contudo, a própria Metafísica, pareceu sofrer influências das práticas científicas, principalmente no que toca à assimilação de métodos próprios da Ciência. Veremos, então, como as descobertas que acompanhavam o Renascimento, sobretudo as de Kepler e Galileu, proporcionaram uma nova prática científica orientada pela Matemática e Mecânica. Essa nova prática influenciou diretamente a Metafísica Moderna.¹³

1.1 – As origens modernas da Psicologia Experimental

Tanto em *Os Dados Imediatos da Consciência*, quanto em *Matéria e Memória*, tinha-se como interlocutores a Psicofísica¹⁴ e a Psicofisiologia¹⁵. Ambas são fruto de uma tentativa da Psicologia de se tornar experimental, em consonância com os avanços que as ciências positivas, como a Fisiologia, conquistavam na compreensão do corpo humano.¹⁶ Alguns historiadores da Psicologia veem que a Psicologia Experimental absorveu profundamente as consequências de três eventos. O primeiro evento se refere ao advento da Ciência Moderna com seu acento ao aspecto material da realidade e preponderância da Matemática. Já o segundo evento se vincula às novidades trazidas pela Filosofia Moderna, em especial o cartesianismo, que desembocaram no problema da relação entre a mente e o corpo. Por fim, o terceiro evento a ser levado em consideração seria o desenvolvimento da Fisiologia. Esses três eventos marcaram a tentativa da Psicologia se tornar mais experimental.¹⁷ Ilustraremos, então, como a Psicologia foi influenciada por esses três eventos. Essa exposição tem por objetivos apresentar como Ciência e Metafísica se entrelaçaram e, desse entrelaçamento, como o problema da relação mente e corpo se colocou para a Metafísica Moderna, dando brechas para o surgimento da hipótese do paralelismo psicofisiológico. Nessa exposição, apresentamos uma breve reconstrução histórica, baseada em manuais de história da Psicologia. Tal procedimento visa uma maior clareza do surgimento do paralelismo psicofisiológico, bem

¹² EE, p.192.

¹³ Ibid, p.39

¹⁴ A Psicofísica também é uma corrente da Psicologia que buscou se afirmar também no estudo do sistema nervoso, mas tendo como base a relação entre a mente e o corpo. Esse termo remonta aos estudos de Gustav Fechner. Ver: LALANDE, 1997, p.858.

¹⁵ Essa corrente da Psicologia defendia a ideia de que os estudos psicológicos dependiam diretamente dos estudos da Fisiologia, principalmente no que toca a compreensão do sistema nervoso. Ver: LALANDE, 1997, p.855.

¹⁶ GOODWIN, 2005, p.79.

¹⁷ Ibid.79.

como uma leitura paralela à leitura de Bergson sobre o surgimento dessa hipótese, a fim de apresentar a congruência da visão bergsoniana com a própria leitura que, em geral, a Psicologia faz de si mesma em sua consolidação.

Em se tratando do primeiro evento, os desenvolvimentos tecnológicos na área da mecânica e tecnologia solidificaram uma visão mecanicista¹⁸ do mundo, no qual este era compreendido como uma grande máquina. Uma das características dessa corrente de pensamento era conceber o mundo como composto de processos naturais determináveis por leis da física e da química. Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1642-1727) estão entre os expoentes de tal corrente de pensamento.¹⁹ Na Física, por exemplo, a tese mecanicista afirma que os fenômenos da natureza podem ser explicados a partir das leis da Mecânica.²⁰ Devido aos sucessos que as Ciências Naturais alcançaram, o Mecanicismo rompeu os limites destas ciências e atingiu outras áreas. O Mecanicismo poderia ser caracterizado tanto por uma visão filosófica do mundo, quanto um princípio metodológico de orientação da pesquisa científica.²¹ Este último aspecto foi o que mais interessou aos campos do saber que manifestavam o interesse em se estabelecer como Ciência. Como consequência desse ambiente científico mecanicista, a ideia de uma previsibilidade dos fenômenos naturais, a partir dos aspectos químico-físicos da matéria, tornou-se mais concreta e acompanhou o desenvolvimento de instrumentos de medição cada vez mais precisos, como no caso do relógio. O desenvolvimento da Psicologia acompanhou esses eventos, bebendo dessa fonte de novas descobertas e métodos de pesquisa, principalmente por tentar se consolidar como Ciência.²² Entretanto, o que mais nos interessa é a apropriação que a Psicologia fez dos princípios do Mecanicismo. A utilização das teses mecanicistas por parte da nascente Psicologia Moderna, era mais genérica, acentuando as características metodológicas que o Mecanicismo oferecia, buscando reduzir as leis psicológicas em leis fundadas no estudo da estrutura do corpo humano.²³ A vantagem de tal postura seria uma possibilidade de mensurar as características da consciência e comportamento humanos.

¹⁸ “Entende-se por explicação mecanicista a que utiliza exclusivamente o movimento dos corpos, entendido no sentido restrito de movimento espacial. Nesse sentido, é mecanicista a teoria da natureza que não admite outra explicação possível para os fatos naturais, seja qual for o domínio a que eles pertençam, além daquela que os interpreta como movimentos ou combinações de movimentos de corpos no espaço.” ABBAGNANO, 2000, p.653.

¹⁹ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.22.

²⁰ ABBAGNANO, 2000, p.654.

²¹ Ibid, p.654.

²² SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.23-24.

²³ ABBAGNANO, 2000, p.655.

Da Filosofia Moderna, marcando o segundo evento, os psicólogos herdaram o problema da relação mente e corpo, de modo especial, o que está situado na filosofia cartesiana. As contribuições de Descartes à Psicologia estão ligadas, principalmente, à questão da relação entre a mente e o corpo. Esse problema pode ser, basicamente, identificado através de uma postura dualista que perpassou a história do problema: “A questão básica, simples, porém enganosa, era esta: a mente e o corpo, isto é, o universo mental e o mundo material são de naturezas distintas?”.²⁴ Descartes também assumiu uma postura dualista diante do físico e do mental, mas sua contribuição foi a afirmação de que não só a mente exercia uma influência sobre o corpo, mas que essa influência era mútua.²⁵ O apreço da Psicologia por Descartes não está tanto na resposta que ele ofereceu ao problema da união entre a alma²⁶ e o corpo, visto que aquela o considera falho. A real contribuição dada por ele se situa na tentativa de explicar conceitos assumidos pelos psicólogos, como, por exemplo, a memória, com base em modelos fisiológicos.²⁷

A partir do momento que o problema da relação entre a mente e o corpo se consolidou no cenário filosófico, outros filósofos se detiveram sobre o tema, apresentando variações sobre a abordagem desse problema. No caso de John Locke (1632-1704), em oposição a Descartes, ele rejeitou a existência das “ideias inatas”, aquelas que independem da experiência sensorial, para afirmar que todo nosso conhecimento é mediado pelos sentidos.²⁸ Essa afirmação acentua a importância do mundo físico para a construção do conhecimento e essa foi a via pela qual a Psicologia assimilou o pensamento de alguns filósofos, em especial os empiristas.²⁹ Da escola do empirismo inglês, foi absorvida a preponderância do conhecimento verificável nos processos naturais e a possibilidade de explicá-los sem

²⁴ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.31.

²⁵ Ibid, p.31.

²⁶ Nota-se, também, a gradual passagem do conceito de alma para o de mente. O primeiro era carregado de pressupostos teológicos dos quais eram passíveis apenas de uma verificação metafísica. Já o termo “mente” trazia essa flexibilidade quanto aos conceitos teológico-metafísicos e possibilitava uma maior verificação experimental a partir do estudo das estruturas do corpo humano. Uma nova abordagem metodológica se consolidava para o estudo da relação mente e corpo, a saber, o método da verificação experimental. SCHULTZ; SCHULTZ, p.31.

²⁷ GOODWIN, 2005, p.54. Descartes, seguindo as tendências de sua época, estudou as propriedades físicas do corpo humano. Em suas descrições do funcionamento do corpo vivo, ele o comparava à estrutura física de uma máquina e seu funcionamento mecânico. Visto que o corpo é matéria, também este é sujeito às mesmas leis físicas da matéria que compõe o universo. É nessa perspectiva que Descartes se permitia pensar o corpo humano como máquina e, como é possível fazer algumas previsões sobre o desenvolvimento do universo, a expectativa de se prever o comportamento humano se fazia presente. Ver: SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.32-33.

²⁸ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.36-37.

²⁹ Ibid, p.45.

recorrência ao que não é físico, o acento dado ao estudo das sensações na constituição do conhecimento, a análise da consciência a partir dos elementos do sistema nervoso.³⁰

No que toca o terceiro evento, em relação ao desenvolvimento da Fisiologia, os impulsos das novidades das Ciências Naturais do século XVI/XVII e a colocação do problema da relação entre a mente e o corpo influenciaram as pesquisas em Biologia, especialmente no estudo do corpo humano realizados pela Fisiologia. Encontramos um bom exemplo nos trabalhos de David Hartley (1705-1757). Ele realizou uma boa síntese do empirismo britânico e assumiu como método de trabalho para estudar a mente humana o processo de associação dos elementos simples que a compõem.³¹ Suas pesquisas relatadas na obra *Observações sobre o homem, sua estrutura, seu dever e suas expectativas* contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia Fisiológica.³² Nessa obra, Hartley tentou oferecer o que seriam as bases fisiológicas dos processos mentais, como a sensação, a imaginação e a associação de ideias, bem como o modo pelo qual um estímulo externo é transmitido ao cérebro por vibrações dos nervos, evocando determinadas lembranças.³³ Influenciado pelo ambiente acadêmico de sua época e pelo pensamento de Isaac Newton, Hartley tentou explicar os processos psicológicos e fisiológicos com base no Mecanicismo.³⁴

Uma das fagulhas que acendeu o interesse dos fisiólogos para o estudo do corpo humano em seus aspectos biológicos, a partir do uso de uma metodologia mais aproximada das ciências naturais aos moldes da mecânica, foram as pesquisas de Friedrich Wilhelm Bessel (1784-1846). Ao notar que havia diferenças de medições dos fenômenos físicos por parte de alguns cientistas, ele sugeriu que a estrutura biológica humana teria algumas diferenças mínimas no que toca à percepção dos fenômenos naturais. Essa constatação serviu de ânimo para os estudos direcionados aos órgãos dos sentidos humanos, incentivando um maior estudo dos aspectos fisiológicos do corpo humano.³⁵

Em consonância com as contribuições de Bessel, fisiólogos se detiveram a estudar as estruturas do sistema nervoso. O cérebro e o sistema nervoso, com o desenvolvimento dos métodos de pesquisa, passaram a ser melhor conhecidos. Já no século XIX, tinha-se algum mapeamento das funções cerebrais. Paul Broca (1824-1880), por exemplo, mapeou a região do cérebro responsável pela fala que, posteriormente, ficou conhecida como “área de Broca”.

³⁰ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.34-45.

³¹ Ibid, p.64.

³² Ibid, p.64. Título original: *Observations o Man, His Frame, His Duty, and His Expectation* (1749).

³³ PETERS; MACE, *The Encyclopedia of Philosophy*, 1967, p.15-16, 7º volume – verbete Psicologia.

³⁴ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.41-42.

³⁵ Ibid, p.47-48.

Robert Whytt (1714-1776) diferenciou os atos involuntários dos atos voluntários. Para ele, os atos voluntários originavam-se e dependiam do cérebro; já os atos involuntários estavam ligados à medula espinhal. Ele ainda falou de atos intermediários aos voluntários e involuntários, chamando-os de hábitos. Estes têm a característica de se iniciar como atos voluntários, mas que, com a prática, tornam-se semelhantes aos atos involuntários.³⁶ François Magendie (1783-1855) também contribuiu enormemente para os estudos envolvendo a medula espinhal. Ele conseguiu diferenciar os nervos que saem da medula, responsáveis pela sensação e pelo movimento.³⁷ Dessas descobertas da Fisiologia, a Psicologia assimilou os avanços no conhecimento do corpo humano e a questão metodológica. O ponto fundamental era a tentativa de compreender os processos perceptivos e mentais a partir do estudo das estruturas do sistema nervoso.³⁸ Acompanhando esse desenvolvimento da Fisiologia, muitos estudos e experimentos foram aprofundados até se chegar à apresentação de que o sistema nervoso transmite estímulos através de impulsos elétricos e que as fibras nervosas eram separadas e a comunicação entre elas se daria por fenômenos físico-químicos.³⁹ O mais importante disso era que a orientação de uma postura mecanicista conduzia essas pesquisas e aumentava a fé na capacidade de descrever os fenômenos mentais pela análise do sistema nervoso e, em especial, do cérebro.⁴⁰ Em síntese, verificamos que:

Os empiristas britânicos argumentavam que a sensação era a única fonte de conhecimento. O astrônomo Bessel demonstrou o impacto da observação das diferenças individuais na sensação e na percepção. Os fisiologistas estavam definindo a estrutura e a função dos sentidos. Era chegada a hora de estudar e quantificar esse portão de entrada para a mente: a experiência mentalística e subjetiva da sensação. As técnicas disponíveis para a investigação do corpo passaram a ser aperfeiçoadas para a exploração da mente. A Psicologia Experimental estava pronta para começar.⁴¹

Foi na Alemanha que as pesquisas na linha da Psicologia Experimental ganharam maior expressividade. Um conjunto de fatores contribuiu para essa conquista, tais como: melhor estrutura das universidades, prioridade de uma abordagem indutiva nos métodos de pesquisa, maior investimento na área da pesquisa, possibilidade de boa remuneração e reconhecimento social como cientista. Alguns cientistas se destacaram nesse processo de desenvolvimento das relações entre as funções físicas e mentais nos seres humanos: i) Hermann von Helmholtz (1821-1894) contribuiu principalmente com a medição da velocidade

³⁶ GOODWIN, 2005, p.80.

³⁷ Ibid, p.81-82.

³⁸ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.49.

³⁹ Ibid, p.52.

⁴⁰ Ibid, p.52-53.

⁴¹ Ibid, p.53.

do impulso nervoso e isso levantou a hipótese de que “[...] o pensamento e o movimento seguem um ao outro em intervalo mensurável e não ocorrem simultaneamente [...]”⁴²; Ernest Weber (1795-1878) alcançou medições precisas entre o limiar de percepção de um estímulo entre dois pontos na pele e a valores precisos para a diferença mínima perceptível entre dois estímulos físicos, expressando seus resultados pela Matemática⁴³; Gustav Theodor Fechner (1801-1887) chegou à elaboração de uma fórmula matemática que expressava a relação quantitativa entre a mente e o corpo, estabelecendo conceitos como o de “limiar absoluto – ponto de sensibilidade abaixo do qual as sensações não são detectadas e acima do qual elas não são percebidas.” e de “limiar diferencial – o ponto de sensibilidade em que a menor alteração em um estímulo provoca uma mudança na sensação.”⁴⁴

A consonância desses três eventos serviu de base para a Psicologia Experimental. O processo de consolidação científica da Psicologia⁴⁵ encontrou ponto alto com os trabalhos de Wilhelm Wundt (1832-1920). É oportuno nos determos um pouco mais em Wundt, pois Bergson, além de ter sido contemporâneo a ele, teve contato com os escritos deste psicofisiologista.⁴⁶ Considerado o pai da Psicologia Moderna, Wundt teve a intenção de demarcar a Psicologia como uma área do conhecimento específica, diferentemente de Fechner, que se deteve a estudar a relação entre o mental e o físico. Ele também foi pioneiro na fundação da Psicologia como uma disciplina formal do ensino, além de ser o fundador da primeira revista especializada em Psicologia.⁴⁷ Em sua grande obra prima, *Principles of Physiological Psychology*,⁴⁸ Wundt afirmou a importância desse livro para a Psicologia que se estabelecia, ao seu ver, como Ciência e destacou a importância dos estudos em Anatomia e

⁴² SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.56.

⁴³ Ibid, p.57-58.

⁴⁴ Ibid, p.60. “Fechner sugeriu que para cada sentido humano, existe determinado aumento relativo na intensidade do estímulo que sempre produz uma mudança observável na intensidade da sensação. Portanto, é possível medir a sensação (a mente ou a qualidade mental) e o estímulo (o corpo ou a qualidade material). A relação entre os dois pode ser expressa na forma de uma equação: $S = K \log R$, em que S é a magnitude da sensação, K é uma constante e R é a magnitude do estímulo. A relação é logarítmica, isto é, uma série aumentada em progressão aritmética e a outra em progressão geométrica.” Ver: Ibid, p.60.

⁴⁵ Vale ressaltar que hoje não se tem um consenso sobre o aspecto científico da Psicologia. Em alguns casos, questiona-se a própria unidade da Psicologia, visto as diferentes áreas de atuação e métodos de trabalho empregados. Esse projeto científico da Psicologia seria algo ainda em expansão. Esse tema é bem trabalhado no artigo de Abib. Ver: ABIB, 2009, p.195-208.

⁴⁶ A edição crítica de *Matéria e Memória*, associa várias passagens da argumentação de Bergson a trabalhos de Wundt. Um exemplo claro seria o da argumentação bergsoniana acerca da estrutura do sistema nervoso na série animal. Ver: MM(ec), p.24; Ibid, p.318. Além disso, encontramos descrições feitas por Bergson do pensamento Wundt em cursos de Psicologia ministrados entre os anos de 1887-1888 no colégio Clermont-Ferrand. Ver: APM, p.9-22.

⁴⁷ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.66-67.

⁴⁸ Nesse livro, traduzido para o português como *Princípios da Psicologia Fisiológica*, o adjetivo “Fisiológica” poderia ser compreendido como “Experimental”. No alemão, idioma em que o livro foi escrito, “fisiológica” é sinônimo de “experimental”. Ver: Ibid, p.68.

Fisiologia como basilares para o tratamento de questões psicológicas.⁴⁹ Outra ressalva importante que Wundt fez foi situar seu trabalho como algo novo, como Psicologia Experimental. O autor deu esse destaque para diferenciar a Psicologia Experimental dos anteriores estudos da Psicologia, visto que estes se fundamentavam na Metafísica, não tanto em aspectos fisiológicos do corpo humano.⁵⁰

O título da principal obra de Wundt já apresenta o quão importante era a Fisiologia para o estudo da Psicologia. Com isso, ele buscou determinar que o domínio do corpóreo-perceptivo, do ponto de vista fisiológico, e o domínio do mental, baseado nos dados psicológicos, formariam as bases dessa nova Psicologia. É digno de nota que essa divisão, segundo ele, encaixa-se bem na metodologia científica para a análise do fenômeno humano. Todavia, Wundt foi bem claro em expor que essa divisão é metodológica, não retrata a realidade da vida, cujos fatos se apresentam em unidade.⁵¹ Expressamente, ele esclareceu que, em sua visão sobre a Psicologia Fisiológica, não se teve por objetivo derivar ou explicar a vida psíquica por intermédio da Fisiologia.⁵² Segundo o autor, tratava-se mais de uma adaptação metodológica. Assim como a Fisiologia adaptou os métodos da Física, a Psicologia adaptou a Fisiologia para a investigação da mente humana.⁵³

Fica evidente que Wundt considerava que havia uma relação entre a mente e o corpo, por isso insistiu na utilização da Fisiologia como suporte para o estudo da Psicologia. Entretanto, não se encontra em Wundt uma afirmação de que essa relação seria uma correspondência estrita. Isso mostra que a ideia de um paralelismo entre a mente e o corpo não era consensual entre os psicólogos do século XIX.⁵⁴ Ao contrário, Wundt insistiu na diferenciação entre Psicofísica e Psicologia Fisiológica. A primeira apresenta um problema relacionado mais à Filosofia, a saber, “[...] o conhecimento do substrato corporal da vida mental.” Já a segunda envolve o “[...] problema de *método*, que envolve a aplicação de experimento [...]”⁵⁵ Foi justamente por não ver a possibilidade de aplicação de um método científico à Psicologia que Kant falou sobre a impossibilidade desta ser estabelecida como

⁴⁹ WUNDT, 1910, p.v – prefácio da primeira edição.

⁵⁰ Ibid, p.vi – prefácio da primeira edição. É comum encontrar a designação de “pré-história da Psicologia” se referindo aos estudos nessa área, mas que se fundamentavam na Metafísica. O advento e consolidação da Ciência Moderna marcam profundamente o projeto da Psicologia como Ciência desvincilhada da Metafísica. Ver: ABIB, 2009, p.196.

⁵¹ WUNDT, 1910, p.1.

⁵² Ibid, p.2.

⁵³ Ibid, p.3. “Psicologia fisiológica, por outro lado, é competente para investigar as relações que se mantêm entre os processos do físico e aqueles da vida mental.” – tradução nossa.

⁵⁴ “Nos *Fundamentos de psicologia*, ele [Wundt] procura afastar a psicologia moderna do dualismo mente-corpo cartesiano e das metafísicas materialistas e espiritualistas.” Ver: ABIB, 2009, p.196.

⁵⁵ WUNDT, 1910, p.4 – tradução nossa, grifo do autor.

Ciência. As duas críticas de Kant à Psicologia se referiam à dificuldade de aplicação da Matemática para a verificação do processo mental e a falta de objetividade de um método subjetivo de investigação da consciência.⁵⁶ Wundt rebateu essas críticas kantianas, apresentando a possibilidade da aplicação da Matemática, principalmente pela via da Fisiologia. Quanto ao método subjetivo de análise da vida mental, Wundt respondeu com a afirmação de que, mesmo no método empírico, há um posicionamento do pesquisador quanto ao resultado. Além do mais, o método estava em desenvolvimento, dado que era recente sua aplicação.⁵⁷ Ele ainda acrescentou que a Psicologia é tão científica quanto a Física ou Química. Inclusive a Filosofia, não costuma concebê-la desse modo, mas, insistiu Wundt, não caberia à Filosofia tomar essa decisão.⁵⁸

No que toca ao método mais próprio da investigação da vida mental, Wundt o chamou de “método de introspecção”, cuja finalidade seria a análise da experiência consciente do ser humano. Não é uma abordagem criada por ele, pois Sócrates também o teria utilizado, mas ele o aprimora, dando a este maior rigor. Como a experiência consciente, ao ver de Wundt, era acessível apenas àquele que a viver, o pesquisador deveria ser treinado rigorosamente para tal empreitada e se deveria criar critérios objetivos para a condução da experiência.⁵⁹ Wundt só assumiu essa postura quanto ao método da introspecção porque julgava que apenas os elementos físicos não eram suficientes para a descrição do fenômeno mental. Justamente nesse ponto ele foi criticado por outros psicólogos, pois tal método comporta uma falta de objetividade dos resultados alcançados, visto que diferentes observadores poderiam encontrar diferentes resultados, mesmo que aplicassem a mesma metodologia e em condições muito semelhantes.⁶⁰

⁵⁶ WUNDT, 1910, p.7.

⁵⁷ Ibid, p.7-8.

⁵⁸ Ibid, p.8. Abib afirma que, para Wundt, “[...] psicologia como ciência é psicologia empírica. E, como tal, interpreta a experiência psíquica a partir da própria experiência psíquica; deduz os processos psíquicos de outros processos psíquicos; faz uma interpretação casual de processos psíquicos com base em outros processos psíquicos; não recorre a substratos diferentes desses processos, tais como uma mente-substância ou processos e atributos da matéria, para explicá-los. A psicologia empírica é focada na casualidade psíquica, e isso significa analisar a experiência a partir da própria experiência, fechando as portas às explicações metafísicas espiritualistas ou materialistas. Ver: ABIB, 2009, p.197.

⁵⁹ SCHULTZ; SCHULTZ, 2014, p.72. Comenta-se que Wundt exigia uma prévia de aproximadamente umas 10 mil observações introspectivas como preparação, antes de liberar o interessado para as pesquisas. Ver: Ibid, p.72.

⁶⁰ Ibid, p.76. Quanto a essa crítica direcionada a Wundt, Bergson escreveu: “Disseram, por exemplo, que o psicólogo observava a si mesmo por meio da consciência, mas não observava os outros homens, e que assim chegava a conclusões totalmente pessoais. Afirmavam que nada provará que um outro encontrará em sua consciência o que encontro na minha. Seria o mesmo que criticar o anatomista por não dissecar todos os corpos vivos sem exceção e por generalizar os resultados fornecidos pela observação de um único cadáver. Toda ciência é obrigada a admitir que os fatos e as leis são os mesmo para todos os indivíduos de uma mesma espécie, exceto no caso de anomalias, de doenças físicas ou morais.” Ver: APM, p.20-21.

Como, então, se justifica o surgimento e a afirmação do paralelismo estrito entre a mente e o cérebro, como vimos Bergson acusar logo no prefácio de *Matéria e Memória*?⁶¹ Mediante o que já foi exposto, o próprio Wundt assumiu que o pressuposto da relação entre a mente e o corpo tinha uma finalidade metodológica, quando, na verdade, a experiência o mostrava que há uma unidade entre mente e corpo. Nossa hipótese de leitura se orienta, primordialmente, para a questão do método introspectivo. Como este pode ser acusado de ser subjetivo, ferindo, assim, o status de Ciência que a Psicologia almejava, o método científico de análise das constantes da matéria apresentava maior força e reconhecimento. Porém, como realizar um estudo da mente humana, sabendo que ela não é passível de verificação, tal como o corpo humano?⁶² Nesse ponto, a hipótese do paralelismo entre mente e corpo ganha mais força e surge como uma hipótese metodológica para o estudo da mente. Mas, como bem marcou Bergson, uma parte da Filosofia e da Psicofisiologia deu um passo além da questão metodológica e assumiu esse tipo de relação paralelística de correspondência estrita dos termos em questão como fato incontestável. Nosso próximo passo, então é apresentar uma tentativa de descrição dessa passagem de uma questão metodológica para a afirmação explícita de um paralelismo entre os estados mentais e os estados cerebrais.

1.2 – O paralelismo psicofisiológico

A afirmação do paralelismo psicofisiológico não foi uma afirmação gratuita, teve uma origem e um período histórico. Como visto, a grande aposta de Bergson foi que a hipótese paralelística teve sua raiz na Metafísica Moderna, a qual, por sua vez, foi influenciada pela Ciência Moderna. Bergson, em *Matéria e Memória*, assumiu a Psicofisiologia, aquela que afirmava a correspondência entre estados mentais e estados corporais, como interlocutora de sua pesquisa. Se os estados de consciência parecem transbordar, e muito, os estados cerebrais,⁶³ o autor precisava demonstrar que a hipótese paralelística era suspeita e possuía dificuldades em sua formulação. Nesse caso, o estudo do papel do corpo na relação entre o corporal e o espiritual, teria, por um de seus objetivos, demonstrar que a hipótese paralelística

⁶¹ MM, p.4-5.

⁶² A despeito das vantagens e desvantagens do método introspectivo, que recebeu de Bergson o nome de “subjetivo”, Bergson citou que este se demonstra fraco quando se pergunta quais seriam as causas de um fato psicológico, pois as causas seriam de grande complexidade, sendo extremamente difícil atribuir uma causa específica. Ver: APM, p.19. Devido a esse fato, acreditamos que este método se enfraquece diante da facilidade que a Ciência encontra diante de ligar as relações de causa e efeito, no que diz respeito à matéria.

⁶³ MM, p.6.

não se sustentaria diante de um rigoroso estudo das funções do corpo humano, como no caso da percepção e da sensação.

Como um primeiro momento de nossa argumentação, traçaremos, com Bergson, algumas características que difeririam a concepção antiga de Ciência da concepção moderna, da qual, como veremos em seguida, constituir-se-ão as concepções filosóficas e psicológicas sobre o papel do corpo.⁶⁴ No quarto capítulo d'*A Evolução Criadora*, Bergson nos apresentou como que uma história da Metafísica e da Ciência ocidental voltada sobretudo para estabelecer como estas se entrelaçam, bem como sob quais aspectos decisivos a Metafísica e a Ciência Moderna se diferenciam de suas formas clássicas. Embora *A Evolução Criadora* seja posterior à *Matéria e Memória*, as considerações presentes naquela podem ser entendidas como uma progressão interna do que fora pensado nesta, de modo que a inversão da ordem cronológica seja relevante para se alcançar uma intuição básica para além de sua expressão parcial neste ou naquele escrito. Além disso, há um texto, apenas recentemente publicado, oriundo de um Curso de Bergson, em 1904, no Collège de France, no qual nos deparamos com a discussão da mesma temática ora em estudo, porém orientada diretamente para o surgimento da hipótese paralelista. Logo, a combinação destes dois escritos pode ser oportuna para os nossos objetivos aqui.

Em um primeiro olhar sobre a Ciência, vemos que uma característica marcante da Ciência Clássica é que esta lançou mão de pontos referenciais dos quais partirá como princípios de reflexão e análise dos fenômenos naturais. Se, por exemplo, explicarmos a queda livre de um corpo através da física de Aristóteles, será fundamental partir de conceitos tais como alto, baixo, deslocamento forçado, deslocamento espontâneo, etc. Ou seja, Aristóteles ficaria satisfeito em conhecer e descrever o fenômeno da queda livre a partir desses momentos privilegiados.⁶⁵ Já a Ciência Moderna buscou a integralidade do fenômeno, sem se colocar um instante privilegiado como referência.⁶⁶ Para Galileu Galilei (1564-1642) não havia essa noção de momento privilegiado, pois sua ambição consistia em descrever a posição de um objeto em queda livre em qualquer momento da trajetória.⁶⁷ O que se ganha

⁶⁴ Bergson tem em vista, quando trata da Ciência e Metafísica antigas, o período da Filosofia Clássica, tendo por referência os pensamentos de Platão, Aristóteles e Plotino. Já a Metafísica e Ciência modernas fazem referência às descobertas da Galileu e Kepler, no período do Renascimento, e a Filosofia feita a partir de Descartes. Isso pode ser verificado pelos usos que Bergson faz dos termos “antigo”, “moderno”, “Ciência Antiga”, “Metafísica dos antigos”, “Ciência Moderna”, “Metafísica dos modernos”. Os principais usos dessas terminologias estão nas cinco lições do curso *Histoire de la mémoire et histoire de la Métaphysique*. Ver: AB, p.17-149.

⁶⁵ EC, p.357.

⁶⁶ Ibid, p.356-357.

⁶⁷ Ibid, p.358.

com a possibilidade da localização de um objeto, por exemplo, no movimento de queda livre? Exatidão. Essa seria uma das principais buscas da Ciência Moderna: antecipar, pela possibilidade de previsão, a posição da matéria em determinado tempo.⁶⁸

Considerando o interesse da Ciência Moderna de crescer em exatidão, observa-se uma diferença peculiar no que diz respeito à concepção de tempo em relação à Ciência Antiga. Por um lado, para a Ciência Antiga, segundo Bergson, o tempo não exercia um papel preponderante para a análise dos fenômenos físicos. A pouca importância atribuída ao tempo parece sugerir que tal atividade científica fosse estática. Poderíamos melhor compreender o uso do termo “estático” com base no método empregado pelos antigos: a mudança dos fenômenos estudados era considerada em bloco e, caso fosse fracionada, as partes também eram consideradas como um conjunto.⁶⁹ Isso se deve ao fato de que, para a Ciência Antiga, a temporalidade está vinculada à mudança e esta não reflete a realidade última das coisas. Por isso eles se voltavam para a imobilidade, pois era de lá que se poderia extrair as constantes que estabeleceriam a Ciência.⁷⁰ Por outro lado, a Ciência Moderna, aquela que se baseia nas descobertas de Galileu e Johannes Kepler (1571-1630), assumiu o tempo como uma variável em função do deslocamento de corpos no espaço. A principal descoberta de Galileu foi “Uma lei que vinculava o espaço percorrido por um corpo que cai ao tempo gasto na queda.”⁷¹ A Ciência Moderna apostou fortemente na ideia de que, quando se parte do tempo como uma variável independente pela qual os fenômenos da natureza são medidos, alcança-se maior exatidão e previsibilidade dos fenômenos estudados.⁷²

Apesar da diferença de perspectiva acima exposta, é característica comum da Ciência Antiga e Moderna o postulado de que o conhecimento científico não se baseia no que é subjetivo, ao contrário, orienta-se para o que é universal e permanente.⁷³ Isso porque um conhecimento subjetivo esbarra em dificuldades de comunicação e verificação: o objetivo da Ciência, Moderna ou Antiga, segundo Bergson, é se deter sobre um conhecimento que possa ser comunicável.⁷⁴ Esta particularidade exige objetividade do conhecimento a ser comunicado. Por isso, ambas utilizam símbolos linguísticos que participam de ideias gerais.

⁶⁸ Bergson ainda escreveu: “Foi com razão, portanto, que se disse que a ciência moderna contrasta com a dos antigos pelo fato de que versa sobre grandezas e se propõe, antes de mais nada, a medi-las.” Ver: EC, p.359-360.

⁶⁹ Ibid, p.360-361.

⁷⁰ Ibid, p.371.

⁷¹ Ibid, p.360-361. “Quando a ciência positiva fala do tempo, reporta-se ao movimento de um certo móvel T sobre sua trajetória. Esse movimento foi por ela escolhido como representativo do tempo e é por definição uniforme.” Ver: Ibid, p.364.

⁷² Ibid, p.363.

⁷³ AB, p.93-94.

⁷⁴ Ibid, p.94.

No caso da Ciência dos antigos, esta não se pautava na realidade física, pois, como esta é cambiante e eles não possuíam o conhecimento das leis constantes da natureza, eles deveriam se pautar em uma realidade estável, do qual poderiam extrair constantes universais. Já os modernos, encontraram na realidade física mutável algumas constantes imutáveis passíveis de serem submetidas a leis matemáticas, do qual extraíram o conteúdo do saber: relações de proporções entre as coisas. O objeto mudou, mas o princípio é o mesmo.⁷⁵

Antes de tudo, é importante resgatar que a ideia de um paralelismo já estava presente entre os Antigos, porém, com uma conotação distinta da que verificamos na Filosofia Moderna e na Psicofisiologia. Tal ideia de paralelismo não pertenceria ao domínio do sensível, mas ao domínio do inteligível.⁷⁶ A correspondência seria entre a inteligência e o inteligível, mas no sentido de serem duas expressões de uma mesma unidade, como, por exemplo, um mesmo objeto que, visto de um ângulo apresentaria o formato côncavo e, de outro ângulo, o formato convexo.⁷⁷ Os antigos se voltavam para o domínio do inteligível porque era lá que as características de eternidade, estabilidade e universalidade eram encontradas, o domínio do sensível não dava conta dessas definições. Com isso, eles estavam em consonância com as premissas que compõem o conhecimento científico.⁷⁸

Como vimos anteriormente, antigos e modernos partilhavam de uma concepção de Ciência semelhante. A diferença residia no objeto a ser verificado pelo conhecimento científico. No caso da passagem da expressão paralelística dos antigos para os modernos, observamos que as mesmas características de eternidade, estabilidade e universalidade eram buscadas não mais na transcendência do mundo sensível, mas nas relações que poderiam ser estabelecidas no seio da materialidade.⁷⁹ É nesse sentido que a Geometria e a Matemática ganharam força, pois forneciam as constantes necessárias para a comunicação do conhecimento científico da matéria, principalmente pelas categorias de extensão e movimento.⁸⁰ Por fim, Bergson verificou que houve uma transposição do paralelismo dos antigos, entre inteligência e inteligíveis, para o paralelismo entre a alma e o corpo. A mesma harmonia suposta pelos antigos também é suposta pelos modernos, mas envolvendo, agora, dois níveis distintos: extenso e o inextenso.⁸¹

⁷⁵ AB, p.94-96.

⁷⁶ Ibid, p.110.

⁷⁷ Ibid, p.111.

⁷⁸ Ibid, p.112.

⁷⁹ Ibid, p.113.

⁸⁰ Ibid, p.113.

⁸¹ Ibid, p.113.

Em decorrência dessa mudança de objeto, não mais sobre coisas e sim sobre relações, surgiu uma Metafísica completamente nova.⁸² Bergson não se deteve em aprofundar o conteúdo dessa novidade apresentada pela Metafísica a partir dos eventos da modernidade. Contudo, vale ressaltar que uma diferença capital entre a Metafísica Clássica e a Metafísica Moderna, dada a mudança de objeto operada, está no fato de que a primeira seria transcendente ao mundo sensível e a segunda seria imanente ao mundo sensível e o teria por objeto de estudo.⁸³ Seguindo as influências da Ciência Moderna, Descartes é considerado, por Bergson, como o pensador que absorveu a proposta metodológica da Ciência Moderna, acentuando o estudo do mundo material que seria determinado pelas leis da Física e exprimível melhor pela precisão da linguagem Matemática.

Sob tal enfoque, a filosofia cartesiana, apoiada nas conquistas científicas daquele período, pensou a realidade de modo completamente novo, fazendo uma distinção fundamental entre as coisas espirituais e as coisas materiais.⁸⁴ A novidade fundamental não está tanto nessa distinção, mas no modo como Descartes definiu a matéria a partir das propriedades da extensão. Bergson acentuou o fato de que nunca antes a matéria havia sido definida por propriedades da extensão, sendo isso uma questão essencialmente cartesiana.⁸⁵ É possível, também, atribuir a Descartes uma oscilação entre duas correntes Metafísicas. Por um lado, Descartes afirmou um mecanicismo universal quanto à matéria, sendo esta passível de medições e previsibilidade. Por outro lado, ele creu no livre-arbítrio humano, garantido pela ideia de Deus.⁸⁶ Todavia, a linha de pensamento que mais supria as necessidades teóricas da Ciência Moderna estava relacionada ao mundo material, principalmente porque acentuava os aspectos geométricos da matéria e a definia por estes.⁸⁷

Visto que Descartes propôs uma distinção fundamental entre *res cogitans* e *res extensa*, passa-se, então, à formulação de outro problema⁸⁸ que não era colocado pelos

⁸² AB, p.97. É por isso que a ciência antiga tende à transcendência do mundo sensível e a ciência moderna preza pela imanência da realidade física.

⁸³ Ibid, p.97. O que parece ficar mais evidente com a afirmação de Bergson é que essa nova Metafísica tem como novidade fundamental o estudo do mundo material e não tanto uma realidade suprassensível, como em Platão ou Aristóteles.

⁸⁴ Ibid, p.98.

⁸⁵ Ibid, p.98.

⁸⁶ EC, p.372-373. Ainda nessas páginas, Bergson acusou Descartes de não ter levado nenhum desses pensamentos ao seu ponto extremo. O primeiro conduziria ao determinismo universal; já o segundo, a uma concepção de tempo que não mais seria o da criação continuada da parte de Deus, mas seria pura continuidade, aproximando-se da concepção bergsoniana de tempo como duração.

⁸⁷ Ibid, p.374. Bergson chega a afirmar que Descartes fez das relações matemáticas entre os fenômenos da natureza a própria essência dos fenômenos. Ver: MM, p.6.

⁸⁸ Bergson, com o intuito de não cair no âmbito puramente conceptual da relação do extenso e do inextenso e marcar a pertinência desse problema, fez alusão ao problema da liberdade como uma faceta do mesmo problema.

filósofos anteriores a ele: como duas substâncias de natureza distinta poderiam se relacionar?⁸⁹ Em outras palavras, estamos diante da matriz metafísica do problema da relação entre a mente e o corpo: como a mente, sendo inextensa, poderia se relacionar com o corpo, que é extenso? Já verificamos a importância dessa questão para o surgimento e desenvolvimento da Psicologia Experimental, principalmente pela novidade em explicar alguns termos utilizados pelos psicólogos a partir de um modelo fisiológico.⁹⁰ Na interpretação bergsoniana, também o paralelismo entre o físico e o psíquico tem origem no problema da relação entre a mente e o corpo, apresentado pelo cartesianismo. Todavia, para Bergson, foram os discípulos de Descartes⁹¹ que extrapolaram o pensamento do mestre e formularam a ideia de um paralelismo estrito entre estados mentais e estados cerebrais.⁹² Bergson foi ainda mais longe em suas afirmações ao dizer que o paralelismo em questão tem sua origem na distinção de natureza entre alma e matéria: a hipótese paralelista seria uma hipótese metafísica, não encontrando respaldo em alguma experiência empírica.⁹³ Cabe-nos, agora, apresentar como se dá essa passagem de uma hipótese *a priori* à uma afirmação que carrega pretensões de ser empírica.

Uma vez que a Metafísica Antiga tinha uma abrangência da totalidade dos fenômenos e sustentava o paralelismo entre inteligência e inteligíveis, a Filosofia Moderna se viu diante da necessidade de, também, apresentar uma Metafísica que abarcasse a totalidade do real.⁹⁴ Contudo, a dificuldade era maior devido ao forte dualismo que fora introduzido pela filosofia cartesiana. Bergson sustentou a ideia de que foi na Filosofia Antiga que, por exemplo, Spinoza e Leibniz encontraram inspiração para essa empreitada da Metafísica, que buscava se alinhar com a Ciência Moderna. A inspiração dada pelos antigos era a de contrair todos os conceitos em um único conceito, como o conceito aristotélico de Deus.⁹⁵ É razoável pensar que essa demanda parte mais dos próprios filósofos do que dos cientistas, visto que a

Pensando a partir do problema da liberdade, ele já se fazia presente na Filosofia Antiga, mas não na expressão insolúvel que foi apresentada pelo cartesianismo. Se, por um lado, a matéria é conhecida pelas suas estruturas geométricas, passíveis de medição e sujeitas a leis constantes, por outro lado, a consciência não o é. Como associar a ação humana, que se expressa tanto no movimento do corpo, quanto na consciência da ação? Sendo que o corpo é determinável e quantificável e o espírito não estaria sujeito às categorias da extensão? Tal tipo de problema não estava presente antes de Descartes. Ver: AB, p.99-101.

⁸⁹ AB, p.98-99.

⁹⁰ Esse assunto é abordado na primeira seção deste capítulo.

⁹¹ Também em *O Cérebro e o Pensamento – Uma ilusão filosófica*, Bergson afirmou que, com algumas ressalvas, essa tese da equivalência é uma tese metafísica que descende do cartesianismo, principalmente aquele que foi elaborado pelos sucessores de Descartes até chegar na psicofísica do século XIX. Ver: EE, p.192.

⁹² AB, p.88.

⁹³ Ibid, p.102-103.

⁹⁴ EC, p.376.

⁹⁵ Ibid, p.376.

preocupação maior da Ciência era o estudo do mundo material. Este seria uma parte da realidade, a outra parte abarcaria os aspectos da vida mental do ser humano em sua expressão qualitativa. Assumir a pretensão da Filosofia Antiga de elaborar uma Metafísica que abarcasse a totalidade do real, suporia, da parte da Filosofia Moderna, um salto metafísico em que seria afirmada a correspondência entre a mente e o corpo humano.⁹⁶ A necessidade desse salto metafísico também se deve ao fato de que, desde que se assumiu o método científico como modelo, o aspecto qualitativo da vida humana não era considerado como calculável pela aplicação da Matemática ou Geometria, próprios para o aspecto quantitativo.

Como reconheceu Bergson, por mais que o pensamento cartesiano seja considerado como fundamental para o surgimento da hipótese paralelista, Bergson não chegou a afirmar que Descartes a teria formulado.⁹⁷ Assim, a formulação da hipótese paralelista na Metafísica Moderna teria alcançado sua forma explícita apenas com Espinosa.⁹⁸ Isto porque, ao dualismo cartesiano, marca inicial para o paralelismo entre a mente e o corpo, soma-se outra descoberta que serviu de inspiração à Metafísica espinosana: a invenção da Geometria Analítica. Esta, por sua vez, fornecia a possibilidade de descrição de um círculo, por exemplo, em duas linguagens distintas.⁹⁹ Seria possível descrever as propriedades de um círculo pela sua representação geométrica, mas essa descrição poderia assumir outros signos e ser expressada pela álgebra, como duas linguagens para traduzir um mesmo original. A correspondência seria exata.¹⁰⁰ Assim, “O paralelismo dos modos do pensamento e dos modos da extensão é, então, um paralelismo análogo, eu diria, idêntico à aquele que Descartes em sua geometria estabelece entre o estudo geométrico de uma ciência matemática e seu estudo algébrico.”¹⁰¹ Para Bergson, Espinosa fez a mesma coisa quando afirmou o paralelismo entre o pensamento e a extensão, como duas formas de expressão de uma mesma substância, que seria Deus. Muitas seriam as possibilidades em que essa substância poderia se expressar; no caso do ser humano, teríamos acesso a duas vias: pensamento e extensão.¹⁰²

⁹⁶ EC, p.377. Parece que a intenção de Bergson é a de mostrar que, em primeiro momento, a demanda de um paralelismo entre a mente e o corpo é mais da Metafísica que da própria Ciência Moderna, pois seria apenas necessário para os cientistas assumir esse paralelismo como uma hipótese metodológica. Dada a pretensão de satisfazer às necessidades da Ciência Moderna e, ao mesmo tempo, apresentar uma Metafísica à altura da Ciência e que, num golpe, abarcasse a totalidade do real, foi formulada a Metafísica Moderna que parte da hipótese de que há um paralelismo entre a mente e o corpo. Ver: EC, p.377-378.

⁹⁷ EE, p.39. Nessa mesma página, Bergson ainda considerou que Descartes não ousou tal afirmação, mesmo a custas de prejuízo de sua doutrina, pois desejava preservar o ato livre.

⁹⁸ Ibid, p.40.

⁹⁹ AB, p.118.

¹⁰⁰ Ibid, p.118-119.

¹⁰¹ Ibid, 119 – tradução nossa.

¹⁰² Ibid, p.119. “O paralelismo dos modos do pensamento e dos modos da extensão é, então, um paralelismo

Apesar de sua importância para a consolidação dessa Metafísica que está nas bases da afirmação paralelística, não foi Espinosa que a introduziu nos estudos da Psicofisiologia moderna.¹⁰³ Bergson apontou que essa transição foi realizada por filósofos e pesquisadores do corpo humano em diversas partes da Europa, principalmente na França, Alemanha e Inglaterra.¹⁰⁴ Um caso significativo dessa transição é localizável no pensamento de Étienne de Condillac (1715-1780). Ele se apropriou da metodologia que Descartes utilizou para reconstruir o mundo a partir de alguns postulados básicos, partindo dos elementos simples que comporiam o mundo material.¹⁰⁵ Utilizando-se desse mesmo método, Condillac trabalhou para a reconstrução do âmbito psicológico do ser humano a partir de postulados basilares e de elementos simples que formariam um fato mental. É com base nessa análise que Bergson caracterizou a Condillac como o “reconstrutor do espírito”, inspirado por Descartes como o reconstrutor da matéria.¹⁰⁶ Essa reconstrução do espírito era baseada nos elementos mais simples que compõem uma sensação humana, de modo a se proceder por associação desses elementos até se chegar aos fatos mais complexos da vida interior humana.¹⁰⁷ Posteriormente, Condillac chegou a formular a afirmação de que cada estado psicológico teria correspondência equivalente com um estado corporal. Porém, de acordo com Bergson, Condillac não aprofundou essa afirmação,¹⁰⁸ o que sugere que, como a premissa de que o fato mental é decomponível em elementos simples é uma afirmação *a priori*, tomada de empréstimo de um método empregado para o estudo da matéria, a afirmação da correspondência entre estados psicológicos e estados mentais, no trabalho de Condillac, também seria *a priori*.

Outro caso da apropriação do paralelismo entre a mente e o corpo está no pensamento de Charles Bonnet (1720-1793). Bergson considerou que Bonnet aprimorou a ideia da fisiologia cartesiana, substituindo os “espíritos animais”, que seriam responsáveis pela transmissão dos estímulos externos e movimento do corpo, pelos “fluidos corporais”, assegurando que a sensação é derivada desses fluidos corporais, presentes nas fibras

análogo, eu diria, idêntico à aquele que Descartes em sua geometria estabelece entre o estudo geométrico de uma ciência matemática e seu estudo algébrico.”

¹⁰³ AB, p.124.

¹⁰⁴ Ibid, p.126.

¹⁰⁵ Ibid, p.126.

¹⁰⁶ Ibid, p.126.

¹⁰⁷ Ibid, p.127-128. Ainda nesse trecho, Condillac considerava a reconstrução do espírito humano pelo princípio da associação de elementos simples que compõem a vida interior humana como mais fiel que os trabalhos que poderiam ser realizados para a construção do mundo material, visto que o primeiro nos é dado diretamente e nos é interior; já o segundo, nos é dado pela mediação da percepção.

¹⁰⁸ Ibid, p.129.

nervosas.¹⁰⁹ E mais: Bonnet, considerava que as percepções do mundo que estão presentes na memória não se difeririam daquelas que são fornecidas pela excitação dos objetos no momento da percepção. A memória seria um entrelaçamento dessas fibras que recuperaria a percepção original.¹¹⁰ Contudo, como bem apontou Bergson, não se possuía o conhecimento fisiológico das estruturas das fibras nervosas, nem como se daria esse entrelaçamento das fibras, o próprio Bonnet assumiu isso em seus escritos.¹¹¹ A força da argumentação bergsoniana provém das afirmações que Bonnet fez sobre o funcionamento do sistema nervoso e das fibras, mas desconhecendo as estruturas que compõem tais fibras e a atuação destas quando estimuladas. O desenvolvimento da Histologia data do século XIX.¹¹² Se as fibras não eram conhecidas em suas estruturas, as afirmações feitas por Bonnet também não estão baseadas nas experiências empíricas, ao contrário, alicerçam-se em uma suposição *a priori*. A ideia de Bergson é que os trabalhos de Bonnet revelam que não é no desenvolvimento da Anatomia que a Psicofisiologia, em seus inícios, apoiou-se.¹¹³ Ao contrário, esse traço especulativo da Psicofisiologia teria influenciado os posteriores estudos da anatomia cerebral. Segundo Bergson, Bonnet conhecia a metafísica de Espinosa e Leibniz, cujos conteúdos expressavam a ideia do paralelismo.¹¹⁴ Com esse segundo exemplo dos estudos de Bonnet, Bergson evidenciou que a pretensão empírica do paralelismo psicofisiológico não havia encontrado, até então, alguma experiência empírica que o comprovasse. Este era assumido pelos fisiólogos como uma hipótese de trabalho e a Metafísica vigente não só dava margens para essa prática, como a fundamentava.

Pelo exposto nesta seção, torna-se compreensível a crítica de Bergson à origem da concepção paralelista entre o físico e o mental. No contexto do aprofundamento das bases teóricas da Psicofisiologia, conhecer a origem e consolidação de uma das principais premissas de trabalho dos psicofisiologistas do século XIX, mostrou-se necessário e pertinente, pois trouxe à luz uma possível dificuldade de fundamentação do paralelismo psicofisiológico. Bergson verificou que seus contemporâneos fisiologistas, aqueles que afirmavam a

¹⁰⁹ AB, p.129-130.

¹¹⁰ Ibid, p.130-131.

¹¹¹ Ibid, p.132. Bergson citando um trecho de Bonnet, retirado de *Essai analytique sur l'âme*: “Importa-me muito que eu faça observar a meu leitor que, falando frequentemente de fibras, eu não tenho a pretensão de determinar o tipo de instrumento ao qual a produção e reprodução das ideias está ligada, eu professo ignorar perfeitamente a natureza desses órgãos infinitamente pequenos. Declaro, então, bem expressamente, que eu não emprego as palavras *fibras, feixes de fibra* como Newton empregou a palavra *atração* para exprimir um efeito cuja causa ou o *como* nos é desconhecido.” Ver: AB, p.132 – tradução e grifos nossos.

¹¹² Ibid, p.133.

¹¹³ Ibid, p.133.

¹¹⁴ Ibid, p.134-135.

equivalência exata entre estados psicológicos e estados cerebrais, enxergavam-se muito distantes dos metafísicos do século XIX e muito próximos da experiência empírica.¹¹⁵ Em contrapartida, como foi exposto, é na Metafísica que se encontraram as primeiras evidências da equivalência em questão, hipótese puramente *a priori*. Mas o surgimento dessa hipótese não foi gratuito, a Metafísica que a gestou visava atender aos novos paradigmas que a Ciência Moderna apresentou.¹¹⁶ Sem a fundamental contribuição dos físicos, astrônomos, matemáticos e filósofos, tais como Galileu, Kepler, Descartes, essa mudança no modo de praticar a Ciência não teria conquistado e influenciado a modernidade e inspirado os trabalhos das diversas ciências, como a Fisiologia, que surgiram desse movimento.

Vale, ainda, ressaltar que o estudo histórico do surgimento da hipótese metafísica do paralelismo psicofisiológico nos fornece uma primeira refutação dessa mesma hipótese. Caso o argumento de Bergson seja correto, a Psicofisiologia do século XIX,¹¹⁷ que afirmava tal paralelismo como um dado proveniente da observação e que não era posto em questão, poderia ser questionada já em sua raiz. Se a premissa básica que sustenta um argumento é duvidosa, esta põe em cheque toda a argumentação e os resultados conquistados. Todavia, não se pode negar o sucesso e o progresso conquistados pela Fisiologia e pelas Neurociências, atualmente. Isso nos faz pensar que essa ainda é uma questão aberta, merecedora de aprofundamento e diálogo entre Ciência e Filosofia. Voltamos, então, à introdução de *Matéria e Memória*, à afirmação bergsoniana de que a relação entre o corporal e o espiritual foi muito tratada, mas pouco estudada.¹¹⁸ O estudo histórico da origem da hipótese do paralelismo psicofisiológico mostrou que a suspeita de Bergson é pertinente: a relação entre os estados mentais e os estados corporais, do qual o pensamento bergsoniano não levanta dúvidas, foi assumida como uma relação de correspondência, principalmente para atender aos interesses da Ciência Moderna.¹¹⁹ E o que poderia parecer mais estranho a Bergson seria o movimento da Filosofia em não questionar tal hipótese, ao contrário, reforça-la com uma roupagem de empiria.

¹¹⁵ EC, p.382.

¹¹⁶ EE, p.39. Bergson, nessa página, escreveu: “[...] essa hipótese fora deduzida muito naturalmente dos princípios gerais de uma metafísica concebida, pelo menos em grande parte, para dar corpo às expectativas da física moderna.”

¹¹⁷ De acordo com Bergson, o autor mais influente na França do século XIX, no que diz respeito à hipótese paralelista, era Hipolyte de Taine (1828-1893). Este afirmava, aos moldes da filosofia de Espinosa de que há apenas uma realidade que se expressa um mesmo conteúdo em linguagens diferentes, que a natureza possui duas facetas que se expressa por elementos sucessivos e simultâneos. Estes poderiam ser conhecidos interiormente por eles mesmo e exteriormente pelas impressões que causam em nossos sentidos, ao modo de uma correspondência perfeita. Elemento por elemento, o evento físico corresponderia ao evento espiritual. Ver: AB, p.141-142.

¹¹⁸ MM, p.4.

¹¹⁹ Ibid, p.5

Apesar de sua importância para apresentar a fragilidade da hipótese do paralelismo psicofisiológico, a reconstrução histórica da gênese dessa hipótese não é a principal refutação bergsoniana à Psicofisiologia do século XIX. Bergson também se deteve a analisar as implicações do paralelismo e sua coerência interna. Com isso, ele apresentou outra argumentação que desabona a hipótese paralelista, mostrando o absurdo no qual esta recai. Como já foi visto, a hipótese paralelista está diretamente implicada, segundo Bergson, com a Metafísica Moderna, em sua pretensão de fundamentar um conhecimento que abarca a totalidade do real e ainda atender às expectativas da Ciência Moderna. No prefácio de *Matéria e Memória*, o autor não deu um destaque a qual seria essa “Metafísica”, dizendo-se apenas que: “[...] porque a ciência se habituou, graças a uma certa filosofia, a crer que não há hipótese mais plausível, mais conforme aos interesses da ciência positiva.”¹²⁰ Entretanto, tudo leva a crer que ele se referia às concepções realistas e idealistas quanto à matéria.¹²¹ Nossa hipótese de leitura também parte desse princípio: quando Bergson desenvolveu uma contundente crítica ao realismo e ao idealismo, na medida em que apresentava a estrutura e a destinação da percepção, ele vinculou esses dois modos de conceber a matéria como bases fundamentais da Metafísica que tendia a sustentar a hipótese paralelista. Além de ter mostrado que essa hipótese tem um fundamento *a priori*, em uma Metafísica que mais se prestava aos interesses da Ciência Moderna, Bergson procurou mostrar que a mesma hipótese do paralelismo psicofisiológico, por se sustentar ora no realismo, ora no idealismo quanto à matéria, possui contradições internas quando se vê diante da afirmação da realidade do mundo material e o fenômeno da percepção.

Aproximando mais essa discussão para o campo da Filosofia, deparamo-nos com a necessidade de refletir sobre a posição do ser humano diante do mundo material. Na medida em que a relação entre a mente e o corpo se tornou um problema, a própria mente e o próprio corpo se tornaram problemas. Mas a nossa experiência mais imediata nos mostra que, na maioria dos casos, não temos dificuldades em relacionar nossos estados corporais com os nossos estados mentais, apresentando-se mais como uma experiência de unidade, mesmo com as diferenças que comumente atribuímos ao corpo e à mente. Visto que o corpo se tornou um problema quando relacionado com a consciência, voltar-nos-emos, então, para a compreensão do que é o corpo e qual seu papel na relação entre o corporal e o mental. Como suspeita levantada, se o problema do paralelismo psicofisiológico buscou apoio nas visões realistas e

¹²⁰ MM, p.5.

¹²¹ SAMPAIO, 2015, p.12.

idealistas quanto à matéria, é na própria relação entre o ser humano e a realidade material que Bergson encontrou as fragilidades do realismo e do idealismo. Para expressar tais fragilidades, foi necessário tematizar o corpo humano em suas características que proporcionam ao ser humano a abertura ao mundo material: percepção e sensação. A partir de um estudo dessas funções do corpo, Bergson conseguiu desmontar as armadilhas criadas pelo paralelismo psicofisiológico, apresentando as contradições inerentes a essa hipótese, o que permitiu elaborar uma proposta de qual seria o papel do corpo na relação entre o corpo e o espírito. Desse modo, seguimos para o estudo da percepção.

Capítulo II – A Percepção da matéria

No que toca a compreensão de como percebemos o mundo exterior, Bergson observou a existência de dificuldades teóricas comuns à Filosofia e à Psicologia de seu tempo. Por um lado, na época de *Matéria e Memória*, o realismo e o idealismo eram as principais concepções filosóficas sobre a matéria – e ambas seriam suspeitas por serem “excessivas” em relação ao senso comum.¹ Por sua vez, a Psicologia teria interpretado erroneamente a relação entre a matéria e o espírito ao afirmar que a relação entre estes seria uma correspondência estrita.² A desconfiança quantos aos resultados apresentados por esses campos do conhecimento foi o que motivou a pesquisa de Bergson para compreender algumas contradições internas próprias a essas hipóteses, dificuldades estas que conduziriam a reflexão filosófica a problemas insolúveis e a prática psicológica ao distanciamento da realidade.

O principal mote que orientará este capítulo se refere ao problema metafísico que Bergson entreviu quanto ao estudo da percepção. O objetivo mais amplo de *Matéria e Memória* é demonstrar que o espírito não é redutível ao corpo, ou seja, um problema que surge do modo como a Psicofisiologia compreende a relação entre o corpo e o espírito. Buscou-se o fundamento teórico que sustentaria a hipótese de que os estados mentais seriam fundados nos estados cerebrais, seja por uma afirmação de cunho paralelista, em que haveria uma correspondência estrita entre a mente e o cérebro, seja por uma afirmação de cunho epifenomenista, que enxergaria no fenômeno mental apenas uma fosforescência dos estados cerebrais. Bergson não teve dúvidas quanto ao aspecto filosófico dessa afirmação psicofisiológica da relação entre o corpo e o espírito. Ele compreendeu que os pressupostos teóricos que endossam a hipótese da Psicofisiologia estavam alicerçados principalmente no modo como o realismo e o idealismo compreendem a matéria. Ao fim de seu estudo, Bergson concluiu que o fenômeno da percepção é amplo, pois também envolve as lembranças, mas que em um estado mais puro, ou seja, quando se extrai as lembranças da percepção, nos levaria a “tocar” a realidade dos objetos.³ Compreende-se o termo “tocar” em um sentido de que as percepções não seriam geradas pelo cérebro, mas seriam qualidades fornecidas pelos próprios objetos percebidos. Com isso, não haveria uma barreira entre o mundo material e o

¹ MM, p.1.

² Ibid, p.4.

³ Ibid, p.80.

conhecimento do mundo. Essa hipótese bergsoniana, que pretendemos verificar, entra em conflito com as perspectivas realistas e idealistas da matéria.

Bergson fez uma demarcação conceptual e histórica do termo “realismo”⁴. A base da afirmação realista é de que há na matéria aspectos que fogem à possibilidade de representação, que o mundo material é independente da representação que o homem pode fazer dele. Isso significa que “[...] sob nossa representação da matéria há uma causa inacessível dessa representação, que por trás da percepção, que é atualidade, há poderes e virtualidades ocultas [...]”, ou seja, percebemos o mundo a partir de nossas estruturas de percepção.⁵ É por isso que, para o realista, percebemos “coisas”, pois estas carregam algo de indeterminado. Uma peculiaridade no pensamento bergsoniano foi identificar esse realismo em relação à existência da matéria com a filosofia de Descartes.⁶ Embora seja mais comum nomear a Descartes como um idealista,⁷ a caracterização dada por Bergson à filosofia cartesiana se deve ao fato de que esta, ao afirmar que da matéria só podemos conhecer os aspectos ligados à extensão geométrica, colocou o conhecimento do mundo exterior muito distante de nós.⁸

Já o “idealismo”⁹ é um sistema de notação que nomeia de “representações” os dados recebidos pela percepção. Para um idealista, a realidade não contém mais elementos do que aquilo que nós representamos desta. Tudo na matéria poderia ser representado, não havendo espaço, assim, para a algo que exista independente das representações: “Em resumo, o idealismo é o sistema de notação que implica que todo o essencial da matéria é mostrado ou mostrável na representação que temos dela, e que as articulações do real são as mesmas de

⁴ Lalande, dentre as várias possibilidades, define o realismo como “Doutrina na qual o ser é independente do conhecimento atual que os sujeitos conscientes podem ter; *esse* não é equivalente a *percipi*, mesmo no sentido mais largo que podemos dar a essa palavra”. Outra definição dada por ele é: “Doutrina na qual o ser é, *em natureza*, outra coisa que o pensamento, e não pode nem é tirado do pensamento, nem se exprimir de modo exaustivo em termos lógicos.” (*Id*, 1997, p.892 – grifo do autor; tradução nossa).

⁵ EE, p. 194.

⁶ MM(ec), p.302.

⁷ LALANDE, 1997, p.438. Lalande apresenta a descrição kantiana em que este define o cartesianismo como um “idealismo problemático”.

⁸ MM, p.3. É interessante salientar que o realismo cartesiano não é o “ingênuo”, pois não admite a realidade das qualidades secundárias, mas apenas a das qualidades primárias.

⁹ André Lalande faz uma apurada descrição do idealismo em suas diversas expressões (Ver: LALANDE, 1997, p.435-444). De modo geral, ele diz que o idealismo é a tendência filosófica que situa a existência no campo do pensamento, entendendo o pensamento de modo muito amplo, segundo ele, tal como aplicava Descartes. Lalande apresenta uma definição de idealismo dada por J. Lachelier: “O *idealismo*, no sentido filosófico, consiste, parece-me, em acreditar que o mundo – que ao menos eu posso o conhecer e falar dele, - compõe-se exclusivamente de representação, e mesmo de minhas representações, atuais ou possíveis, materiais ou formais.” (LACHELIER, Jules, apud LALANDE, 1997, p.438-439 – grifo do autor; tradução nossa).

nossa representação.”¹⁰ Para Bergson, Berkeley foi o expoente do idealismo acima caracterizado,¹¹ pois, no afã de regatar o conhecimento humano da realidade exterior, ele afirmou que as qualidades secundárias da matéria tinham, ao menos, tanta realidade quanto às qualidades primárias. Porém, para as equiparar, ele as transportou para o interior do espírito humano, transformando em ideias os dados recebidos por nossos sentidos.¹² Sobre o ponto de vista de Berkeley, Bergson ainda escreveu:

O idealismo de Berkeley significa é que a matéria é coextensiva à nossa representação; que ela não tem interior, não tem avesso; que ela nada esconde, não encerra nada; que ela não possui potências nem virtualidades de espécie alguma; que ela está esparramada na superfície e que ela está inteira, em cada instante, naquilo que ela dá. A palavra “ideia” designa normalmente uma existência desse gênero, quero dizer, uma existência completamente realizada, cujo ser é uma só e mesma coisa que o parecer, ao passo que a palavra “coisa” no faz pensar numa realidade que seria ao mesmo tempo um reservatório de possibilidades; é por essa razão que Berkeley prefere chamar os corpos de ideias a chama-las de coisas.¹³

A questão mais importante não é dar uma definição profunda do que são essas linhas de pensamento – Bergson sugeriu que é possível apresenta-las de modo mais elaborado e que outros filósofos já o fizeram ao longo da história da Filosofia.¹⁴ Mais significativo do que fazer um estudo historiográfico desses termos é saber que estes expressam duas tendências ou dois sistemas de notação diferentes, segundo os quais o idealismo estende-se tão longe quanto o representável e o realismo reivindica o que ultrapassa a representação.¹⁵ A essa afirmação, acrescenta-se um convite para aqueles que questionassem a generalidade de tais definições: assumir esses termos como duas notações do real, “[...] uma das quais implica a possibilidade e a outra a impossibilidade de identificar as coisas com a representação, estendida e articulada no espaço, que elas oferecem a uma consciência humana.”¹⁶

Qual seria a suspeita em relação ao “realismo” e ao “idealismo” quanto à matéria? A pergunta que Bergson tentou responder se referia ao estatuto filosófico do corpo humano, tendo a percepção como mote principal. O realismo exagera quando quer “[...] fazer da matéria algo que produziria em nós representações mas que seria de uma natureza diferente delas.”; e o idealismo se torna excessivo na medida em que reduz “[...] a matéria à percepção

¹⁰ EE, p.194.

¹¹ ES(ec), p.361.

¹² MM, p.3.

¹³ PM, p.133.

¹⁴ EE, p.194.

¹⁵ Ibid, p.195.

¹⁶ Ibid, p.195.

que temos dela [...]”¹⁷ Do fato destas hipóteses serem imoderadas, segue-se que precisariam ser corrigidas em seus excessos pois, em ambos os casos, Bergson desconfiou que há uma diferença entre os dados imediatos da percepção e o modo como o realismo e o idealismo a explicam. É nesse ponto que a argumentação bergsoniana tomou como princípio básico o modo de pensar do “senso comum”, pois soaria estranho para alguém, alheio a essas discussões filosóficas, a afirmação de que um objeto percebido só existiria em seu espírito ou que haveria uma diferença significativa entre a nossa percepção de um objeto com aquilo que, de fato, seria o objeto.¹⁸ É a partir de um retorno à experiência simples, ou seja, ao modo como o senso comum experimentaria o mundo através da percepção, que Bergson problematizou o idealismo e o realismo quanto à natureza mesma da matéria.

Eis o panorama histórico-conceptual e o programa de Bergson na primeira parte de *Matéria & Memória*: evidenciar as dificuldades teóricas da Psicologia Experimental na medida em que se tornam visíveis as contradições filosóficas que sustentariam tal prática dos psicólogos. Nosso esforço, então, consiste em compreender como Bergson chegou à sua própria concepção metafísica sobre a percepção e em que sentido os resultados de sua pesquisa fariam oposição ao realismo e ao idealismo, explicitando as dificuldades teóricas que estão na base do problema da relação entre a mente e o corpo. Por tal itinerário compreenderemos o papel do corpo no bergsonismo. Seguiremos o caminho de Bergson na apresentação de uma gênese da percepção do ser humano, a fim de lançar as bases para as críticas metafísicas e psicológicas por ele propostas. Não se trata aqui de responder à pergunta “o que é a percepção?”, mas de verificar, sem os prejuízos das teorias realistas e idealistas da matéria, como o problema da percepção é revigorado por Bergson e como se pode assim repensar o papel do corpo. Iniciamos a formulação bergsoniana do problema da percepção com base na concepção de que a matéria é um “conjunto de imagens”.¹⁹

2.1 – Da colocação do problema em termos de imagens

O ponto de partida, presente logo na primeira frase do capítulo inicial de *Matéria e Memória*, é um convite a lançarmos um olhar sobre o mundo, desprovido das concepções

¹⁷ MM, p.1.

¹⁸ Ibid, p.2.

¹⁹ Ibid, p.1

realistas ou idealistas quanto à matéria.²⁰ A proposta se resumiria, simplesmente, a nos colocarmos diante daquilo que de mais imediato nos chegaria através de nossos sentidos, suspendendo metodologicamente²¹ as concepções filosóficas que Bergson buscou superar. Camille Riquier contextualiza essa opção feita por Bergson quando remonta as origens do problema da união entre o espírito e o corpo à filosofia de Descartes. Segundo Riquier, é no corte operado pelo cartesianismo entre o corpo e a alma que o realismo e o idealismo se permitiram ver o mundo exterior como uma coisa inacessível aos sentidos ou uma representação mental. A proposta de Bergson seria, então, situar-se antes desse corte do cartesianismo, buscando entender as bases que constituiriam tanto o realismo quanto o idealismo.²² Qual seria a experiência humana da realidade quando não se parte desse corte entre a mente e a matéria?

A sugestão que se segue é a de que percebemos “imagens”. Bergson se referiu por “imagem” àquilo que percebo quando “abro meus sentidos” e que deixo de perceber quando os sentidos são fechados.²³ Isso pode soar vago para o leitor especializado, aquele que está acostumado com, por exemplo, as visões realistas e idealistas quanto à matéria, mas foi essa a intenção do autor, pois ele não quis colocar os dados recebidos por nossos sentidos em termos de “coisas” ou de “representações”. Sendo assim, o termo “imagem” evoca o sentido de uma exterioridade e uma interioridade.²⁴ Esta doutrina das “imagens” foi a grande pedra de tropeço para muitos leitores de *Matéria e Memória*. Citávamos, na introdução deste trabalho, as dificuldades de compreensão do livro, em especial do primeiro capítulo, e a necessidade, observada por Bergson, de escrever um segundo prefácio para introduzir o leitor na argumentação da obra.²⁵ Tais dificuldades se referiam, principalmente, ao uso do termo “imagem” e, por isso, ele escreveu no prefácio:

E por ‘imagem’ entendemos uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o

²⁰ MM, p.11. “Iremos fingir por um instante que não conhecemos nada das teorias da matéria e das teorias do espírito, nada de discussões sobre a realidade e idealidade do mundo exterior.”

²¹ WORMS, 1997, p.20.

²² RIQUIER, 2009, p.320-321.

²³ MM, p.11. Worms fala de uma “fenomenologia” da percepção para caracterizar as primeiras linhas do primeiro capítulo de *Matéria e Memória*. Esta fenomenologia é proveniente da suspensão das teses de realidade do mundo para manter o foco apenas no que aparece como tal. Ver: WORMS, 2010, 138-139. Pablo Zunino, ao interpretar Worms, faz uma comparação interessante entre as duas primeiras obras de Bergson. Nos *Dados Imediatos da Consciência* o tempo, enquanto duração, era o dado imediato da vida psicológica. Já em *Matéria e Memória*, a matéria se torna o dado mais imediato da vida psicológica. Ver: ZUNINO, 2012, p.129-130.

²⁴ MM(ec), p.312. A exterioridade se vincula com o mundo material ao qual os sentidos são “abertos” e a interioridade já sugere a existência de um corpo, capaz de perceber o mundo material.

²⁵ Além dos autores já citados na ocasião da introdução, Lacey pontua que *Matéria e Memória* é a obra mais difícil de Bergson, principalmente quando o tema da “imagem” é introduzido. Ver: LACEY, 1989, p.89.

realista chama uma coisa – uma existência situada a meio caminho entre a ‘coisa’ e a ‘representação’.²⁶

Só houve necessidade de colocar a imagem como uma opção intermediária entre as posições realistas e idealistas porque Bergson “quer evitar a intransponível lacuna entre mente e matéria”²⁷ Com isso, ele mesmo reconheceu que a concepção de imagem se aproximava fortemente ao “senso comum”, o que não é uma dificuldade ou diminuição de seu argumento.²⁸

Nesse caso, a noção de imagem seria uma reabilitação filosófica do senso comum. A totalidade da matéria é imagem e esta existe independente de ser ou não percebida. O convite bergsoniano para se compreender o mundo material a partir das imagens não perturba o senso comum, além de ser uma indicação de um fundamento ontológico para as imagens.²⁹ Bergson anteviu o quão estranha poderia ser uma postura filosófica que se colocasse próxima ao senso comum, pois tanto a concepção realista quanto a idealista serviam de base para estudos da Psicologia, Fisiologia, dentre outros.³⁰ Além do mais, renunciar alguns hábitos filosóficos para retornar a uma postura anterior a estes é de “dificuldade extrema”, principalmente quando a novidade proposta se aproximaria muito do antigo senso comum, ou seja, de uma perspectiva não teórica.³¹

Comentando esse trecho de *Matéria e Memória*, A. R. Lacey diz que a posição de Bergson é “manifestadamente” um compromisso entre o realismo e o idealismo, um convite a olhar a matéria pela perspectiva do “senso comum”. Contudo, Lacey afirma que essa posição filosófica de Bergson tenderia a ser ingênua e, por isso, problemática. A ingenuidade seria se aproximar de um realismo pouco elaborado teoricamente, pois as percepções nos apresentariam “coisas” que parecem existir em si mesmas e para nós. Lacey só compreende que o senso comum seria aceitável como ponto de partida da reflexão bergsoniana na medida em que aquele se torna teoricamente justificado. Mas não nos parece que Bergson assume o ponto de vista realista, pois ele coloca o problema em termos de imagens e, como dito, estas

²⁶ MM, p.1-2. Worms reafirma que Bergson escolheu o termo imagem justamente por ser vago. Outros termos como “coisas”, “objetos”, “impressões”, “aparências”, “fenômenos” seriam possibilidades de escolhas, mas eles são carregados de doutrinas filosóficas. Ver: Id, 1997, p.20. Tais conceitos dificilmente contribuiriam para que o leitor se posicionasse antes da ruptura entre alma e corpo proposta por Descartes.

²⁷ LACEY, 1989, p.93. Também Lacey localiza esse corte entre mente e matéria na filosofia cartesiana.

²⁸ MM, p.2. “Um homem estranho às especulações filosóficas ficaria bastante espantado se lhe dissessemos que o objeto diante dele, que ele vê e toca, só existe em seu espírito e para seu espírito [...]. Mas, por outro lado, esse mesmo interlocutor ficaria igualmente espantado se lhe dissessemos que o objeto é bem diferente daquilo que ele percebe, que ele não tem nem a cor que o olho lhe atribui, nem a resistência que a mão encontra nele.”

²⁹ LACEY, 1989, p.89.

³⁰ PM, p.86.

³¹ Ibid, p.87.

podem ser compreendidas a meio termo entre aquilo que os realistas chamam de “coisas” e os idealistas de “representação”. Mas há uma sutileza que talvez valha à pena explicitar. Quando Bergson disse que uma imagem está a meio termo entre coisas e representações, isto pode sugerir que ele chegou à teoria das imagens pela crítica das coisas e das representações. Todavia, isto não é o caso: Bergson partiu do mesmo ponto que as teorias realistas e idealistas, a saber, o senso comum, e tentou mostrar que aquelas tomaram uma direção equívoca ao se afastarem deste. Assim, dizer que uma imagem está a meio termo entre uma coisa e uma representação seria apenas um recurso didático, pois, do ponto de vista do conhecimento, a imagem é a fonte da qual emergiram as coisas e as representações. Nesse caso, Bergson justificou seu ponto de partida ao longo de todo capítulo e, mesmo assim, não assumiu uma postura realista.

Lacey ainda afirma que Bergson adotou o ponto de vista do senso comum, mas não permanece nele por muito tempo.³² Lacey ilustra seu comentário a partir da comparação entre a sensação térmica de uma mesma corrente de ar por pessoas distintas. Diante do mesmo fato, uma pessoa pode perceber o vento como frio e a outra pode perceber o mesmo vento como quente. Nem o senso comum nem Bergson se perturbariam com isso; contudo, diz Lacey, teríamos aqui um problema, pois uma das afirmações de que o vento é quente ou frio estaria errada.³³ Entretanto, será que Lacey realmente se coloca no ponto de vista do senso comum ao dar esse exemplo? Não parece estranho ao senso comum que um mesmo estímulo externo cause diferentes sensações térmicas em pessoas distintas. Sem dificuldades se suporia que um dos indivíduos poderia provir de um clima com temperaturas mais baixas e o outro de um local com temperaturas mais elevadas; logo, não causaria estranheza que uma considerasse uma dada corrente de ar como fria e a outra sentisse a mesma corrente como quente. Para Bergson, seria infrutífero ficar na discussão se o vento é quente ou frio. O ponto de partida do senso comum que ele assume não parece problematizar isso, tal como Lacey supôs, evitando, assim, a posição filosófica que apenas permanece na disputa. Apesar de Bergson ter conhecido essas disputas, ele não fez delas um problema particular. Ele não se colocou na noção de senso comum apenas como um ponto de partida metodológico, tal como o fazem os realistas e idealistas, mas como uma justificação de sua posição metafísica.³⁴

³² Mais adiante se verá que Bergson tem uma proposta filosófica específica para a compreensão da percepção e da relação entre a mente e o corpo.

³³ LACEY, 1989 p.90.

³⁴ Ibid, p.90.

Em continuidade ao argumento de Bergson, vemos que, ao abrir os sentidos para o mundo, percebemos imagens e as relações que estas estabelecem entre si. Um ponto importante é que essas imagens estão em interação umas com as outras a partir de relações constantes, ou, como Bergson disse, estão sujeitas às “leis da natureza”.³⁵ Talvez fosse possível, caso compreendêssemos todas as relações que a matéria estabelece entre si, prever os rumos de tais interações.³⁶ Dentro desse conjunto de imagens percebidas temos também o nosso corpo: ele faz parte do mundo material. Estaria também o corpo sujeito a essas mesmas leis da natureza? Não há dúvida que sim, pois ele é uma imagem. Todavia, como bem pontuou Bergson, o corpo tem uma característica especial, pois ele é conhecido por fora, pelas percepções, mas também por dentro, pelas afecções.³⁷ Nós sentimos o nosso corpo, também sentimos a interação com as outras imagens. Se uma agulha toca nossa pele, podemos sentir tal toque. Caso a agulha seja mais pressionada e venha a romper o tecido epitelial, poderíamos sentir, além do contato, a dor de tal ruptura. Em termos de imagens, como deveríamos compreender essa afecção?

Bergson passou em revista como essas afecções se produzem. Ele sugeriu que as afecções se vinculam aos estímulos externos e esboçam possibilidades de movimentos. Estas convidam a agir, mas também têm a “autorização de esperar ou nada fazer”, parecem se guiar pela utilidade ou não da escolha a ser feita diante de um estímulo, mas não uma “coerção que exclui a escolha”. Dado um estímulo externo e uma sensação que o seguiu, podem ser evocadas lembranças que recordem situações de perigo já vivenciadas, a fim de se evitar o que poderia colocar a vida em risco. Ainda nesse quadro, quando se examina a consciência, é possível perceber que esta se faz presente na afecção e assiste às iniciativas que se poderia tomar. Mas a consciência também se eclipsaria quando a atividade se torna automática, demonstrando-se desnecessária.³⁸ Bergson não teve aqui uma preocupação em dar uma descrição profunda do que seria a afecção. Seu interesse maior está antes em compreender o papel que esta exerce dado um estímulo exterior do que em descrever o conteúdo da

³⁵ MM, p.11.

³⁶ WORMS, 1997, p.22. Worms comenta que essa é a prática da ciência. Porém, ela faz um caminho inverso: ela não tem como ponto de partida a totalidade do mundo exterior, ao contrário, chegaria a uma totalidade a partir das relações de causalidade e necessidade que há nas partes dessa totalidade, o que poderia ser visto como um processo de fragmentação.

³⁷ MM, p.11. Quando falávamos sobre as imagens, apontávamos o sentido de “interior” e “exterior”. Estes termos podem ser melhor compreendidos agora, visto que é apresentada uma diferenciação entre a percepção e a afecção. Zunino comenta que o corpo humano, por ser uma imagem especial, introduz essa dicotomia de “interior” e “exterior”. Seria nesse sentido que o corpo é conhecido por fora (percepção) e por dentro (afecção). Ver: ZUNINO, 2012, p.141.

³⁸ MM. p.12.

afecção.³⁹ Um ponto chave para entender o papel das afecções para o ser humano está na condição em que elas se produzem: “[...] descubro que vêm sempre se intercalar entre estímulos que recebo de fora e movimentos que vou executar [...]”.⁴⁰ Nesse ponto da exposição, Bergson já anuncia que o movimento é a chave de compreensão mais importante para entender o fenômeno da percepção e da afecção. Nosso corpo é uma imagem inserida no conjunto da totalidade das imagens, mas pode se mover no espaço e responder de diversos modos aos estímulos externos. Entretanto, como as imagens estão em interação umas com as outras a partir das leis da natureza, o determinismo da ação humana surge novamente como questão a ser enfrentada.⁴¹

Quando Bergson descreveu que a interação entre as imagens seguia o padrão das leis constantes que regem a matéria, ainda não tinha citado o corpo como uma imagem especial. Ao descrever o processo perceptivo e afetivo, de acordo com tal descrição, parece que o corpo não se comporta do mesmo modo como as outras imagens.⁴² Dado um determinado estímulo externo, teríamos diferentes modos de responder ao mesmo estímulo, o que não acontece da mesma maneira com as outras imagens. Diante disso, questiona-se: ou essa aparência de que temos diversas possibilidades de respostas aos dados fornecidos pela percepção é enganosa ou há uma parcela de indeterminação no ser humano, visto que as ações e o estado afetivo que as acompanha não poderiam ser “[...] rigorosamente deduzidos dos fenômenos anteriores como um movimento de movimento [...]”.⁴³ Seguindo essa lógica da abertura e fechamento dos sentidos à exterioridade, e deixando em suspenso as teorias da matéria que buscou refutar, Bergson concluiu, nesse primeiro bloco argumentativo, que:

Atenhamo-nos às aparências; vou formular pura e simplesmente o que sinto e o que vejo: *Tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada se pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo.*⁴⁴

³⁹ WORMS, 1997, p.23. Nosso estudo mais aprofundado das sensações/afecções está contido no terceiro capítulo deste trabalho. Só tematizamos esse conteúdo da afecção para demonstrar como esta faz do corpo humano uma imagem especial.

⁴⁰ MM, p.12.

⁴¹ Ibid, p.12

⁴² Worms escreve que, segundo Bergson, toda teoria do conhecimento ou da percepção deve partir de um duplo pressuposto comum: um “conjunto de imagens”, habitualmente chamado de mundo material, e o corpo, uma imagem particular, radicalmente inserida nesse conjunto de imagens, mas pela qual cada um tem uma experiência singular por conhecer o próprio corpo pela percepção e pela afecção. Ao primeiro pressuposto se associa uma necessidade teórica: poder ser percebido; ao segundo, associam-se as necessidades da vida. Ver: Id, 2010, p.139-140.

⁴³ MM, p.12.

⁴⁴ Ibid – grifo do autor.

Worms comenta que, dessa conclusão inicial de Bergson, podemos inferir que o autor não se comprometeu em nos aprofundar sobre o estatuto ontológico das imagens. Parece que o principal objetivo ali era marcar a distinção entre o conjunto das imagens e algumas imagens particulares que têm o corpo humano como exemplo. Outra inferência importante é o acento que Bergson deu às relações de necessidade no qual o conjunto das imagens, enquanto matéria, está submetido, mas com a singularidade de que o corpo vivo poderia produzir algo novo, a partir das ações, na relação com as outras imagens.⁴⁵

Worms também descreve e aprofunda essas inferências utilizando os princípios da “imanência” e da “diferença”. Para ele, por mais que Bergson acentuou uma diferença entre as imagens em geral e uma imagem específica, a saber, o “meu corpo”, a relação entre a totalidade das imagens e o corpo vivo é uma relação de imanência, ou radical pertencimento. Não basta apenas ter o pressuposto de que há um mundo exterior que me é dado pela percepção, mas que eu mesmo, o agente que percebe, faço parte desse mundo material e, por isso, o primeiro dado que temos é que a percepção é das coisas mesmas. Foi para chegar a isso, para ficar com esse dado mais basilar, que Bergson propôs ao leitor o “esquecimento” das teorias da matéria. No entanto, ao indicar que o corpo humano parece responder aos estímulos externos de modo diferente das outras imagens, não seguindo estritamente a determinação das leis da natureza, Bergson viu aí um diferencial importante que se vincula, principalmente, à ação desse corpo. É porque o corpo se movimenta e tem possibilidades diferentes de responder aos estímulos externos que a indeterminação deste corpo se sobressalta às demais imagens, o que recebe de Worms a denominação de “princípio da diferença”.⁴⁶

Como Bergson entreviu que o corpo humano tem um papel específico na relação com as outras imagens, ele se propôs a verificar qual seria essa estrutura do corpo humano que contribuiria para a indeterminação da ação. Trata-se do nosso próximo passo ampliar em que sentido o corpo humano tem um estatuto especial em relação às demais imagens. Com isso, passamos para uma segunda etapa da argumentação bergsoniana, oferecendo uma breve descrição do papel do sistema nervoso na percepção e suas respectivas implicações que apontarão para esse papel especial do corpo vivo.

⁴⁵ WORMS, 1997, p.24.

⁴⁶ Id, 2010, p.137-142.

2.2 – O papel do sistema nervoso

Em uma primeira e simplificada descrição do sistema nervoso, Bergson nos apresentou dois movimentos básicos que estão relacionados com os nervos aferentes e os nervos eferentes. O papel dos nervos aferentes é o de transmitir os estímulos provenientes do exterior, das imagens percebidas, aos centros nervosos, ou seja, à medula e ao cérebro. Já os nervos eferentes, realizando o caminho contrário, partem dos centros nervosos e conduzem as respostas à periferia do corpo, com o intuito de colocar, se não todo o corpo, ao menos parte deste em movimento.⁴⁷ Falamos, aqui, de transmissão de estímulos em função de se desempenhar uma ação, uma resposta àquilo que nos chega pelos nossos sentidos. Qual seria a posição dos fisiologistas e dos psicólogos quanto ao papel do sistema nervoso? A resposta seria que os nervos eferentes, que produzem um movimento centrífugo, podem colocar o corpo em movimento; por sua vez, os nervos aferentes produzem um movimento centrípeto que faz nascer “a representação do mundo exterior”.⁴⁸ É nesse contexto de diálogo com a Fisiologia e a Psicologia que surge o tema que relaciona a percepção e a representação.

Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, no século XIX, houve uma forte aproximação entre a Fisiologia e a Psicologia, dando surgimento à Psicologia Fisiológica ou à Psicologia Experimental. Esta teve expoentes de destaque, como H. Spencer (1820-1903), W. Wundt (1832-1920), H. Maudsley (1835-1918). A novidade desse encontro entre as duas disciplinas foi a pretensão de se estudar o ser humano por um método empírico, no qual o aspecto fisiológico do corpo era posto em destaque, e um método interior, priorizando a análise dos estados de consciência do ser humano. Essa dupla abordagem metodológica aponta para a tentativa de se colocar os pesquisadores em uma região limítrofe entre o corpo e o espírito. É razoável pensar que Bergson fez opção de não usar os termos “Psicologia fisiológica” ou “Psicologia experimental”, mas sim “Psicologia” e “Fisiologia”, justamente porque os dois primeiros termos aplicam dois métodos de observação distintos: o exterior, destinado a analisar o corpo, e o interior, voltado para os estados da consciência.⁴⁹ Todavia, o acento dado por Bergson, ao introduzir o tema da representação, não visa marcar um aspecto científico da estrutura do corpo humano, pois o real interesse é o aspecto ontológico da

⁴⁷ MM, p.13.

⁴⁸ Ibid, p.13. Os “movimentos centrífugos” têm por função conduzir estímulos dos centros nervosos às periferias do corpo. Já os “movimentos centrípetos” conduzem os estímulos das periferias do corpo aos centros nervosos (Ibid, p.16).

⁴⁹ MM(ec), p.312-313.

afirmação do surgimento da representação a partir de alguns movimentos centrípetos. Worms afirma que o problema da postura dos fisiólogos e psicólogos é que esta implica uma tese que separa o mundo e a representação do mundo, pois fisiólogos e psicólogos buscavam a origem da representação do mundo exterior nos movimentos cerebrais.⁵⁰

Bergson, ao assumir que a realidade é composta por imagens, não pôde conceber uma separação entre o universo e a representação do universo.⁵¹ A análise do sistema nervoso, quando colocada em termos de imagens, torna absurda a afirmação de que parte do mundo material gera a representação de todo mundo material, pois se os nervos aferentes são imagens, se o cérebro é imagem, se o estímulo transmitido pelos nervos também é imagem, como poderia uma ínfima parte do mundo material engendrar a representação da totalidade do mundo físico? Para tanto, seria necessário que a totalidade das imagens percebidas estivesse presente em uma pequena parte do mundo material, que um simples movimento molecular contivesse ou fosse capaz de produzir a própria realidade das imagens.⁵² Ora, se cada movimento molecular é parte do mundo, então ele não pode ser equivalente à totalidade do mundo. Na medida em que Bergson tratou da relação entre o sistema nervoso e a nossa representação do real em termos de imagens, situou-se nessa região limítrofe da Psicofisiologia. Entretanto, ele não assumiu, como princípio de trabalho, a aplicação simultânea da dupla abordagem metodológica que os psicofisiologistas propuseram para a análise dos movimentos moleculares do cérebro e as sensações que acompanhavam tais movimentos moleculares. Ao contrário, ele se opôs à construção de uma barreira entre estímulos externos e a criação de representações, pois o efeito primeiro daqueles não seria a criação destas, mas um convite à ação.⁵³

Outro fato importante é que, quando a questão da criação de representações mentais por parte do cérebro é formulada em termos de imagens, erige-se um interdito para se conceber o mundo como “coisa”, do ponto de vista realista, ou “representação”, do ponto de vista idealista. Para Worms, tanto “coisa” como “representação” suporiam dois níveis de realidade: o mundo exterior e a representação cerebral do mundo, pois o realismo colocaria uma intransponível barreira inteligível entre a representação do mundo e o próprio mundo e o idealismo prescindiria do mundo exterior para sustentar as representações mentais. Por trás da hipótese de que o cérebro engendra representações mentais, haveria a implicação de uma tese ontológica ao estatuto da representação: um segundo nível da realidade que não se explicaria

⁵⁰ WORMS, 1997, p.27.

⁵¹ Ibid, p.27.

⁵² MM, p.13.

⁵³ MM(ec), p.313-314.

pelo nível material.⁵⁴ Isso também envolveria, além de um duplo fundo da realidade, algum poder oculto do cérebro em engendrar as representações mentais.⁵⁵ Worms sugere que, ao evitar a colocação do problema ao modo de dois níveis da realidade, Bergson pretendia reduzir o poder do corpo em engendrar representações mentais. Na medida em que o cérebro não cria a representação do mundo, ficaria mais fácil apontar que este se destinaria primordialmente à ação do corpo na relação com os objetos exteriores ao corpo.⁵⁶ De imediato, o que se verifica é que a proposta bergsoniana da compreensão da percepção, a partir das imagens, é mais simples àquelas que ele se opõe, além de não ter a necessidade de justificar ontologicamente a representação mental.

Essa suposição de Worms de que Bergson se opôs a uma interpretação do fato da percepção em dois níveis de realidade, mundo e representação cerebral do mundo, também é afirmada por Lacey. Para Lacey, Bergson dava mostras de ter diante de si pensadores e pesquisadores que tratavam o cérebro de modo isolado do ambiente ao qual o cérebro estava inserido. Assim, aqueles pareceriam sustentar que o cérebro gerava a representação que temos do mundo exterior. Bergson, como vimos acima, explicou que isso soaria absurdo porque o cérebro e os movimentos cerebrais são imagens e, portanto, a parte não pode gerar o todo. Segundo Lacey, o que Bergson teria em mente e buscava refutar era que toda nossa vida consciente seria, de algum modo, gerada pelo cérebro. A posição bergsoniana é de que o cérebro não geraria o conhecimento do mundo material, mas poderia mediá-lo. Lacey concorda que tal conhecimento tem sua origem no próprio mundo material, pois Bergson teria razão ao julgar que, se o cérebro é parte do mundo, ou seja, uma imagem, como ele poderia criar a totalidade das imagens? Mesmo que seja reivindicado algum conhecimento, especial, privilegiado do cérebro em si, esse já seria, de algum modo, um conhecimento do mundo, pois o cérebro faz parte do mundo material. Isso antecederia, inclusive, uma expectativa de que o cérebro gerasse imagens, caso o concedêssemos essa faculdade.⁵⁷ Como, então, escapar da afirmação dos adversários de Bergson no que toca à geração de representações mentais a partir dos movimentos cerebrais? A resposta de Lacey para aqueles que reivindicam que a realidade se constitui nos níveis do mundo exterior e da representação cerebral do mundo exterior é: “Nossa própria solução, eu a tenho, seria dizer que, de fato, não sabemos das coisas

⁵⁴ WORMS, 1997, p.27.

⁵⁵ Ibid, p.28.

⁵⁶ Ibid, p.29.

⁵⁷ LACEY, 1989, p.91.

exclusivamente através de imagens sem conhecer as próprias coisas”.⁵⁸ Conhecemos o mundo material nele mesmo e Lacey ainda afirma que Bergson está completamente certo em se opor às afirmações de que o conhecimento do mundo exterior é adquirido com base em algo totalmente diferente do próprio mundo exterior.⁵⁹

Bergson ainda afirmou que pouco importa se chamamos o mundo material de imagem ou matéria. Se é matéria, o cérebro estaria contido no conjunto do mundo material; se é imagem, o cérebro só poderia oferecer aquilo que estivesse contido nele, visto que seria uma imagem particular, a saber, imagem do próprio corpo. Em todos os casos seria um absurdo retirar do próprio cérebro a representação do universo.⁶⁰ O corpo humano, portanto, é uma imagem que recebe movimento a partir dos estímulos externos e restitui movimentos às demais imagens. A diferença que surge em relação às demais imagens é que o corpo humano “parece escolher” em que medida os movimentos seriam devolvidos, diferentemente das outras imagens sujeitas apenas às “leis da natureza”. Com isso, Bergson chegou a uma conclusão importante sobre o papel do corpo: “Meu corpo, objeto destinado a mover objetos, é portanto um centro de ação; ele não poderia fazer nascer uma representação”.⁶¹ É nesse sentido que se compreende o corpo como uma imagem especial.

O corpo humano, na medida em que Bergson supôs que este possui algumas características de indeterminação em relação aos estímulos externos, devido a suas próprias necessidades biológicas e complexidade do sistema nervoso, pode escolher, dentre as várias possibilidades provenientes das relações estabelecidas com as outras imagens, aquilo que é mais útil para a consecução de seus objetivos imediatos.⁶² O sentido do termo “possibilidade”, em *Matéria e Memória*, é bem preciso para Bergson, pois este tem um direcionamento para a ação, não se trata de uma possibilidade com fundamento abstrato.⁶³ Uma ação do corpo em resposta aos estímulos externos se vincula com as possibilidades de respostas que as imagens

⁵⁸ LACEY, 1989, p.92. Tradução nossa. Ainda aqui, Lacey parece não colocar plenamente no ponto de vista bergsoniano, pois ainda assume a terminologia própria dos realistas (“coisas”) para se referir à filosofia bergsoniana.

⁵⁹ Ibid, p.92.

⁶⁰ MM, p.14.

⁶¹ Ibid, p.14.

⁶² Ibid, p.15. Sobre o papel da necessidade biológica e sua ligação com a indeterminação do corpo humano, Worms escreve: “O corpo humano deve agir em função de suas carências vitais e não da necessidade física: sua necessidade biológica interna aparece como uma indeterminação do ponto de vista da necessidade física. Mais ainda, ela é uma indeterminação positiva, ou o que Bergson chama de escolha, uma escolha entre os objetos concretos do mundo em função de suas carências.” Ver: Id, 2010, p.143.

⁶³ Worms, quanto a isso, escreve: “É preciso, então, ligar o *possível* ao *útil*. O útil está para a ação assim como o possível está para o real.” Ver: Id, 1997, p.31.

exteriores ao corpo permitem estabelecer, mas o critério da escolha⁶⁴ será a utilidade em favor da preservação da vida do corpo humano, sendo que essa qualidade da utilidade das outras imagens para a ação do corpo está contida nas próprias imagens.

Ainda sobre o corpo humano, Bergson afirmou que a contiguidade é determinante no processo da percepção e da eleição do que é mais útil para a ação atual. Quanto maior a proximidade entre o corpo e as imagens circundantes, maior a possibilidade da ação imediata do corpo. Ao contrário, quando mais distante está a relação entre o corpo e algumas imagens, quanto maior for o espaço entre estes, mais estas imagens se tornam indiferentes para o corpo que as percebe.⁶⁵ Para aquele que percebe, seu corpo se coloca como o “centro absoluto de referência”, o que esboça a sugestão de uma distinção basilar entre o corpo humano e as demais imagens circundantes.⁶⁶ Porém, tal distinção se dá no horizonte das imagens, não supondo uma distinção de natureza entre a imagem peculiar que é o corpo humano e as imagens externas a este. Assim, Bergson sugeriu uma relação de espelhamento entre as imagens e o corpo humano: “Os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível de meu corpo sobre eles”⁶⁷ Aquilo que é refletido pelos objetos também é o que nossa percepção capta destes em favor da ação imediata do corpo humano nas demais imagens.

O problema da criação das representações mentais por parte do cérebro é ainda pensado por duas perspectivas. Suponhamos que o mundo material fosse supresso, o que aconteceria? Por acaso o cérebro e os movimentos cerebrais não deixariam de existir? Fica evidente que sim, posto que estes são parte do mundo material. Imaginemos, pelo contrário, que o cérebro e seus movimentos fossem supressos, o mundo material se esvaeceria? Não, apenas uma pequena parte, “insignificante”⁶⁸, aliás, diante da totalidade do mundo material, deixaria de existir. É por isso que Bergson afirmou que é o cérebro que faz parte do mundo material, não o oposto.⁶⁹ Disto Bergson procurou retirar uma conclusão provisória da relação entre a percepção e a ação. Caso os nervos que conduzem os estímulos das periferias do corpo aos centros nervosos fossem seccionados, perder-se-ia a ligação entre os centros nervosos e a

⁶⁴ O termo “escolha” também tem uma conotação importante para Bergson, pois aponta para dois tipos de ações: a *possível* e a *real*. Só se escolhe quando há possibilidades que se figuram ao corpo humano diante de suas necessidades biológicas. A ação torna-se real, ou concreta, a partir da eleição que o corpo fez das imagens circundantes. Ver: ZUNINO, 2012, p.142.

⁶⁵ MM, p.15.

⁶⁶ WORMS, 1997, p.32.

⁶⁷ MM, p.15-16.

⁶⁸ Bergson fez questão do uso do termo “insignificante” para, também, se contrapor a H. Taine. Este afirmava que a supressão dos nervos aferentes não finalizaria o mundo exterior, pois o cérebro ainda engendraria sensações representações mentais. Ver: MM(ec), p.314-315.

⁶⁹ MM, p.13.

totalidade das imagens, resultando na perda da capacidade perceptiva. Atrelada a essa perda está a incapacidade de agir, visto que, para haver interação com as outras imagens, é necessário o estímulo externo. Este ainda existiria, mas o canal que o vincularia aos centros nervosos não mais o transmitiria. Como agir, como responder a tais estímulos se eles não chegariam ao cérebro ou à medula espinhal? Daí se segue a conclusão bergsoniana acerca da relação entre a percepção e a ação: o seccionamento dos nervos aferentes alterará nossa capacidade de agir no mundo, mas o que desaparece é nossa faculdade perceptiva e, dito isto, ele concluiu com duas definições provisórias: “[...] *Chamo de matéria o conjunto das imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo.*”⁷⁰ Com essas definições provisórias, Bergson situa o papel do corpo levando em consideração a proposta de se compreender a existência material como imagem. A percepção da matéria não está vinculada a alguma faculdade de criação de representações mentais, mas se orienta pela ação do corpo diante das outras imagens que o circundam.

No caso hipotético do seccionamento dos nervos aferentes e dada a impossibilidade de os centros nervosos captarem os movimentos moleculares provenientes dos estímulos externos, compreende-se que a percepção depende de tais movimentos moleculares. Quando os estímulos externos se alteram, também os movimentos moleculares se alterariam. A consequência disso é que a percepção se altera.⁷¹ A posição a que Bergson se opõe suporia que a função da percepção seria traduzir os movimentos moleculares, mas esses movimentos ainda pertencem ao corpo. Como fazer com que destes surja a representação do mundo exterior? A totalidade das imagens ultrapassa incomensuravelmente às vibrações cerebrais. No fundo, Bergson denunciou que, ao assumir que de tais movimentos moleculares nasce a representação, conferiu-se aos movimentos cerebrais mais ou menos qualidade que uma imagem.⁷² Há uma sutileza presente nessa passagem: realistas e idealistas assumem uma determinada imagem, o corpo humano, e sua diferença ontológica em relação às demais imagens; com isso, o cérebro deixa de ser imagem e passa a ser outra coisa, adquirindo outras qualidades. Eis uma mudança abrupta que se realiza no sistema nervoso para se manter o argumento de que o cérebro engendra representações. Como justificar isso? Não há necessidade de se incorrer nesse labirinto quando se assume o cérebro como imagem destinada a colocar o corpo humano em movimento.

⁷⁰ MM, p.16-17 – grifo do autor.

⁷¹ Ibid, p.17.

⁷² Ibid, p.17-18.

Uma das grandes dificuldades que os estudiosos do sistema nervoso enfrentam se resume a essa mudança qualitativa do cérebro, a fim de garantir a hipótese de que este gera representações mentais. Caso assumam que os centros nervosos são matéria, não podem chegar a essa conclusão, pois uma ínfima parte do mundo material geraria o conjunto das representações. Caso assumam que há uma diferença ontológica entre o cérebro e as outras imagens, essa afirmação seria de base metafísica, pois ela não se apoia em dados da experiência. Bergson propôs que não há uma diferença de natureza entre a imagem “corpo humano” e a totalidade das imagens. Há apenas uma diferença de grau entre as faculdades perceptivas do cérebro e as funções reflexas da medula espinhal.⁷³ A primeira esboça reações indeterminadas, dada a complexidade do cérebro; já a segunda oferece respostas reflexas. Em ambos os casos o que temos são imagens que respondem a estímulos de outras imagens, mas de diferentes modos. A peculiaridade de cada resposta não implica uma diferença de natureza em relação a outra imagem, pois, como dito, a função do sistema nervoso seria esboçar ou inibir movimentos.

Fica cada vez mais claro que, para Bergson, quando o cérebro é pensado como gerador de representações mentais incorremos em ambiguidades, o que seria fonte geradora de controvérsias que envolvem a Metafísica – e, como se verá em um segundo momento, a Psicofisiologia. Quando se confere ao cérebro um papel no qual este atua com independência das outras imagens, este é retirado do meio no qual está inserido, como se de um lado estivesse o sistema nervoso e do outro lado estivesse o mundo material.⁷⁴ Pensar em lados seria colocar o problema em termos do realismo e do idealismo, do ponto de vista metafísico. Mas o esforço de Bergson, até agora, foi mostrar que não há lado, o que há é a totalidade das imagens. A variação dos movimentos moleculares, de fato, influencia a percepção, com a ressalva de que esses movimentos são parte do mundo material, não uma realidade independente deste. Pensar o cérebro com uma diferença de natureza em relação ao mundo material e à própria medula espinhal é se colocar diante de dois sistemas distintos: o primeiro, no qual a percepção do mundo material estaria submetida às alterações do próprio corpo humano; o segundo, no qual as imagens exteriores ao corpo humano estão em relações constantes, compondo o universo.⁷⁵ Como esses dois sistemas podem coexistir, mantendo as relações de causalidade das imagens exteriores entre si e a variabilidade de acordo com os movimentos cerebrais? Para responder a essa questão, Bergson se propôs mais um passo na

⁷³ MM, p.19.

⁷⁴ Ibid, p.19.

⁷⁵ Ibid, p.20.

compreensão da percepção. De fato, a percepção concreta do ser humano é um fenômeno misto: envolve os estímulos provenientes do mundo exterior, mas também envolve o fenômeno da memória, pois determinadas lembranças, pertencentes ao domínio do passado, recobrem determinadas percepções, pertencentes ao domínio do presente.⁷⁶ Para alcançar uma compreensão mais precisa da percepção, Bergson realizou uma abstração, retirando as lembranças do fenômeno perceptivo, a fim de compreender o que seria específico do ato de perceber. Tal abstração é a chamada “Teoria da Percepção Pura”, a qual agora passamos a nos ocupar em detalhe.

2.3 – Teoria da Percepção Pura

A Teoria da Percepção Pura é uma das pedras preciosas do primeiro capítulo de *Matéria e Memória*. É a partir dela que Bergson criou a base para uma contundente crítica ao realismo e ao idealismo. Sabendo que a percepção efetiva envolve também as lembranças, as experiências já vividas e recuperadas são as contribuições do sujeito que percebe, formando, assim, a parte “subjetiva” do nosso conhecimento do mundo. Caso separemos, mesmo que em uma abstração, o aspecto subjetivo de nossa contribuição à percepção, poderemos fixar aquilo que seria a percepção em um estado mais puro. A hipótese de se dissociar as lembranças das percepções, para ficar com o que é mais específico da estrutura perceptiva humana, poderia soar artificial, pois não retrataria a realidade do fenômeno da percepção. O próprio Bergson apontou para esse tipo de questionamento que se levantaria à sua proposta, que seria arbitrário retirar o elemento que confere subjetividade aos estímulos externos recebidos.⁷⁷ Ele escreveu que os “acidentes individuais”, ou seja, nossas lembranças, são “enxertados” no fenômeno da percepção e, justamente por serem algo que se acrescenta à percepção, tais lembranças se diferenciariam, ao menos de direito, da percepção. Bergson evidenciou que é precisamente por não se marcar esta diferença que se faz da percepção em geral “uma espécie de visão interior e subjetiva”, que não se compreenderia senão por uma variação de intensidade com as lembranças.⁷⁸ É esse o objetivo que ele procurou responder com os dois capítulos centrais de

⁷⁶ MM, p.30.

⁷⁷ Ibid, p.30.

⁷⁸ Ibid, p.31.

Matéria e Memória: que as lembranças são de natureza distinta da percepção.⁷⁹ Todavia, não é objetivo de nossa pesquisa aprofundar qual seria a própria natureza da memória.

A “percepção pura” é uma exposição esquemática⁸⁰ que propõe pensar o que seria a percepção desprovida de lembranças. Em outras palavras, trata-se de um convite para se situar no presente e no imediato dos estímulos externos que nos chegam, desconsiderando as contribuições daquilo que já vivemos e que poderiam ser úteis para nossa ação, ou seja, abre-se mão da contribuição do passado.⁸¹ Já que na percepção pura abrimos mão das lembranças, esta não retrata nossa experiência perceptiva concreta e, nesse caso, a percepção pura existe mais de “direito” do que de “fato”.⁸² Uma percepção pura, em um primeiro momento, nos daria a totalidade de um objeto, colocar-nos-ia diante de todas as características deste objeto.⁸³ Como no princípio de sua argumentação acerca das imagens, Bergson afirmou que estas estariam todas em relações umas com as outras, segundo as leis da natureza, podemos inferir, então, que a percepção pura também nos projetaria para uma percepção da totalidade das imagens, pois perceber todas as características de uma imagem também supõe perceber as relações que esta estabelece. Mas não representamos a totalidade das imagens e sim algumas imagens em particular.⁸⁴ Dado que uma percepção da totalidade do mundo material não teria utilidade para a ação humana, segue-se o trabalho de compreender como a percepção se individualiza, a ponto de se concentrar em uma ou algumas imagens específicas.

O tema da Percepção Pura levantou muitos questionamentos por parte dos estudiosos e críticos de Bergson. Uma dessas críticas, levanta por Lacey, dirige-se a uma afirmação de Bergson de que a percepção pura está para a matéria assim como a parte está para o todo.⁸⁵ Lacey se questiona “como, então, a percepção pura pode ser parte da matéria e ainda ser algo que existe apenas em teoria e não em fato?”⁸⁶ Lacey lança essa dúvida com base na afirmação bergsoniana de que a percepção pura é “algo que existe apenas em teoria do que de fato”.⁸⁷ Poderia haver aqui algumas dificuldades de interpretação do texto bergsoniano, a começar pelo modo como Lacey citou Bergson. Na tradução portuguesa temos: “[...] uma

⁷⁹ JANKÉLÉVITCH, 2008, p.96-97.

⁸⁰ Suzanne Guerlac sugere que essa proposta de Bergson que culmina da “Teoria da Percepção Pura” se aproxima daquilo que Kant chamou de “ideia reguladora”, no sentido de propor uma caso virtual e limite que nos ajudaria a compreender as “extremidades de um conceito”. Ver: GUERLAC, 2006, p.115.

⁸¹ MM, p.31-32.

⁸² Ibid, p.31.

⁸³ Ibid, p.35.

⁸⁴ Ibid, p.39.

⁸⁵ Ibid, p.76.

⁸⁶ LACEY, 1989, p.114-115.

⁸⁷ Ibid, p.114 – tradução nossa. Texto original “[...] something which exists only in theory rather than in fact. (MM, 26).”

percepção que existe mais de direito que de fato [...]”⁸⁸ e no original em francês temos: “[...] une perception qui existe en droit plutôt qu’en fait [...].”⁸⁹ Tanto na tradução portuguesa, quanto no original, não encontramos um termo que restrinja a possibilidade factual de uma percepção pura, o que parece, no caso da citação de Lacey, ser um acréscimo por sua própria.⁹⁰ A percepção de um recém-nascido poderia se aproximar, de fato, do que Bergson chamou de “percepção pura”, pois, caso aquele tenha lembranças de seu período intrauterino, estas seriam de número muito reduzido, de modo que suas percepções seriam como que imediatas. Outro exemplo seria a percepção dos animais, visto que estes não demonstram possuir lembranças tal como os seres humanos. Bergson, ao dizer que a percepção pura existe mais de direito do que de fato, tinha como referência os seres humanos.⁹¹

O contexto dessa existência mais em direito do que de fato tem como pano de fundo a experiência completa da percepção, envolvendo percepções e lembranças, ou seja, um fenômeno misto. Como esse fenômeno se nos apresenta como misto, seria razoável interpretar que os termos “direito” e “fato” se referem a uma comparação entre uma situação ideal e uma situação concreta: ideal porque a percepção pura se reduz ao presente;⁹² concreta porque se inclui um elemento do passado, a saber, as lembranças. Mas essa comparação não implica necessariamente a exclusão dos termos em questão. Sendo assim, o questionamento de Lacey de que a percepção pura é parte da matéria, mas que existe apenas em teoria perderia sua força. Uma pergunta melhor colocada poderia ser: é possível comprovar a Teoria da Percepção Pura, visto que nossa experiência da percepção se dá em um fenômeno misto, ou seja, que envolve lembranças? Caso Bergson consiga mostrar por dados empíricos que as lembranças são de natureza distinta da percepção, a hipótese da percepção pura ganharia ainda mais força.

Em vista de oferecer um estudo mais positivo da função do cérebro no processo da percepção pura, Bergson propôs outra análise do sistema nervoso, especificamente da

⁸⁸ MM, p.31.

⁸⁹ MM(ec), p.31.

⁹⁰ No texto de *Matéria e Memória* utilizado por Lacey, encontramos o seguinte trecho: “[...] I mean a perception which exists in theory rather than in fact [...]”. Ver: BERGSON, Henri. *Matter and Memory*. London: Allen & Unwin, 1911. Disponível em: <https://archive.org/details/matterandmemory00berguoft> - acesso em: 28/10/2015. Como essa é a mesma tradução utilizada por Lacey, como descrito na bibliografia (ver: LACEY, 1989, p.221), fica claro que, ao citar Bergson “[...] something which exists **only** in theory rather than in fact. (MM, 26) – Ver: LACEY, 1898, p.114 - grifo nosso.” há o acréscimo do “only” como um elemento textual restritivo, alterando o significado da afirmação de Bergson. Esse acréscimo encontrado no texto de Lacey gerou essa interpretação duvidosa do texto bergsoniano.

⁹¹ MM, p.31.

⁹² PM(ec), p.368.

constituição deste na série animal.⁹³ Ao verificarmos a estrutura nervosa de um ser vivo bem simples, tendo um ser unicelular como exemplo, é possível encontrar respostas contráteis e irritabilidade da membrana plasmática diante de estímulos exteriores. Percepção e reação reflexa se confundem, dada a simplicidade das reações mecânicas, químicas e físicas que fazem a função do sistema nervoso neste organismo simples.⁹⁴ Ao avançar na série animal em direção aos vertebrados, constata-se uma evolução em complexidade do sistema nervoso, surgimento de células nervosas especializadas em receber e transmitir estímulos. Dado um simples estímulo externo, diferentemente de um ser unicelular, esse organismo mais complexo teria várias possibilidades de responder ao estímulo recebido.⁹⁵

Esse argumento acerca do sistema nervoso merece destaque, pois ao introduzir uma análise dos seres vivos em suas estruturas de complexidade do sistema nervoso, Bergson utilizou uma perspectiva evolucionista em sua reflexão filosófica.⁹⁶ Tanto organismos primitivos, quanto organismos complexos são capazes de ter percepções e estas se explicariam simplesmente em função da ação do corpo vivo no mundo: percebe-se em função de agir para sobreviver. Nesse caso, Bergson buscou, na complexidade do sistema nervoso, não um princípio fechado de respostas automáticas e determinadas, porém um suporte biológico para a ação livre.⁹⁷ Sem conceber a possibilidade da ação livre por parte do ser humano, a proposta bergsoniana da percepção pura não faria sentido. Estamos diante de um conceito de “liberdade” baseado apenas na resposta sensório-motora do corpo próprio aos estímulos percebidos. “Liberdade”, nesse caso, se aproxima de “indeterminação da ação”. Contudo, esse princípio de indeterminação da resposta do organismo aos estímulos externos se vincula ao grau de complexidade do sistema nervoso: ao cérebro se atribui a resposta que tende à indeterminação, à medula espinhal se atribui a resposta que tende ao automatismo.

Ao comparar o funcionamento da medula espinhal e do cérebro, Bergson afirmou que há uma diferença de complexidade entres estes. A medula espinhal tem por principal característica a ação reflexa, ou seja, os estímulos externos a atingiriam e a medula provocaria uma reação de contração muscular, processo bem semelhante ao de um ser unicelular.⁹⁸ O

⁹³ MM, p.24.

⁹⁴ Ibid, p.24-25.

⁹⁵ Ibid, p.25.

⁹⁶ GUERLAC, 2006, p.107.

⁹⁷ WORMS, 1997, p.46.

⁹⁸ Vale lembrar que os estudos sobre a medula espinhal e sobre o cérebro disponíveis a Bergson correspondem a um entendimento básico sobre a relação entre estes. Provavelmente, Bergson teve contato com autores como: François Magendie (1783-1855 – *Leçons sur les fonctions du système nerveux*), Charles-Édouard Brown-Séquard (1817-1894), Alfred Vulpian (1826-1887 – *Leçons sur la physiologie générale et comparée du système*

estímulo que não passa primeiro pela medula teria como direção o cérebro e este pode enviar as informações recebidas para as células motoras.⁹⁹ Qual seria a vantagem do cérebro em relação à medula? A complexidade cerebral permite que o estímulo seja devolvido por diversos caminhos a partir dos nervos eferentes, possibilitando ações diversas, inclusive é possível que se iniba o movimento e as respostas do corpo. Estamos diante de uma diferenciação da ação automática e da ação voluntária.¹⁰⁰ Guerlac comenta que, por ser complexo, o aparato sensorial humano pode perceber algo por diferentes sentidos, que são coordenados pelo cérebro. Ao passar pelo cérebro, tais estímulos podem ser processados, esboçando, assim, uma gama de possibilidades de ação. O fator do tempo se apresenta como importante para uma ação voluntária, favorecendo que haja um atraso maior entre o estímulo externo e possíveis respostas ao estímulo. Se não houvesse esse fator de atraso entre estímulo e resposta, estaríamos no automatismo da ação.¹⁰¹ Entretanto, não há uma clareza de como poderíamos especificar o direcionamento de um estímulo externo. O que faz com que o estímulo externo passe primeiro pela medula ou pelo cérebro? Bergson vincula percepção e ação, afirmando que percebemos em função de agir no mundo. Mas, parece que só o critério da ação humana seria insuficiente para responder a essa pergunta, pois seria necessário que houvesse um discernimento do próprio estímulo antes que este fosse direcionado para o cérebro ou a medula. Este tipo de discernimento não poderia ser algo que se acrescentasse à matéria, pois o que temos é o conjunto das imagens. Essa questão permanece em aberto no texto bergsoniano.

Em virtude da importância do tempo gasto no processamento do estímulo externo, Bergson procurou ilustrar esse procedimento a partir de uma metáfora sobre o funcionamento de uma central telefônica dos finais do século XIX e, também, tirar algumas conclusões acerca do funcionamento do cérebro e da medula espinhal. “O cérebro não deve portanto ser outra coisa, em nossa opinião, que não uma espécie de central telefônica: seu papel é ‘efetuar comunicação’, ou fazê-la aguardar.”¹⁰² Se nos colocamos no final do século XIX, período em que *Matéria e Memória* foi escrito, compreenderemos a atualidade e a genialidade da comparação. O funcionamento de uma central telefônica era complexo e novo para aquele

nerveux, recolhido por M. E. Brémond). Ver: MM(ec), p.313.

⁹⁹ MM, p.25.

¹⁰⁰ GUERLAC, 2006, p.108.

¹⁰¹ Ibid, p.113.

¹⁰² MM, p.26 – grifo do autor. Às palavras de Bergson, acrescenta-se um comentário de Zunino, no qual ele destaca a importância desse exemplo bergsoniano, pois, aos modos de uma central telefônica, o cérebro amplia a capacidade de ação e reação do ser humano, garantindo-nos uma zona de indeterminação que é diretamente proporcional à complexidade do sistema nervoso. Ver: Id, 2012, p.131.

período. Ao efetuar uma ligação, os dispositivos mecânicos operados por um telefonista transmitiriam a ligação para o destinatário, dentre as várias possibilidades existentes. Essa operação requer tempo e se reduz apenas a um direcionamento da chamada, não acrescentando nada a esta. De modo semelhante, o cérebro não acrescentaria nada ao estímulo recebido, mas selecionaria, dentre as possibilidades motoras, a mais apropriada para o momento. Porque o sistema nervoso humano é complexo, os sentidos podem oferecer vários caminhos que vão do estímulo ao cérebro. O retorno desses estímulos às periferias do corpo, a fim de preparar a ação, também possui caminhos muito diversos. A função cerebral seria a de analisar os estímulos recebidos e selecionar os movimentos a serem executados,¹⁰³ ou seja, uma função mediadora,¹⁰⁴ o que difere da função reflexa da medula espinhal. Dessa comparação entre o funcionamento da medula espinhal e do cérebro, Bergson concluiu que há apenas uma diferença de complicação entre estes, não havendo, então, uma diferença de natureza, mas sim de grau entre a medula espinhal e o cérebro.¹⁰⁵ Com base nisso, podemos também inferir que a diferença entre o sistema nervoso humano e o de um protozoário, por exemplo, é tão somente da maior complicação do primeiro em relação ao segundo, uma diferença de grau.

As constatações que levaram Bergson a afirmar que não há uma diferença de natureza entre o funcionamento do cérebro e o da medula espinhal forneceram fortes elementos para a formulação de um conceito mais positivo do que é a percepção. Para uma definição sobre a percepção, no texto bergsoniano, faz-se necessário compreender de que modo a totalidade das imagens se particulariza na percepção de algumas imagens específicas. Mais uma vez, a Teoria da Percepção Pura, mesmo que a percepção pura não pareça ser um fato verificável, nos ajuda a compreender como se dá a passagem da percepção da totalidade das imagens para uma imagem particular. O exemplo que Bergson utilizou para ilustrar o funcionamento da percepção é o da refração da luz.¹⁰⁶ Em geral, quando um raio de luz passa de um meio para outro, seja mais denso ou menos denso, ele muda de direção. Entretanto, dependendo das diferenças de densidade e do ângulo de incidência do raio luminoso, este pode não mais ser refratado e sim refletido: eis a reflexão total. Quando comparamos esse exemplo com a percepção, substituiríamos os raios luminosos pelas qualidades, características própria dos objetos incidindo sobre nossos sentidos. As características dos objetos que fossem úteis para nossas ações seriam refletidas nos próprios objetos, dando-nos, assim, o contorno destes.

¹⁰³ MM, p.27

¹⁰⁴ WORMS, 1997, p.46.

¹⁰⁵ MM, p.25.

¹⁰⁶ Ibid, p.35-36.

Aquilo que não interessasse e não figurasse como possibilidade de ação, não seria refletido, ou seja, não seria percebido.

Dado esse exemplo sobre a refração da luz, poderíamos afirmar que a Teoria da Percepção Pura tem, então, por características: i) ser fundada sobre a ação do corpo; ii) ser mediada pelo cérebro, a percepção não seria produzida pelas funções cerebrais; iii) ser baseada nas características fornecidas pelas próprias imagens. É com base nessas qualidades da Teoria da Percepção Pura que Worms afirma que esta tem uma função “pragmática, biológica e objetiva”.¹⁰⁷ Em posse dessas informações já é possível apresentar uma definição do que é a percepção: esta, do ponto de vista mais positivo, seria a operação do corpo vivo em que este destaca, da totalidade das imagens, aquelas imagens que seriam úteis para as possíveis ações do corpo vivo, tendo por objetivo primeiro suprir as necessidades biológicas próprias da vida.¹⁰⁸ O que fica claro, até o momento, é que Bergson não recorreu ao fenômeno da memória para explicar o que é a percepção, apenas com uma análise do corpo e do modo como este se relaciona com o mundo exterior foi possível delimitar o funcionamento da percepção. Com essa definição mais positiva da percepção, vemos que esta se demonstra como extremamente importante para o corpo humano. Caso não houvessem percepções, o corpo estaria fadado à deterioração, não agiria em resposta aos estímulos externos. Mas, ainda com o desejo de especificar mais o significado e as características da percepção, Bergson se questiona sobre a percepção consciente: seria esta gerada pelo cérebro?¹⁰⁹

Antes de tudo, é necessário compreender o emprego do termo “consciência” utilizado por Bergson. Ele nos informa que a memória é a “[...] contribuição da consciência individual na percepção, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas [...]”.¹¹⁰ Contudo, como nos colocamos na Teoria da Percepção Pura, extraímos a contribuição que a memória dá para a percepção. Realizando isso, retiramos, também, o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”, para ficar com o lado objetivo, ou seja, aquilo que é fornecido pelas imagens. “Consciência”, então, teria uma dupla característica: a subjetividade proveniente das experiências já vividas e a objetividade dada pelas próprias imagens. Nesse ponto da argumentação, Bergson se interessa pelo aspecto objetivo da consciência, aquele do qual a memória é eximida. De início, foi posta a totalidade das imagens e, após, recortou-se os dados da memória. O que há, então, é o mundo material, do qual nosso corpo faz parte. Para

¹⁰⁷ WORMS, 1997, p.37.

¹⁰⁸ Id, 2000, p.53 – *Verbetes Perception*.

¹⁰⁹ MM, p.32.

¹¹⁰ Ibid, p.31.

Bergson, não há necessidade de se fazer uma dedução da consciência objetiva, pois esta já é dada quando se coloca o conjunto de imagens.¹¹¹ Logo, ao pensar em termos de percepção pura, a consciência não poderia ser algo que se acrescenta à percepção, pois o que temos são imagens. Pensando nessa consciência objetiva, dada pela própria existência do mundo material, qual seria o momento chave em que esta consciência foi pensada como algo que o sujeito acrescenta à percepção?

Alexis Philonenko sugere que é a partir da filosofia de Berkeley que se pode pensar a consciência como algo que se acrescenta à percepção. O axioma *esse est percipi*, pronunciado nos *Princípios do Conhecimento Humano*, teria sido interpretado equivocadamente, quando temos como referência teórica a filosofia bergsoniana. Segundo Philonenko, o axioma só teria razão se aplicado a uma percepção individual: uma imagem existiria para o sujeito na medida em que é percebida.¹¹² Entretanto, foi posto que um dos critérios da percepção é a utilidade da imagem percebida para a ação imediata. Nesse caso, as imagens que não são percebidas também existem, apenas não interessam para a ação atual. “A distância que separa o *esse est percipi* e as imagens que são ser percebidas define a percepção consciente.”¹¹³ Dito em outras palavras, a consciência se relaciona com a percepção, em especial, com as percepções mediadas pelo cérebro. A medula espinhal oferece uma resposta reflexa aos estímulos externos e o cérebro possibilita vários tipos de resposta para um mesmo estímulo, ou seja, este esboça uma indeterminação da ação humana. A consciência seria a própria percepção do mundo material que interessaria às possibilidades da ação presente.¹¹⁴ Aquilo que não é útil para a ação e não é representado não se torna consciente. Como a percepção surge na medida em que a ação em resposta aos estímulos externos não é reflexa, esta se torna consciente mediante as possibilidades de ações que são esboçadas devido ao princípio de indeterminação da ação do corpo vivo mediado pela complexidade do sistema nervoso cerebral.¹¹⁵

Após essa exposição sobre a percepção consciente, podemos tirar duas conclusões acerca do sentido da consciência. Primeiramente, o cérebro não engendra a consciência, pois sem a presença das outras imagens não se estabelece a relação entre o corpo e as imagens.¹¹⁶

¹¹¹ MM, p.32.

¹¹² PHILONENKO, 1994, p.130.

¹¹³ Ibid, p.130 – tradução nossa, grifo do autor.

¹¹⁴ Zunino comenta que Bergson, na medida em que afirmou o corpo como uma imagem especial que pode ocupar o centro das imagens, formula o problema da percepção consciente em termos de “ação real e ação possível” e não mais a partir da oposição entre o interior e o exterior, o que poderia sugerir um mundo dado pela percepção se opondo ao mundo da realidade como tal. Ver: Id, 2012, p.143-144.

¹¹⁵ PHILONENKO, 1994, p.127.

¹¹⁶ WORMS, 2010, p.143.

A consciência objetiva surge na medida em que temos percepções e estas ocorrem quando algumas imagens se tornam úteis para a ação do corpo em vista da sobrevivência. Logo, a consciência,¹¹⁷ no âmbito da percepção, é a tradução exterior da informação sensorial, estabelecendo uma relação seletiva de certas imagens em função de sua utilidade. Em segundo lugar, o papel essencial da percepção consciente está na sua capacidade de dispor o corpo para a ação.¹¹⁸ Pensando na Teoria da Percepção Pura, que nos daria a totalidade das imagens, e no papel do corpo humano que, devido suas necessidades biológicas, seleciona certas imagens em vista de sua ação, podemos inferir que aquilo que não é útil para o corpo não é representado, mas poderia vir a ser percebido caso se tornasse útil. Bergson afirma que “[...] uma imagem pode ser sem ser percebida: pode estar presente sem ser representada [...]”. Por fim, a diferença entre uma imagem percebida e uma imagem não percebida seria apenas de grau.

Visto que a percepção consciente é seletiva e se serve daquilo que é mais útil para a preservação do corpo humano, podemos dizer que esta atua como um filtro: o que é desnecessário para a ação atual não é representado no objeto. Porém, não representar o que não é útil para a ação também é um modo de perceber: separar o que não é útil para a ação já suporia uma percepção mais ampla do objeto. Poderíamos exemplificar o papel da utilidade para a ação quando estamos diante de uma ação simples. Imaginemos que uma pessoa se dispôs a realizar uma caminhada, com intuito de se exercitar. Quando ela se depara com um obstáculo, por exemplo, uma árvore, poderia simplesmente desviar da mesma, sem observar que tipo de árvore é, a cor do tronco, o tamanho das folhas. Porém, se nesse determinado momento a pessoa interrompe a caminhada, com intuito de descansar, e se põe a observar a árvore, poderia perceber vários aspectos que não eram úteis enquanto sua meta era caminhar: pode perceber que tipo de musgo envolve o tronco, se há insetos, etc. Uma percepção é representada na medida em que é útil para a ação, aquilo que não é representado em um objeto não seria, necessariamente, incognoscível, mas desnecessário em determinado momento.

Retomando a proposta que Bergson utilizou para introduzir o tema das imagens, poderíamos fazer o mesmo, tendo, por princípio, a percepção pura. O que aconteceria, desconsiderando as teorias da matéria e a contribuição da memória, quando alguém abre seus

¹¹⁷ Também nos ajuda a compreender o emprego do termo “consciência” a passagem em que Bergson comentou que, a partir do seccionamento dos nervos que conduzem os estímulos das periferias do corpo vivo até os centros nervosos, esse mesmo ser vivo se torna impotente e nisso consistiria a inconsciência. Ver: MM, p. 43.

¹¹⁸ WORMS, 2010, p.144-145.

sentidos para o mundo exterior? Alguém que fosse capaz de uma percepção de tal tipo, ao abrir seus sentidos para o mundo exterior, estaria diante, primeiramente, da totalidade das imagens. Porém, não se teria uma representação do conjunto das imagens, visto que esta não seria útil para ação alguma. Na medida em que o corpo dessa pessoa manifestasse suas necessidades biológicas, a percepção se direcionaria para aquelas imagens que, de alguma forma, contribuiriam para a preservação da vida. Eis que algumas características dessas imagens serão representadas e darão os contornos dos objetos a que pertencem. Seriam esses contornos criados pelo cérebro ou seriam eles características das próprias imagens? O estado cerebral se caracteriza por ser o começo da ação, não pela criação de representações mentais. Com isso, as qualidades das imagens estão nas próprias imagens, não em nossos estados cerebrais: o cérebro não acrescenta, como que por uma função misteriosa, algo à realidade percebida. A percepção, a partir da Teoria da Percepção Pura, se dá nos próprios objetos, não em nós. Porque a percepção faz parte das imagens, ambas partilham de uma mesma natureza,¹¹⁹ implicando, assim, a pertença da percepção ao mundo material.

A conclusão de que a percepção faz parte do mundo material levou Bergson a pensar a ordem pela qual a percepção se inicia. Caso partamos de percepções particulares, mais facilmente poderíamos cair na dificuldade de atribuir ao cérebro a característica de acrescentar algo às percepções. De percepções particulares não se compõe a totalidade da realidade, isso seria um acréscimo do cérebro. O primeiro dado fornecido quando se abre os sentidos ao mundo exterior é a totalidade das imagens. Só a partir daí, mediante as necessidades biológicas do corpo, que algumas imagens são destacadas desse conjunto, a fim de colocar o organismo em movimento: “Nossa representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa nossas necessidades e, de maneira mais geral, nossas funções.”¹²⁰ Se temos uma percepção de um ponto específico no espaço, as características por nós apreendidas são muito inferiores do que o ponto, pois não representamos as relações que esse ponto estabelece com todo o universo, ou seja, nossa percepção é um recorte da totalidade das imagens.¹²¹ Quando tiramos uma fotografia, vemos nesta um recorte da totalidade das imagens. Só conseguimos notar que há os contornos que caracterizam a fotografia porque esta se insere na totalidade do mundo material, que serve como pano de fundo para que a vejamos. No caso de uma fotografia da totalidade das imagens, Bergson afirmou que ela seria translúcida, pois faltaria uma “tela

¹¹⁹ MM, p.212.

¹²⁰ Ibid, p.35.

¹²¹ Ibid, p.36.

escura” no qual a fotografia se desenharia.¹²² Nossas percepções só são possíveis porque há o *background* do mundo material, do qual as mesmas percepções pertencem. A supressão do mundo material levaria à supressão da percepção. Pensado desse modo, o caminho mais coerente, para Bergson, não seria o de explicar como que de algumas percepções particulares compomos a totalidade do mundo material. Ao contrário, como nossa percepção, que de direito é da totalidade das imagens, se especifica e recorta dessa totalidade algumas imagens em particular.¹²³ Compreender o corpo humano como um centro indeterminado de ações, com base na complexidade do cérebro, responderia esse questionamento sem que fosse necessário acrescentar algo de misterioso à matéria ou alguma faculdade cerebral de criar representações mentais.

Aproximamo-nos das dificuldades teóricas que Bergson procurou superar, quando nos apresentou o funcionamento do sistema nervoso e a Teoria da Percepção Pura. Realismo e idealismo encontram força em suas propostas para explicação da relação entre estados cerebrais e mundo material na medida em que fazem com que a percepção dependa diretamente dos movimentos cerebrais e não dos estímulos fornecidos pelas imagens, o que entra em choque com a argumentação bergsoniana.¹²⁴ Realismo e idealismo problematizam a relação entre a nossa percepção e o mundo material, seja afirmando que nossa percepção não capta aquilo que as coisas são ou que nossos movimentos cerebrais seriam suficientes para criar o mundo material.¹²⁵ Afirmações desse tipo sugerem como que a existência de um mundo engendrado pelo cérebro ao lado de outro mundo que seria o universo material, fazendo com que a representação das imagens seja radicalmente diferente das próprias imagens.¹²⁶ Quando se confere esse poder ao cérebro, de engendrar representações mentais, parte-se do princípio que uma imagem poderia se isolar do conjunto das imagens a ponto de ser possível explicar o todo pela parte. Bergson foi bem preciso em apontar que esta prática filosófica possui um postulado metafísico comum e que o realismo e o idealismo, para se sustentarem e fundarem um conhecimento científico do mundo material, entram em contradição neles mesmos. Nosso próximo passo, então, é apontar qual seria o postulado metafísico em que estes se apoiam, permitindo caracterizar o cérebro como algo capaz de criar representações mentais e detalhar o processo pelo qual a contradição se instala entre o realismo e idealismo.

¹²² MM, p.36.

¹²³ Ibid, p.39.

¹²⁴ Ibid, p.19.

¹²⁵ WORMS, 1997, p.36.

¹²⁶ MM, 18.

2.4 – Crítica ao Realismo e ao Idealismo como bases do paralelismo psicofisiológico

Como vimos no fim da última seção, as dificuldades teóricas que permeiam o realismo e o idealismo têm seu início na busca por conhecer de que modo as percepções do mundo exterior são influenciadas pelas variações dos movimentos cerebrais.¹²⁷ Pela exposição que até agora foi feita da análise do sistema nervoso da série animal, em especial do ser humano, e também pela Teoria da Percepção Pura, podemos já visualizar uma resposta ao problema da relação entre a percepção e os movimentos cerebrais. Quando o problema é posto em termos de imagens, compreendemos que percepção e movimentos cerebrais fazem parte do mundo material e se destinam à ação humana, de acordo com os resultados da análise do sistema nervoso. Já a Teoria da Percepção Pura nos diz que a percepção, na medida em que é considerada apenas como um fato presente, se dá nos próprios objetos e não em nosso cérebro; aquele que percebe recorta da totalidade das imagens os objetos que lhe são úteis para agir e sobreviver no mundo. Recordamos a metáfora que Bergson utilizou para descrever a função cerebral: “central telefônica”. O cérebro, então, não se destina a outra coisa senão a receber, inibir, escolher e transmitir os estímulos recebidos por nossos sentidos. Desse modo, não se afirma uma diferença de natureza e sim de grau entre a percepção e o mundo material ou entre os movimentos cerebrais e os objetos exteriores ao corpo. Ainda assim, realismo e idealismo continuam a sustentar a hipótese do paralelismo entre o cérebro e os estados mentais e a afirmação de que o cérebro engendra representações mentais. Com isso, voltamos ao problema metafísico da percepção e, conseqüentemente, do papel do corpo na relação entre estados corporais e estados mentais, que Bergson enfrentou ao longo de *Matéria e Memória* em face do desenvolvimento científico, principalmente da Psicofisiologia.

No início de sua argumentação, Bergson nos apresentou que, ao abrir os sentidos, nos deparamos com a totalidade das imagens. Do mundo material, ele afirmou que as imagens se relacionam entre si a partir de leis constantes da natureza, ou seja, em relações determinadas, sendo possível fazer previsões das ligações que a matéria estabelece entre si. Esse é o princípio pelo qual a Ciência, em geral, se orienta, visto que o principal papel desta é organizar o mundo e fazer previsões a partir da constância da matéria.¹²⁸ Há, também, uma

¹²⁷ MM, p.19.

¹²⁸ Uma definição da concepção bergsoniana de Ciência nos tomaria muito tempo, pois ele dedicou, principalmente na obra *O Pensamento e o Movente*, várias páginas à descrição da mesma. Resumidamente, podemos dizer que a Ciência se detém sobre o conhecimento das estruturas da matéria, tendo a regularidade da natureza como principal ponto de apoio. A Ciência parte de uma concepção de tempo que não é a duração, mas

imagem especial, o corpo vivo, que, pela complexidade do sistema nervoso, desenvolveu a capacidade de responder de modo não determinado aos estímulos que recebe das outras imagens, constituindo-se, no conjunto das imagens, um centro de indeterminação. Realismo e idealismo, ao relacionar a percepção e o mundo exterior, afirmam, respectivamente, que nossa percepção da matéria não corresponde àquilo que, de fato, é a matéria ou que nossa percepção corresponde estritamente ao mundo material, sendo este plenamente representável. Não podemos perder de vista que o objetivo de Bergson, ao buscar uma compreensão mais aprofundada do realismo e do idealismo, é saber em que medida estes servem de sustento para o paralelismo entre os estados cerebrais e os estados mentais.

Contudo, é possível visualizar como o problema se amplia, pois o realismo e o idealismo supõem a coexistência de dois sistemas de realidade distintos. O primeiro sistema é dado pela “minha percepção do universo”. A partir de leves variação no corpo humano, imagem privilegiada, toda a percepção do mundo material também sofreria variações. Bergson utilizou a metáfora de um caleidoscópio para ilustrar seu pensamento.¹²⁹ Quando giramos o caleidoscópio, tudo o que vemos através dele também se altera, cada leve movimento executado imprime uma variação naquilo que vemos pelo caleidoscópio. O segundo sistema é o do conjunto de imagens que se relacionam entre si a partir das “leis da natureza”, de modo que “o efeito permanece sempre proporcional à causa”, ou seja, o sistema do mundo material.¹³⁰ Como esses dois sistemas podem coexistir, sendo que, no primeiro, as imagens seriam variáveis na medida das variações da percepção e, no segundo, estas seriam invariáveis no universo?¹³¹ Nesse caso, o realismo intenta partir de uma visão científica para deduzir o mundo subjetivo e o idealismo, partindo do sujeito, quer fundar o mundo objetivo.¹³² Colocar o problema em termos de dois sistemas distintos conduz a uma interpretação em que se erige uma lacuna entre o universo material nele mesmo e o universo material que é dado pela percepção, entre a realidade e o conhecimento.¹³³

Para iniciar um processo de dissolução do problema entre a realidade e o conhecimento da realidade, é preciso encontrar um terreno comum ao realismo e ao

sim o tempo matematizado. Essa opção por utilizar um tempo que não o da duração permite à Ciência ter um controle sobre a matéria e uma precisão maior quanto à previsão de fenômenos físico-químicos. Ver: FERNANDES, 2013, p.43-44.

¹²⁹ MM, p.20.

¹³⁰ Ibid, p.20.

¹³¹ Worms vê na formulação dessa questão um modo novo no qual Bergson recoloca uma das mais fundamentais questões da teoria do conhecimento. A novidade de Bergson é colocar o problema em termos de imagens, o que mostraria a dificuldade de situar as mesmas imagens em dois sistemas distintos. Ver: Id, 1997, p.40.

¹³² MORENTE, p.74.

¹³³ WORMS, 1997, p.36-37.

idealismo, dado que há divergências entre os termos por eles adotados. “O idealismo nega a existência absoluta da matéria enquanto o realismo afirma que nossas percepções respondem a uma realidade independente de nós [...]”, sendo a realidade a causa das percepções, mas realidade e percepções não se parecem.¹³⁴ Como realismo e idealismo são correntes filosóficas opostas, seria contraditório que estas coexistissem em uma mesma teoria. Para aquele que se coloca do ponto de vista realista, o conhecimento subjetivo seria ilusório, dado que há uma barreira entre a percepção e as coisas mesmas; para aquele que se coloca do ponto de vista idealista, o conhecimento subjetivo seria ficcional, pois, em última análise, seria criado pelo próprio cérebro.¹³⁵ Como em ambos os casos há uma diferença entre a percepção, que daria o conhecimento do mundo, e o mundo material, Bergson acreditou que esse problema só encontra solução possível quando colocado em termos de imagem. Caso contrário, a pergunta sobre a existência ou não do universo fora da mente humana será insolúvel.¹³⁶

De acordo com Bergson, realismo e idealismo compreendem os termos “universo”, “existência”, “pensamento” em sentidos diversos. Para um realista, por exemplo, o universo material é incognoscível. Já para o idealista, o universo material é criado pelos movimentos cerebrais, correspondendo estritamente com a representação mental que alguém faz deste. A discussão sobre a possibilidade de conhecimento do mundo material seria estéril, visto que não há correspondência sobre o termo que se discute.¹³⁷ É por isso que Bergson acredita que só se encontra solução para o problema do conhecimento, levantado por realistas e idealistas, quando colocado em termos de imagens. Isso confere um terreno comum no qual a discussão se dará em um panorama horizontal, para que haja uma correspondência entre os termos em questão. Com base nesse terreno comum, poderíamos nos questionar: quais as relações que esses dois sistemas, percepção do mundo material e o próprio mundo material, mantêm entre si?¹³⁸ Em termos de imagens, a percepção também faz parte da materialidade e se destina à ação. A percepção é qualidade fornecida pelas imagens, não algo criado pelo cérebro. Mas, como dito, Bergson afirmou que, pela Teoria da Percepção Pura, temos a percepção da totalidade do universo, de direito, e de algumas imagens úteis para a ação humana, de fato. O problema da relação entre o sistema da percepção do mundo material e o sistema do próprio

¹³⁴ MM(ec), p.317.

¹³⁵ WORMS, 1997, p.37.

¹³⁶ MM, p.21.

¹³⁷ Ibid, p.21.

¹³⁸ Ibid, p.21.

mundo material não se coloca para a filosofia bergsoniana, pois não há dois sistemas: há a totalidade das imagens.

Ainda sobre estes dois sistemas, Bergson afirma que realistas e idealistas incidem sobre estes de modo a assumir um dos sistemas como ponto de partida para derivar o outro.¹³⁹ Ele também reconhece que realismo e idealismo são aceitáveis na medida em que se mantêm fieis aos pressupostos que assumem.¹⁴⁰ Estamos diante de um fato que envolve o conhecimento científico. A questão que merece ser explicitada é sobre a possibilidade do conhecimento do mundo material: nossa percepção corresponde ou não com os objetos da percepção? O realista tem como ponto de partida o universo. Uma característica do mundo material é a sua estabilidade nas relações de causa e efeito, fazendo com que a existência de percepções variadas seja, para o realista, algo escandaloso.¹⁴¹ Por mais que parta do universo governado por leis estáveis, o realista é obrigado a aceitar a existência das percepções, ou seja, um sistema em que o mundo material passaria a se orientar a partir de uma imagem específica, a saber, o corpo humano.¹⁴² Mas este é, também, o ponto de partida do idealista: o mundo da percepção. O conhecimento do mundo seria mediado por uma imagem privilegiada, no qual todas as outras imagens se organizariam a partir dela.¹⁴³ Porém, se o idealista tem a percepção por ponto de partida, como ele vai lidar com a previsibilidade do mundo, na medida em que as imagens se relacionam entre si por leis constantes?¹⁴⁴ O modo como o idealista compreende a matéria é encerrado no presente, a percepção não se dá no passado ou no futuro. Ao se deparar com a ciência, o idealista precisa recolocar o mundo material não a partir da ordem da percepção, mas em relações estáveis. Isto se deve ao fato que não se pode negar o sucesso da ciência em ligar passado, presente e futuro quando esta se debruça sobre o estudo da matéria.¹⁴⁵

Portanto, ao se colocar do ponto de vista realista, partir-se-á do mundo material e, para conhece-lo, será necessário deduzir o fenômeno da percepção. Mas, como a premissa realista se baseia na estabilidade das relações da matéria, os objetos percebidos se tornam “coisa”, não havendo correspondência entre percepção e objeto percebido. Já a premissa idealista parte da percepção para se chegar ao mundo material e, com isso, os objetos percebidos são

¹³⁹ MM, p.21-22.

¹⁴⁰ EE, p.194.

¹⁴¹ WORMS, 1997, p.41.

¹⁴² MM, p.22.

¹⁴³ Ibid, p.22.

¹⁴⁴ WORMS, 1997, p.41.

¹⁴⁵ MM, p.22.

“representação”, sendo moldados pelas estruturas perceptivas do ser humano. Em última análise, bastaria apenas estar em posse dos movimentos cerebrais para que o idealista possuísse uma representação do mundo. Mas como não se pode negar o conhecimento científico e as percepções, o realismo e o idealismo, cada qual seguindo seu próprio modo, partirão de um sistema próprio, mas terão a necessidade de deduzir o outro sistema para manter a fidelidade ao fato da possibilidade da ciência e ao fenômeno da percepção.¹⁴⁶

Do fato que, para se manterem coerentes, realismo e idealismo buscam uma complementaridade no sistema oposto não se segue que os dois modos de compreender a matéria estejam implicados um no outro.¹⁴⁷ As hipóteses que nos levam a compreender a matéria como “coisa” ou “representação” são auto excludentes, são contrárias, sendo impossível aplicá-las simultaneamente ao mesmo objeto.¹⁴⁸ Como a representação mental de um objeto percebido poderia, ao mesmo tempo, corresponder estritamente com o próprio objeto, no caso do idealismo, e não retratar a realidade do mesmo objeto, no caso do realismo?¹⁴⁹ Bergson comentou que um sistema em que as imagens têm relações estáveis entre si, em que cada elemento possui sua própria identidade, não dialoga com outro sistema em que o universo se organizaria a partir de uma imagem privilegiada.¹⁵⁰ É incompatível se colocar um cérebro e deduzir dos estados cerebrais uma consciência, acreditando que a consciência seria correspondente ao estado cerebral, quando este é uma imagem e, pelo ponto de partida realista, uma coisa que não podemos conhecer, pois a percepção é acidental e não alcança a realidade dos objetos. Se há nas coisas algo que não está acessível à minha consciência, então meu cérebro, por ser material, também não está acessível completamente à minha consciência, negando o paralelismo entre a mente e o cérebro.¹⁵¹ Também é incompatível se propor um sistema de imagens que é ordenado por um organismo vivo, cuja complexidade perceptiva se constitui como centro de organização do mundo exterior.¹⁵² Isso por que, ao fazê-lo, negar-se-ia a ordem da natureza, que constitui a base do conhecimento científico. Seria necessário conceber uma ordem harmoniosa entre o mundo material e o espírito humano, o que a própria experiência científica não confirma. “É a ciência que se

¹⁴⁶ MM, p.22.

¹⁴⁷ Ibid, p.23.

¹⁴⁸ EE, p.195.

¹⁴⁹ Morente sugeriu que a dificuldade que o próprio realismo e idealismo se põem é a tentativa de reduzir a um o que são duas ordens irreduzíveis uma à outra: mundo da sensibilidade, dado pela percepção, e o mundo exterior ao corpo, subjugado por uma visão matemática. Ver: Id, p.76.

¹⁵⁰ MM, p.23.

¹⁵¹ EE, p.195.

¹⁵² MM, p.23.

tornará então um acidente, e seu êxito um mistério.”¹⁵³ No caso do idealismo, pouco se sustenta a equivalência entre a representação e o mundo exterior. Há uma contradição em achar que o mundo exterior está contido no cérebro, pois é o cérebro que faz parte da matéria, não o contrário, negando, também a hipótese paralelista.¹⁵⁴ Compreendemos, então, que a concepção de matéria do realismo e do idealismo, quando colocada pelo ponto de vista bergsoniano das imagens, esbarra no mesmo problema de sustentarem seus princípios e, ao mesmo tempo, afirmar o conhecimento científico e o fenômeno da percepção.

Em se tratando da hipótese do paralelismo entre os estados cerebrais e os estados mentais, Bergson sugeriu que a própria enunciação dessa hipótese já sugere uma contradição e um esboço do realismo e do idealismo. Falar de “estados cerebrais” já sugere a ideia de uma “coisa”, evidenciando o ponto de vista realista; já os “estados mentais” sugerem a ideia de “representação”, evocando o ponto de vista idealista.¹⁵⁵ Para Bergson a hipótese paralelista só se sustenta quando há a passagem repentina, numa mesma proposição, do sistema realista ao idealista e vice-versa. Com isso, o trabalho do autor foi mostrar que, num determinado momento, a contradição da passagem de um sistema ao seu oposto evidenciará a fragilidade da hipótese paralelista.¹⁵⁶

Para se chegar ao momento em que a hipótese paralelista é pega em contradição, faz-se necessário melhor tematizar como idealismo e realismo sustentam essa hipótese. Do ponto de vista do idealismo, dado um estímulo externo, nossos sentidos captariam esses estímulos e os transmitiriam ao cérebro. Ao se perguntar sobre a relação entre os estímulos externos e o cérebro, Bergson concluiu que a hipótese paralelista afirma que, em posse dos estados cerebrais, os estímulos externos poderiam ser suprimidos sem prejuízo para a consciência, pois “[...] é esse estado cerebral causado pelos objetos, e não o próprio objeto, que determina a percepção consciente.”¹⁵⁷ Entretanto, se são os movimentos cerebrais que geram a representação do mundo material, como se explicariam os próprios movimentos cerebrais,

¹⁵³ MM, p.24.

¹⁵⁴ EE, p.195.

¹⁵⁵ Ibid, p.196.

¹⁵⁶ Ibid, p.195-196. Nesse ponto da argumentação, recorremos à conferência *O Cérebro e o Pensamento: uma ilusão filosófica*, presente no livro *A Energia Espiritual*. Como já apontado na introdução desse trabalho, a inclusão desse texto à reflexão de *Matéria e Memória* tem um objetivo de complementaridade. Nesse texto de *O Cérebro e o Pensamento*, Bergson afirmou que esse argumento é independente do argumento de *Matéria e Memória*. Ver: EE, p.193. Contudo, com o intuito de aprofundar as críticas feitas ao paralelismo psicofisiológico, julgamos que a argumentação de *O Cérebro e o Pensamento* poderia ser aproveitada por nosso trabalho, pois, mesmo que independa de *Matéria e Memória*, é complementar a reflexão deste. Além disso, Frédéric Worms também utilizou essa argumentação presente em *O Cérebro e o Pensamento* para complementar a crítica ao realismo e ao idealismo, com a ressalva de que é um texto independente. Ver: WORMS, 1997, p.42-44.

¹⁵⁷ EE, p.196.

pois eles fazem parte da materialidade? De uma certa forma, isso soa absurdo, pois nos levaria à suposição de que todo o mundo material já estivesse contido no cérebro, só assim os estados cerebrais seriam capazes de gerar a representação do mundo material.¹⁵⁸ Como o idealismo sustenta que há uma equivalência entre a representação da matéria e a própria matéria e sendo os movimentos cerebrais parte do mundo material, a afirmação de que os movimentos cerebrais geram a representação do mundo exterior poderia ser formulada de outro modo: a parte gera o todo.¹⁵⁹

De início, para a hipótese idealista, o cérebro também seria uma representação, pois faz parte do mundo material. Contudo, para manter seu argumento de que as representações mentais são geradas pelos movimentos cerebrais, há uma passagem sutil do idealismo para o que Bergson chamou de pseudorealismo. Sendo o cérebro apenas uma representação como as demais, para se atribuir a este a capacidade de gerar as representações mentais, seria necessário que ele se transformasse em algo mais que uma representação, tornando-se uma “coisa”. Esse cérebro-coisa teria o misterioso poder de gerar outras representações, deixando de ser uma representação.¹⁶⁰ Mas, com isso, deixamos o ponto de vista idealista e passamos repentinamente para a visão realista da matéria. Desse modo, o paralelismo com base idealista, para se sustentar, apoia-se na contradição de ter a necessidade de assumir um sistema de notação da realidade que é contrário às premissas iniciais.

Também há tentativas de se sustentar a hipótese paralelística a partir do realismo. A posição realista, como vimos, coloca uma barreira entre nossa representação do mundo e o próprio mundo. Bergson sugeriu que “[...] a essência do realismo é supor que por trás de nossas representações há uma causa que difere delas.”¹⁶¹ A posição bergsoniana é que nossa percepção do mundo tem seu fundamento no próprio mundo material, que tem por característica as relações estáveis entre a matéria. Todavia, propor que a causa da representação do mundo não seja a própria materialidade sugere, como ponderou Bergson, que a causa da representação do mundo seria os movimentos cerebrais.¹⁶² Baseados, então, na premissa realista, alguns teóricos afirmaram a própria mente como um epifenômeno dos estados cerebrais. Outros vincularam o surgimento da percepção consciente com os movimentos cerebrais. Mas o ponto comum é que a determinado estado cerebral se associa

¹⁵⁸ EE, p.197.

¹⁵⁹ Ibid, p.198

¹⁶⁰ Ibid, p.198.

¹⁶¹ Ibid, p.201.

¹⁶² Ibid, p.201.

determinado estado de consciência, sendo possível determinar os estados de consciência na medida em que se tem posse dos movimentos intracerebrais de uma pessoa.¹⁶³ Estamos diante de outra contradição. O idealista pode isolar o objeto que lhe dá uma representação isolada, pois representação e objeto se coincidem. Mas um realista não tem o direito de fazer isso, visto que, por princípio, foi assumido que há mais no objeto que na representação do objeto, que o mundo material carrega algo de incognoscível em si mesmo.¹⁶⁴

Para o realista, a representação ocorre quando estamos diante dos objetos do mundo exterior. Estes objetos estimulam o corpo que transmite o estímulo até chegar ao cérebro, gerando variações cerebrais. Estados cerebrais e objetos exteriores ao corpo formam o bloco que gera a percepção e a representação. Porém, a hipótese paralelista separa os estados cerebrais e, a partir destes, seria possível gerar as representações mentais.¹⁶⁵ Ao se eximir dos objetos da percepção, o realista supõe que os específicos movimentos cerebrais seriam suficientes para engendrar determinadas representações. Como uma parte do mundo material, que é também incognoscível, pode gerar uma representação precisa? A hipótese paralelista, do ponto de vista do realismo, se formularia assim: *“Uma parte, que deve tudo o que é ao restante do todo, pode ser concebida como subsistindo quando o restante do todo desaparece. Ou ainda, mais simplesmente: Uma relação entre dois termos equivale a um deles.”*¹⁶⁶ Quando se abre mão do mundo material também se abre mão dos movimentos cerebrais, o que gera uma contradição. No caso de se conservar os estados cerebrais para afirmar que são paralelos aos estados mentais, o realista precisa passar repentinamente para o sistema de notação idealista, pois é este que permite que se isole objetos particulares para os fazer coincidir com as representações.¹⁶⁷ Bergson ainda argumentou que um realista, ao fazer uma afirmação sobre algo específico da realidade, torna-se um idealista, mesmo que aquele sustente a provisoriedade da afirmação. A isso, o autor acrescentou: *“Que seja; mas então o que dissemos do idealismo vai aplicar-se ao realismo que tomou o idealismo a seu encargo.”*¹⁶⁸ Caso o realista faça dos estados cerebrais paralelos aos estados mentais, a mesma crítica feita ao idealismo, e não importa o nome que se dê ao sistema, se aplicaria: uma parte do mundo material geraria a representação de todo o mundo material.¹⁶⁹ Essa argumentação acerca da passagem sutil do idealismo ao realismo e vice-versa, sabendo que são sistemas de

¹⁶³ EE, p.201.

¹⁶⁴ Ibid, p.201-202.

¹⁶⁵ Ibid, p.202.

¹⁶⁶ Ibid, p.203 – grifo do autor.

¹⁶⁷ Ibid, p.202.

¹⁶⁸ Ibid, p.203-204.

¹⁶⁹ Ibid, p.204.

notação contrários, é um modo de apresentar fragilidades da hipótese paralelista em discussão. Contudo, Bergson ainda formulou outro argumento que se mostra mais em sintonia com seu ponto de vista em relação a estrutura do corpo humano e o fenômeno da percepção. A colocação do problema da percepção em termos de imagens, o estudo sobre o sistema nervoso humano e a própria Teoria da Percepção Pura fornecem bases para outra crítica ao paralelismo psicofisiológico, envolvendo o modo como idealismo e realismo compreendem o fenômeno da percepção.

Se aprofundarmos ainda mais nos motivos que levam o realismo e o idealismo a caírem em contradição, encontramos um postulado metafísico comum que serve de base para todas as afirmações que estes fazem. Bergson formulou esse postulado comum do seguinte modo: “[...] a percepção tem um interesse inteiramente especulativo; ela é conhecimento puro.”¹⁷⁰ Essa é a chave de compreensão para a crítica bergsoniana ao realismo e idealismo com base em sua própria teoria: só se cria a necessidade de atribuir ao cérebro a capacidade de engendrar representações mentais quando se confere às atividades cerebrais uma função especulativa. O caminho argumentativo criado por Bergson, passando pela concepção do mundo material em termos de imagens, pela análise do sistema nervoso na série animal e pela Teoria da Percepção Pura serviram para apontar que a principal função do cérebro é dispor o organismo vivo para agir no mundo. Compreende-se a percepção em termos de ação, não de produção de conhecimento ou de representações mentais por parte do cérebro, este é melhor compreendido como centro de ação.¹⁷¹ Se abandonamos a perspectiva de uma percepção destinada, primeiramente, ao conhecimento, não teremos a necessidade de colocar o problema de como justificar dois níveis de realidade: mundo material e conhecimento do mundo material. Para Bergson, seria excessivo criar uma oposição entre realidade e conhecimento. Além do mais, é curioso notar que realistas e idealistas não atribuem as mesmas características especulativas do cérebro à medula espinhal. Não foi levantada, em nenhum momento, a possibilidade de se engendrar representações mentais a partir das respostas da medula aos estímulos externos. Se isso não é feito com a medula, por que atribuiríamos características especulativas ao cérebro, visto que a diferença entre estes é apenas de grau e complexidade? Colocada a questão em termos de imagens, surgiria outra oposição, a saber, as imagens que apenas estabelecem relações entre si a partir das leis da natureza e as imagens que se constituem como centro de ação indeterminada, na medida em que respondem às

¹⁷⁰ MM, p.24 – grifo do autor.

¹⁷¹ GUERLAC, 2006, p.111-112.

relações não apenas de modo reflexo, mas escolhendo o melhor modo de responder aos estímulos externos segundo as necessidades do corpo vivo.¹⁷² Essa oposição não necessita de um segundo nível de realidade ou algo misterioso para ser explicada, justificando-se simplesmente pela complexidade que o sistema nervoso humano alcançou através dos processos evolutivos. Bergson simplificou a questão quando escolheu se basear nos aspectos fornecidos pelo próprio corpo humano e nas necessidades que este corpo tem que superar para continuar vivendo. Como ele mesmo atentou no final da Introdução de *Matéria e Memória*, é importante tomar cuidado com nossos hábitos da ação, pois, quando são transportados para o campo da especulação, podem criar falsos problemas.¹⁷³

Voltamos, portanto, à nossa conclusão metafísica que procuramos desenvolver ao longo desse capítulo: “[...] somos colocados efetivamente fora de nós na percepção pura, segundo a qual tocamos a realidade do objeto numa intuição imediata.”¹⁷⁴ Essa conclusão metafísica tem por principal objetivo expressar que a percepção de um objeto não é criada pelo cérebro. Verifica-se isso quando localizamos a percepção não em nosso corpo, mas na própria realidade percebida. Essa conclusão é metafísica porque se baseia na Teoria da Percepção Pura e descreve o sentido da percepção, mas também o estatuto ontológico do mundo material, do qual o ser humano faz parte, e o modo como o ser humano, um organismo privilegiado devido à complexidade de seu sistema nervoso, se relaciona com a exterioridade. Essa conclusão também restringe a possibilidade de atribuirmos um valor especulativo à percepção, pois o desenvolvimento do argumento e seu término se baseiam na função ativa do fenômeno perceptivo.

Procuramos, até aqui, apresentar os três grandes argumentos de Bergson que apresentam algumas fragilidades da hipótese do paralelismo psicofisiológico. Em síntese, o primeiro argumento se refere à origem da hipótese paralelista. De acordo com a análise da história da Filosofia, essa hipótese teria seu fundamento básico não em dado empírico que comprovasse um paralelismo estrito entre estados cerebrais e estados mentais, sendo, ao contrário, uma hipótese metafísica, oriunda da Filosofia Moderna. O segundo argumento, voltado para o realismo e para o idealismo, mostrou que estes, servindo de base para a hipótese metafísica do paralelismo psicofisiológico, caem em contradição, passando de um sistema de notação ao outro para garantir essa hipótese. O terceiro argumento, apresentando claramente uma visão mais positiva das dificuldades do paralelismo psicofisiológico e com

¹⁷² WORMS, 1997, p.38-39.

¹⁷³ MM, p.10.

¹⁷⁴ Ibid, p.80.

base no modo que Bergson compreende o corpo humano e a percepção, em especial, mostrou que a função da percepção é uma função ativa, destinada, primeiramente, à ação do ser humano no mundo em vista da sobrevivência. Só se tem a necessidade de formular uma hipótese paralelista como a que procuramos tematizar quando se atribui uma função à percepção que difere da ação, a saber, uma função especulativa. De diferentes modos, Bergson combateu o paralelismo psicofisiológico e acreditamos que o maior motivo pelo qual ele o fez foi por querer salvar a interioridade da vida humana: “De uma maneira geral, o estado psicológico nos parece, na maioria dos casos, ultrapassar enormemente o estado cerebral.”¹⁷⁵

Até agora, apresentamos como o corpo humano se afasta das qualidades especulativas e se volta para a ação. Esse estudo mais aprofundado da percepção e do sistema nervoso nos ajudou a compreender como o corpo vivo, de modo particular o corpo humano, se esforça para sobreviver àquilo que ameaça sua estabilidade. A relação do corpo humano com as demais imagens que exercem influência sobre este, até agora, se mostrou como uma relação voltada para a ação. Percebemos para agir e nosso sistema nervoso se estruturou, pelos processos evolutivos, para melhor responder aos estímulos externos em vista de garantir a sobrevivência. Afastadas as questões que tentaram atribuir a este corpo características mais ligadas à especulação, ainda nos falta tematizar outra importante característica do corpo, a saber, as sensações. Em geral, as percepções e as sensações são as duas faculdades que orientam nossa relação com o mundo material. Em nosso próximo capítulo, abordaremos o tema das sensações, com o intuito de aprofundar e demarcar melhor o papel do corpo na relação entre o corporal e o mental.

¹⁷⁵ MM, p.6.

Capítulo III – O corpo humano e as sensações

Bergson entreviu a existência de uma dificuldade quando se propôs estudar a sensação.¹ Para o autor, a falta de clareza sobre a natureza das sensações foi o que levou muitos filósofos e psicofisiologistas a acreditarem que a nossa crença de mundo exterior seria formada pela projeção de nossas sensações, sendo estas inextensivas.² Como sensações inextensivas poderiam gerar um mundo material extensivo? Além do conflito do relacionamento de realidades de naturezas distintas, compreendemos que pode haver uma insinuação de uma hipótese paralelista que afirmaria que nossas sensações corresponderiam estritamente ao mundo material, a ponto de serem o fundamento deste. Realismo e idealismo, de algum modo, participam desse modo de pensar. Nesse capítulo, abordaremos o modo como Bergson tratou do tema das sensações, mostrando qual seria a natureza destas, além de as diferenciar das percepções.

Outro passo conclusivo, após ter definido qual é o papel da sensação no corpo humano, é retomar a Teoria da Percepção Pura. Essa retomada tem a intenção de uma correção desta teoria e isso será feito com a reinserção da memória na faculdade perceptiva. Veremos que foi fundamental, metodologicamente, distinguir a percepção da memória, e também da sensação, para conhecer o estado mais puro da percepção e poder determinar qual a função da percepção para o corpo humano. Todavia, a Teoria da Percepção Pura tem a característica de ser uma abstração. A proposta de se tratar a percepção incluindo, agora, a memória nos permitirá corrigir alguns exageros que poderiam haver nas conclusões alcançadas acerca da Teoria da Percepção Pura.

3.1 – Crítica das sensações

Logo no início do primeiro capítulo de *Matéria e Memória*, Bergson, ao propor o experimento mental do esquecimento das correntes teorias da matéria e abrir os sentidos para

¹ Como veremos adiante, Bergson usa os termos “sensação” e “afecção” como sendo sinônimos.

² MM, p.46.

o mundo exterior, apresentou-nos sua teoria das imagens.³ Aquilo que é captado pelos nossos sentidos seriam as imagens, que se relacionam entre si a partir de leis constantes da natureza. Adiante, Bergson chamou atenção para uma imagem especial, a saber, o corpo humano. Esta imagem foi compreendida como especial, pois é conhecida não apenas exteriormente, mediante as percepções, mas interiormente, mediante as afecções.⁴ A partir desse enunciado, já é possível compreender que a afecção, para o autor, desempenha uma função importante quando se trata de especificar qual é o papel do corpo na relação entre o corporal e o mental. Também já podemos intuir que a perspectiva bergsoniana apresenta uma diferença inicial entre a afecção e a percepção. Como já vimos no estudo da percepção, as conclusões bergsoniana apontaram que esta ocorre nos próprios objetos percebidos e que é qualidade fornecida pelo mundo material. Cabe-nos, agora, aprofundar o sentido da afecção e qual seria o papel desta no corpo humano.

Segundo Lalande, a sensação era compreendida, no século XIX, como os estados afetivos originados no corpo vivo.⁵ Também era comum diferenciar sensação de sentimento. A causa da primeira seriam as modificações fisiológicas oriundas dos estímulos externos que produziriam uma modificação consciente no corpo humano. A causa do segundo se relacionam não a estímulos exteriores, mas pensamentos ou ideias que gerariam uma modificação do estado afetivo.⁶ Este seria o contexto mais geral no qual as noções de sensação e sentimento estariam disponíveis à época de Bergson.

No *Ensaio Sobre os Dados imediatos da consciência*, o ponto de partida bergsoniano foi a afirmação psicofísica de que as sensações poderiam ser mensuradas, de modo muito semelhante ao que se fazia em relação a mensurabilidade de grandezas físicas.⁷ Bergson não se perguntou, de imediato, o que seria uma sensação; antes, ele se perguntou sobre como, de maneira geral, falava-se desta. E a resposta por ele encontrada é que se costumava falar das sensações do mesmo modo como se falava dos objetos exteriores ao corpo, utilizando-se da mesma linguagem para descrever a experiência exterior e a experiência interior humana.⁸ Sendo esse o ponto de partida para a crítica da mensurabilidade da sensação, Bergson afirmou que essa confusão se dá porque esta era considerada como uma grandeza extensiva ou

³ MM, p.13. Vale lembrar que as teorias da matéria que Bergson coloca em suspenso são o realismo e o idealismo.

⁴ Ibid, p.13.

⁵ LALANDE, 1997, p.976.

⁶ Ibid, p.978.

⁷ DI, p.11.

⁸ GUERLAC, 2006, p.44. Do mesmo modo que se fala que um objeto é maior que o outro, é comum ouvir sentenças como: “essa dor é maior do que antes”.

quantitativa, quando, segundo o autor, ela seria de natureza intensiva ou qualitativa.⁹ Atentos a essa diferença, somos convidados por Bergson a compreender que “[...] há uma diferença fundamental entre a causa física de uma sensação e o modo esta é sentida por nós.”¹⁰

Outro modo de compreender como há essa confusão entre estados extensivos e estados intensivos é a partir do esforço muscular. Diante de um esforço muscular crescente, seríamos levados a crer que também há um crescimento na sensação desse esforço muscular. Como o primeiro tipo de esforço seria mensurável, acreditaríamos que a sensação desse esforço também o seria.¹¹ Uma pergunta bem colocada, a fim de esclarecer esse possível engano, seria: em que consiste nossa percepção dessa intensidade?¹² Quando fechamos o punho temos uma determinada sensação desse esforço realizado. Caso apliquemos mais força a essa ação, poderíamos ser levados a crer que nossa sensação desse esforço é crescente. Contudo, Bergson chamou a atenção para o fato de que, ao aplicar mais força para fechar o punho, mais o nosso corpo se torna simpático a essa ação, ou seja, mais músculos estariam envolvidos nesse ato: primeiramente os músculos da mão, em seguida, os do braço, ombros, até mesmo os do sistema respiratório, a fim de dispor de mais energia para o ato.¹³ Todavia, se mais elementos foram integrados no esforço físico de fechar o punho, seria a mesma sensação ou novos elementos fariam parte da mesma, dando origem a sensações novas, ao invés de um crescimento intensivo na sensação inicial? Para Bergson, teríamos, a cada nível de esforço físico, uma sensação original, pois mais elementos do corpo estariam envolvidos no esforço físico dispendido.¹⁴ Visto que um dos objetivos de Bergson era mostrar que os estados afetivos são de ordem qualitativa e que não caberia, então, uma mensurabilidade destes, tal como as medições que fazemos em se tratando de grandezas físicas, partimos para a especificidade das sensações em *Matéria e Memória*.

⁹ DI, p.15. Sobre essa ponto, Guerlac escreve: “Quando dizemos que uma sensação é mais forte, ou mais intensa, que outra, estamos assumindo que podemos medir sentimentos do mesmo modo que medimos coisas.” Ver: GUERLAC, 2006, p.45 – tradução nossa.

¹⁰ GUERLAC, 2006, p.45 – tradução nossa. Ainda nessa página, Guerlac ilustra essa ideia com o exemplo da diferença a luz e a sensação de claridade. A luz pertence ao objeto luminoso que a irradia, podendo ser medida pelos quilowatts, por exemplo. Já a claridade é a sensação que temos desse objeto luminoso, o efeito que este produz em nós, o que seria o sentimento da qualidade da luz. Uma mesma fonte de luz poderia produzir vários efeitos da sensação de claridade, dependendo de como nosso aparelho perceptivo se encontra no momento. Se, por exemplo, ao passar por um oftalmologista, foi aplicado um colírio com a função de dilatar as pupilas dos olhos, mais sensíveis estes serão ao estímulo luminoso, sem que haja uma variação de intensidade da fonte luminosa, o que leva a concluir que a luz é diferente da sensação de claridade.

¹¹ DI, p.23.

¹² Ibid, p.25.

¹³ Ibid, p.25.

¹⁴ Ibid, p.26.

Para bem compreendermos o que seria a sensação, com base em *Matéria e Memória*, é importante frisar que as ideias de “interior” e “exterior” são de suma importância para o desenvolvimento do argumento que seguirá. Bergson nos ofereceu, de início, a existência do mundo exterior, a partir da totalidade das imagens. O corpo humano, sendo parte do mundo material, também é uma imagem. Como, então surgiria uma compreensão de interioridade? Para o autor, essa noção nasce da distinção fundamental entre o meu corpo e as outras imagens, isso só é possível porque temos acesso às outras imagens pela percepção que temos delas.¹⁵ Essa distinção nada mais é que o processo de educação pelo qual uma criança passa quando, pelas experiências com o mundo exterior ao seu corpo, inicia um processo de diferenciação e entre o corpo próprio e os outros corpos materiais.¹⁶ A literatura sobre a infância com a qual Bergson teve contato apresentava que esse processo de diferenciação se dava principalmente pela noção de invariabilidade. Na medida em que a criança assimila que, de um modo geral, seu corpo não sofre variações na mesma proporção do mundo exterior ao seu corpo, ela cria a noção de “eu” e “não eu”.¹⁷ Essas noções podem, então, ser explicadas quando se parte do conjunto de imagens: é pela percepção da existência do mundo exterior variável que se formula e se compreende que o corpo humano tende a uma estabilidade ou, ao menos, é percebido dessa forma. Em suma, temos um movimento da totalidade das imagens para a imagem específica que é o corpo humano.¹⁸

Essas duas noções, interior e exterior, vinculam-se a dois aspectos distintos de nossa relação com o mundo material. Já é sabido que, pela percepção, temos acesso à totalidade do mundo material e, de acordo com as necessidades biológicas do nosso corpo, algumas imagens são destacadas dessa totalidade, aquelas que seriam úteis à ação do ser humano no mundo. Como o nosso sistema nervoso é complexo, as diversas imagens percebidas esboçariam uma gama de possibilidades de ação, mas nem todas são concretizadas, continuando, apenas, como esboço de ações. Porém, em alguns casos, acontece que a distância entre nosso corpo e algumas imagens parece nula, de modo que sentiríamos os mesmos objetos em nós, já não mais como um esboço de ação, mas como algo que se concretiza.¹⁹ Temos que assumir que não estamos mais no campo da percepção, pois essa nos

¹⁵ MM, p.46

¹⁶ Ibid, p.46.

¹⁷ MM(ec), p.321. Nessa mesma página, temos a informação de que os autores que, provavelmente, Bergson teve contato, no que se refere à literatura sobre a infância, foram: D. Tiedemann e Kussmaul, na Alemanha; C. Darwin e Pollock, na Inglaterra; H. Taine, V. Egger e B. Pérez, na França.

¹⁸ MM, p.46-47.

¹⁹ Ibid, p.58.

apresenta as possibilidades de ações diante de uma determinada necessidade. Seria esse o campo da afecção?

A resposta à essa pergunta supõe uma distinção fundamental na filosofia bergsoniana: a distinção entre *ação virtual* e *ação real*. O ser humano, mediante seu complexo sistema nervoso e sensitivo, pode perceber o mundo a partir de vários sentidos. Quando tematizávamos a percepção, esta foi apresentada como um recorte da totalidade das imagens: percebemos aquilo que é útil para a ação do corpo. Sendo assim, o ponto de partida para a percepção vai do mundo exterior, como totalidade, ao corpo humano, como centro de indeterminação, visto que pode responder aos estímulos externos de diferentes modos, dada a complexidade do aparato nervoso.²⁰ “Meu corpo se conduz portanto como uma imagem que refletiria outras imagens, analisando-as do ponto de vista das diversas ações a exercer sobre elas.”²¹ A noção de “virtual” não é senão a da possibilidade das ações que se figuram diante de uma necessidade do corpo vivo.²² Afirmamos que a percepção participa da ação virtual porque apresenta, dentre a totalidade das imagens, aquelas que interessariam mais à ação humana. Mas essa é ainda uma ação virtual, que permanece no campo da possibilidade.²³ Essa análise supõe que muitas outras imagens não se constituirão no horizonte perceptivo, o que remete à percepção consciente, tematizada anteriormente.²⁴ Dizíamos que este tipo de

²⁰ MM, p.34.

²¹ Ibid, p.48. Zunino bem lembra que “A noção de ‘corpo’ deve ser considerada paralelamente à concepção de matéria, porque fazer do corpo um centro não significa afirmar que dele provenha a percepção, como se o cérebro (que seria aqui uma central) pudesse criar representações a partir de si mesmo [...]”. Ele conclui esse comentário com uma citação de Bergson: “É o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro.” (MM, p.13).

²² Zunino escreve: “Quanto mais rica é a percepção, maior é a parte crescente de indeterminação deixada à escolha do ser vivo em suas ações. Desse modo, o filósofo (Bergson) define o *princípio da indeterminação da ação* a partir do qual é deduzida a percepção consciente como uma necessidade vital”. Ver: Id, 2012, p.145 – grifo do autor.

²³ Essa afirmação merece uma nota explicativa. Poderia gerar alguma dificuldade de interpretação quando temos diante de nós o uso do termo “possível”, tal como empregado no ensaio *O Possível e o Real*, texto apresentado em Oxford, em 1920, e publicado em uma revista sueca, em 1930. Em linhas gerais, a ideia de Bergson em *O Possível e o Real* expressa que o termo “possível” pode carregar algumas ilusões. De fato, expressou Bergson, algo só se apresenta como possível quando se concretiza como real. A possibilidade não seria, senão, um olhar retrospectivo diante da realidade. No fundo, há uma ideia de novidade na sucessão da vida, algo novo não poderia ser previsto no passado porque não existia. Algo se torna possível quando se concretiza. Ver: PM, p.103-121. É razoável pensar que, em *Matéria e Memória*, o uso do termo “possível” se associa à ação humana, mas em diferente acepção. A percepção, na medida em que apresenta as ações virtuais que o corpo pode assumir diante dos estímulos externos, vincula o “possível” às diferentes respostas que o corpo humano seria capaz de esboçar, sendo que as mais úteis para a preservação do corpo seriam elegidas. Por isso há uma proximidade conceptual entre o “possível” e a “ação virtual”. Contudo, há a possibilidade de um aprofundamento entre os textos de *O Possível e o Real*, e o uso do termo “possível”, “possibilidade” em *Matéria e Memória*, mas não caberia, aqui, tal estudo, visto que nos desviaria de nosso objeto primeiro.

²⁴ Worms reforça a ideia de que essa operação não é misteriosa ou miraculosa. Há uma operação quantitativa, uma redução das conexões entre as imagens que interessam à ação das que não interessam. A percepção supõe esse destacamento de algumas imagens da totalidade das imagens e é a própria vida, em suas necessidades, que conduz a essa operação. Ver: Id, 1997, p.54-55.

percepção é seletiva, que aponta para o mais útil à ação. Na medida em que algumas imagens são escolhidas e esboçam possibilidades de ações, chegará um momento é que a ação se concretizará passando da virtualidade à realidade.

Ao considerarmos a passagem da ação virtual para a ação real, Bergson afirmou que o corpo humano não mais reflete, pelas percepções, as imagens que seriam úteis à ação, mas absorve algo destas imagens, de modo que estas exerceriam uma influência no corpo humano. É nessa passagem da ação virtual para a ação real que estaria a origem da afecção.²⁵ Worms escreve que as afecções são as percepções das ações reais, que seriam sentidas em nosso corpo, que também poderiam ser chamadas de sensações.²⁶ Se, por um lado, a percepção tem sua localização nos objetos exteriores ao corpo, por outro lado, a afecção se caracteriza por ter seu lugar no corpo vivo,²⁷ pois a distância que separa o corpo humano da imagem percebida se tornou nula.²⁸ Quando, então, a imagem percebida coincide com próprio corpo, saímos do campo da ação virtual e nos localizamos no campo da ação real e a afecção consiste na concretização da ação. Nesse caso, temos sensações porque estamos expostos ao mundo, o convite para a ação parte de um estímulo externo, uma imagem exterior ao corpo humano, percebida lá onde esta se encontra, que, ao se concretizar como ação real, tem o corpo humano como espaço interno, ou seja, o espaço fisiológico onde a sensação acontece.²⁹ “Nossas sensações estão, portanto, para nossas percepções assim como a ação real do nosso corpo está para sua ação possível ou virtual.”³⁰ Qual paralelo poderíamos fazer entre a percepção e a afecção?

Primeiramente, percepção e afecção possuem um local de origem. Se, por um lado, a percepção se dá nas próprias imagens, por outro lado, as afecções têm lugar no corpo humano. Caso suprimamos o corpo humano, as imagens que são objetos da percepção sobreviveriam, ao passo que a supressão do corpo humano leva fim, também, às afecções.³¹ Contudo, a localização da percepção e da afecção é pensada com base na Teoria da Percepção Pura, ou seja, refletidas de modo isolado a fim de melhor compreender a natureza destas. A

²⁵ MM, p.57-58. Os termos “sensação” e “afecção” nos parecem sinônimos para Bergson. Ora ele utiliza um termo, ora outro, mas o contexto dos usos é muito semelhante. Autores que escreveram algo sobre as sensações, como Guerlac, Worms, também utilizam esses termos como sinônimos.

²⁶ WORMS, 2000, p.11 – verbete *affections (sensations)*.

²⁷ Id, 1997, p.73.

²⁸ MM, p.58.

²⁹ WORMS, 1997, p.74.

³⁰ MM, p.58

³¹ Ibid, p.59.

experiência real mostra que não há percepção sem afecção.³² Daí a afirmação bergsoniana de que “A afecção é portanto o que misturamos, do interior de nosso corpo, à imagem dos corpos exteriores, é aquilo que devemos extrair inicialmente da percepção para encontrar a pureza da imagem.”³³ Essa separação metodológica realizada por Bergson se mostrou de suma importância, pois ele concluiu que há uma diferença fundamental de natureza e função entre a percepção e a afecção: a primeira se destina a ações possíveis e a segunda se concretiza na ação real.³⁴ Worms interpreta essa distinção de natureza não acentuando um caráter ontológico ou metafísico. Como a percepção se dá no mundo material, exterior ao corpo, e a afecção tem local no corpo humano, ambas têm lugar na mesma realidade material. Mas, como a percepção aponta para as ações possíveis e as afecções para as ações reais, Worms acentua o caráter da distinção de funções.³⁵ Essa sugestão é bem razoável e o próprio Bergson, em seu texto, apresentou os dois termos “natureza” e “função”.³⁶

Bergson entreviu que havia muitos mal-entendidos e problemas mal colocados quando se tratava da relação entre a percepção e sensação.³⁷ Basicamente, o problema de interpretação da afecção tem seu início quando se faz vista grossa a essa diferença de natureza e função entre percepção e afecção. Caso um psicólogo veja apenas uma diferença de grau entre estas, ele seria levado a supor que a percepção consistiria na projeção para o mundo dos estados afetivos inextensos ou que a percepção seria um agregado de sensações.³⁸ Essas suposições não fariam sentido caso se assumisse que a diferença de funções entre percepção e afecção nos leva a compreender que é a partir dos estímulos recebidos das imagens exteriores ao corpo humano, na forma de ação virtual, que se chega à afecção, na forma de ação real do corpo humano. O raciocínio comum que está presente nessas dificuldades é: deve-se partir do interior, ou seja, do corpo vivo, para se explicar o exterior, ou seja, o mundo material.³⁹ Esse princípio, o de explicar o mundo exterior ao corpo humano pela projeção de sensações inextensivas, é fonte de muitas ilusões e mal-entendidos. Bergson procurou tratar dessas ilusões e mostrar em que ponto estas manifestam seu caráter ilusório.

³² MM, p.60.

³³ Ibid, p.60.

³⁴ Ibid, p.60.

³⁵ WORMS, 1997, p.72.

³⁶ “Mas o psicólogo que fecha os olhos à *diferença de natureza*, à *diferença de função* entre a percepção e a sensação – esta envolvendo uma ação real e aquela uma ação simplesmente possível -, não pode encontrar entre elas mais que uma diferença de grau.” Ver: MM, p.60 – grifo nosso.

³⁷ MM, p.47.

³⁸ Ibid, p.60.

³⁹ Ibid, p.47.

Em um primeiro argumento contra essa ideia de que o mundo exterior seria formado pela projeção de sensações inextensivas, Bergson afirmou que alguns estudiosos da infância compreenderam que os sentidos precisam ser educados para que se localize as sensações no corpo. Mas, dessa ideia, passam para a afirmação de que essas sensações inextensivas seriam ordenadas a fim de constituir o mundo material.⁴⁰ Todavia, Bergson denunciou que quando recebemos estímulos externos, os nossos sentidos nos transmitiriam qualidades diferentes de um mesmo objeto. O tato não sente gosto, assim como o ouvido não escuta cores. A necessidade de educação dos sentidos é para que se ponham de acordo entre si em relação aos diferentes estímulos recebidos.⁴¹ Como a percepção é seletiva, capta aquilo que interessa e se mostra como possibilidade de ação, os elementos percebidos pelos sentidos, quando organizados, não compõem a totalidade do objeto percebido, o que mostra que a hipótese de que o mundo é criado pela projeção de sensações inextensivas algo bastante duvidoso.⁴²

Já em um segundo argumento, Bergson procurou criticar a ilusão que girava em torno da “energia específica dos nervos”.⁴³ Com esse argumento, Bergson buscou criticar mais um aspecto fisiológico das sensações do que, propriamente, psicológico.⁴⁴ Poderíamos descrever esse argumento do seguinte modo: dado um estímulo elétrico aplicado aos nervos ópticos, teríamos uma sensação luminosa; esse mesmo estímulo aplicado ao nervo acústico trará a sensação de um som.⁴⁵ Desse princípio, duas leis gerais foram estabelecidas: “[...] causas diferentes, agindo sobre o mesmo nervo, excitam a mesma sensação; e a mesma causa, agindo sobre nervos diferentes, provoca sensações diferentes.”⁴⁶ A dificuldade que surge dessas leis é que se compreende as sensações apenas como sinais e que o papel dos sentidos é traduzir em linguagem própria os estímulos externos, acarretando, também, uma compreensão da percepção em duas partes distintas que não se conciliam: objetos exteriores ao corpo e sensações inextensivas na consciência.⁴⁷ Zunino aponta que esse processo se caracteriza por uma “*ambiguidade espacializante* porque se atribui interioridade e exterioridade a diferentes aspectos de um mesmo processo que se dá inteiramente no corpo.”⁴⁸ Se a função dos sentidos fosse traduzir em linguagem própria os estímulos externos a percepção dos objetos seria uma reconstrução com base em nossos sentidos. Mas Bergson mostrou que as sensações possuem

⁴⁰ MM, p.48.

⁴¹ Ibid, p.48.

⁴² Ibid, p.49.

⁴³ Ibid, p.51-53.

⁴⁴ WORMS, 1997, p.68.

⁴⁵ MM, p.51.

⁴⁶ Ibid, p.51.

⁴⁷ Ibid, p.51.

⁴⁸ ZUNINO, 2012, p.154-155 – grifo do autor.

uma localização, estas acontecem no corpo humano. Como a afecção é justamente a passagem da ação virtual para a ação real, é o contato físico ou químico que fornece o elo de ligação entre as afecções e o mundo material. Temos um processo de interiorização, pois os estímulos passam a ser sentidos no corpo, mas isso não significa que haja uma mudança de natureza desse estímulo. Este não se transforma em outra coisa ao ser absorvido pelo corpo humano. Quando se está no domínio da percepção, esse estímulo era percebido no próprio objeto, quando está no campo da afecção, passa a ser sentido no próprio corpo.⁴⁹ Sendo assim, não se cai na necessidade de criar uma barreira entre as sensações e os objetos que as causam.

Por fim, em um terceiro argumento exposto por Bergson, ataca-se, mais uma vez, a ideia ilusória de que a percepção tem sua origem na afecção, sendo uma projeção de estados internos.⁵⁰ A passagem da afecção para a percepção se daria pelas impressões que o corpo recebe do exterior, pois estas eram consideradas suficientes para que o mundo material fosse reconstituído.⁵¹ Bergson teria por interlocutor, nessa passagem do texto, Hippolyte de Taine, que considerava a sensação como um dado primitivo obtido por uma operação do conhecimento humano. A partir das sensações o próprio mundo material seria reconstruído.⁵² Contudo, essa reconstrução se demonstrou problemática porque assumiu os estados afetivos como inextensos, visto que são confusamente localizados no corpo e vagamente participam da extensão. Bergson ainda ponderou que essa confusão entre estados inextensos e a extensão fez da percepção uma projeção de sensações inextensas.⁵³ Essa dificuldade surge quando se busca explicar o universo material tendo o corpo humano por ponto de partida.⁵⁴

Nas entrelinhas da passagem das sensações inextensas à extensão da representação do mundo, Bergson entreviu a presença do realismo e do idealismo. “Praticamente não há percepção que não possa, por um crescimento da ação de seu objeto sobre o nosso corpo, tornar-se afecção e, mais particularmente, dor.”⁵⁵ Caso a afecção seja o aumento de intensidade da atuação de um objeto externo em nosso corpo, a diferença entre afecção e percepção seria apenas uma diferença de grau ou intensidade. Mais: se há apenas essa diferença de intensidade, nada impediria alguém de pensar que a representação do mundo seja fruto da projeção das sensações. E é assim que procede o realismo e o idealismo, pois,

⁴⁹ WORMS, 1997, p.69.

⁵⁰ MM, p.53.

⁵¹ Ibid, p.53.

⁵² WORMS, 1997, p.70.

⁵³ MM, p.54.

⁵⁴ Ibid, p.53.

⁵⁵ Ibid, p.54.

segundo Bergson, concebem o mundo material como uma “síntese de estados subjetivos e inextensivos”, de modo a tornar a representação do mundo um simples dado subjetivo, proveniente das afecções, quando vimos, ao contrário, que é o ser humano quem participa da materialidade do universo.⁵⁶ A fim de apresentar as suspeitas desse modo de pensar, Bergson procurou no exemplo da dor um caminho para expor outro modo de conceber a afecção.

De início, a dor possui a característica da subjetividade, vinculando-se, intimamente, ao sujeito que a sente. O que aconteceria se o corpo humano fosse suprimido? Por se localizar no sujeito que a sente, a dor também desapareceria.⁵⁷ Como, então, uma afecção que desapareceria se o sujeito desaparecesse poderia dar objetividade ao mundo material? Isso sem levar em consideração a regularidade da matéria e das relações que ela estabelece, mesmo que percebida por pessoas distintas.⁵⁸ Também não é fácil compreender como uma afecção, tornando-se menos intensa, se projetaria como uma representação.⁵⁹ Em seguida, Bergson definiu a dor como um esforço local em vista da superação de alguma dificuldade que parte do organismo está exposta.⁶⁰ De fato, se compreendermos o surgimento de uma dor diante de um organismo complexo, como o do ser humano, perceberemos que as fibras sensitivas têm a função de transmitir os estímulos externos das periferias do corpo até os centros nervosos. Quando comparado com um organismo simples, aquele cuja resposta aos estímulos externos se confunde com a percepção desses estímulos, em forma de resposta automática, verificamos que o sistema nervoso humano cresceu em complicação. Esse processo evolutivo levou as fibras sensitivas a uma especialização e à renúncia da ação individual em vista do conjunto do organismo.⁶¹ Bergson bem pontuou que, por mais que haja essa renúncia à ação individual, as fibras sensitivas ainda estariam expostas às ameaças exteriores e não possuiriam a mobilidade que o conjunto do organismo tem para evitar aquilo que pode o destruir. E assim surge a dor, “[...] que não é, para nós, senão um esforço do elemento lesado para repor as coisas no lugar – uma espécie de tendência motora sobre um nervo sensitivo.”⁶² Por fim, Bergson também comentou que a dor, por se localizar em um ponto específico do corpo, pode ser desproporcional ao perigo que ameaça o ser vivo. Poderíamos ter um perigo mortal associado com um dor pequena, uma leve dor de cabeça

⁵⁶ MM, p.54-55.

⁵⁷ Ibid, p.54.

⁵⁸ Ibid, p.55.

⁵⁹ Ibid, p.56.

⁶⁰ Ibid, p.56.

⁶¹ Ibid, p.55-56.

⁶² Ibid, p.56.

pode estar associada a um aneurisma cerebral, ou uma dor intensa não seguida de um perigo mortal, como no caso da dor de dente.⁶³

Esta descrição sobre o surgimento e funcionamento da dor no organismo humano teve por objetivo mostrar a insuficiência das teorias da afecção que têm como ponto de partida o próprio corpo humano. De fato, estas esbarram na dificuldade de explicar como das sensações chegamos à representação do mundo ou como que estados subjetivos chegamos à objetividade do mundo. Quando se concebe que entre a afecção e a percepção há apenas uma diferença de intensidade, as mesmas críticas feitas ao idealismo e ao realismo quanto à percepção da matéria seriam aplicáveis. É razoável pensar que a crítica bergsoniana de que o postulado comum das teorias da percepção realistas e idealistas, aquele que assume a percepção com uma função especulativa,⁶⁴ também se aplicaria às teorias da afecção que partem do corpo humano para explicar o mundo material. Para Bergson, as afecções decorrem da existência das percepções,⁶⁵ mas, como afirmado antes, assumindo que entre estas há uma diferença de funções: estas esboçam as ações possíveis do corpo vivo e aquelas nascem quando a ação se concretiza.

Assim como a percepção, a afecção é melhor explicada em função das ações do corpo humano. Bergson se recusou ter os estados afetivos como ponto de partida para a compreensão das afecções, pois queria evitar os mesmos erros que os psicólogos, que ele escolheu por adversários, cometeram.⁶⁶ Diferentemente de tais psicólogos, que tentavam explicar a afecção partindo do corpo humano, Bergson teve a totalidade das imagens, ou seja, o mundo material, por ponto de partida.⁶⁷ A vantagem teórica da proposta de Bergson é a de não se cair no problema de uma sensação inextensiva, pois, por mais que a sensação tenha o corpo humano como seu espaço de concretização, esta surge como uma demanda externa, na medida em que uma ação se concretiza. Ao partir do mundo material para explicar as afecções, Bergson também não se colocou o problema de atribuir extensão às supostas afecções inextensas: o mundo material, com sua extensão, já foi colocado de início quando ele

⁶³ MM, p.56.

⁶⁴ Ibid, p.24.

⁶⁵ Ibid, p.58.

⁶⁶ Ibid, p.66. WORMS reforça essa ideia afirmando que a diferença de funções entre percepção e afecção interdita a possibilidade de se fazer das afecções as origens das percepções. Ver: WORMS, 2000, p.11 – verbete Affection (sensations). Ele ainda complementa essa afirmação, dizendo que a noção de afecção tem por objetivo “[...] preservar a exterioridade e objetividade das percepções, rejeitando fazer delas o resultado de sensações internas e subjetivas.” Ver: Ibid, p.11 – tradução nossa.

⁶⁷ CAPPELLO, 2005 p.101.

propôs sua concepção de imagens.⁶⁸ Como sabemos que as ações são respostas humanas aos estímulos externos recebidos pelos nossos sentidos, podemos afirmar que a afecção também necessita das imagens exteriores ao corpo humano, havendo uma parcela de extensão na mesma.⁶⁹

Por fim, a pesquisa de Bergson também o conduziu a uma conclusão que ultrapassa a Psicologia e se estende até a Psicofisiologia. Quando tematizávamos a percepção, apresentamos uma conclusão alcançada pelo autor que se estendia, sobretudo, à Metafísica, a saber, que tocamos a realidade de um objeto a partir da percepção.⁷⁰ Essa conclusão, de cunho psicofisiológico, aponta para a função do cérebro no corpo humano. Nesta conclusão, Bergson disse que o cérebro, na percepção, “[...] seria um instrumento de ação, e não de representação.”⁷¹ Para se chegar a essa afirmação, o autor precisou tematizar a estrutura do sistema nervoso, a percepção e a sensação. No primeiro ponto em questão, o sistema nervoso foi identificado como uma “central telefônica”, que teria por função permitir ou inibir movimentos. Foi verificado que há uma diferença de complexidade entre o sistema nervoso humano e o das outras séries animais, o que faz deste um transmissor de estímulos das periferias do corpo humano aos centros nervosos e dos centros à periferia, nada mais que isso. No que toca o segundo ponto, ou seja, a percepção, Bergson compreendeu que esta se dá nos próprios objetos e que é qualidade fornecida pelos objetos exteriores ao corpo humano. A percepção não teria uma característica especulativa, mas esboçaria as ações possíveis que um ser vivo possui diante de suas necessidades biológicas e dos estímulos externos. Por fim, no terceiro ponto, Bergson desenvolveu a ideia de que as sensações têm sua origem quando as percepções se transformam em ações reais, quando a distância entre os objetos exteriores ao corpo humano e o mesmo corpo é nula, ou seja, as sensações seriam sentidas no próprio corpo e participariam, de algum modo, da extensão do mundo material. As sensações não seriam, portanto, de uma natureza puramente inextensiva, nem teriam por finalidade a construção da realidade material. Estas nada mais são que o efeito do contato das imagens exteriores ao corpo com essa imagem privilegiada, que é o corpo humano. O privilégio consiste na capacidade de perceber o mundo material pelas percepções e sentir a coincidência com materialidade em nosso corpo, pelas afecções.

⁶⁸ CAPPELLO, 2005, p.104.

⁶⁹ Quanto a isso, Bergson escreveu: “E a sensação propriamente dita, longe de brotar espontaneamente da consciência para se estender, debilitando-se, no espaço, coincide com as modificações necessárias que sofre, em meio às imagens que a influenciam, esta imagem particular que cada um de nós chama seu corpo.” Ver: MM, p.67-68.

⁷⁰ Ibid, p.80.

⁷¹ Ibid, p.79.

Desse modo, verificamos que Bergson apresentou uma teoria que explica o papel do corpo diante da vida sem ter que recorrer a um caráter especulativo para explicar o que seria a percepção e a sensação. Estas são facilmente explicadas em termos de ação. Contudo, a argumentação bergsoniana foi embasada na Teoria da Percepção Pura, que assumiu a percepção e a sensação sem considerar os dados provenientes da memória. Ou seja, detivemo-nos apenas na experiência do presente. Bergson afirmou, como vimos antes, que a percepção, em seu estado puro, existe mais de direito do que de fato, esta não encontraria uma possibilidade imediata de verificação, pois nossa experiência perceptiva e sensitiva se dá em forma de um fenômeno misto, envolvendo percepções, sensações e lembranças. Cabe-nos, agora, seguir os passos de Bergson e, com ele, fazer algumas correções da Teoria da Percepção Pura, a fim de extrair as conclusões mais importantes que esta nos oferece, evitando alguns exageros que ela pode conter.

3.2 – Teoria da Percepção Pura corrigida

A partir da Teoria da Percepção Pura, Bergson pôde tematizar, com mais clareza, qual seria a natureza da percepção, bem como sua função para o corpo vivo. Ao retirar os dados fornecidos pelas lembranças, foi possível identificar a percepção com as imagens exteriores ao corpo humano, de modo que perceber seria se colocar diretamente no mundo material, a partir de uma visão instantânea do real, por isso a percepção pura nos remete ao presente. Vimos que, ao retirar da percepção os dados das lembranças, abstermo-nos de uma contribuição subjetiva que se somaria ao ato perceptivo quando apreendemos os objetos que interessariam nossa ação. Também foi feita uma diferenciação entre a percepção e a afecção: aquela tem a característica de esboçar as ações possíveis do ser humano diante de sua necessidade de sobrevivência, supondo uma distância entre o que percebe e a imagem percebida; esta se define pela ação real, quando a distância entre o corpo e a imagem percebida é nula, de modo que sentimos em nosso próprio corpo os efeitos dos corpos exteriores a este. A afecção seria mais a impureza que se mistura à percepção, fruto do contato entre o corpo humano e a imagem.⁷² Ao se voltar para a percepção real, que é o fenômeno misto que envolve percepções e lembranças, podemos compreender qual seria a relação que se estabelece entre estas, mas já em posse de uma maior clareza do que é a

⁷² MM, p.60.

percepção em estado puro.⁷³ O objetivo de Bergson, ao apresentar uma correção da Teoria da Percepção Pura, parece-nos, além de tratar esse fenômeno do modo como realmente acontece no ser humano, abrir uma discussão mais aprofundada da diferenciação de natureza entre percepção e memória.

Como vimos, a percepção em estado puro esboça as diversas possibilidades de ação que possui um ser humano diante de uma necessidade vital. O critério de escolha entre as diversas possibilidades de ação esboçadas para o ser humano é a utilidade, aquilo que se demonstra mais eficaz para a sobrevivência do organismo. Caso estivéssemos apenas no fato da percepção pura, que nos fornece uma visão instantânea do real, seria difícil estabelecer um critério de utilidade, pois escolher também significa comparar e, para bem comparar duas ou mais coisas, faz-se necessário conhecer a sucessão dos fatos com base nas experiências anteriores. Essa projeção das consequências de uma escolha não é dada pela percepção, pois, por se limitar ao presente, não fornece mais que as possibilidades de ação disponíveis para aquele que percebe. Projetar envolve uma experiência passada, similar à atual, que foi conservada e serve como conteúdo para uma possibilidade de previsão das consequências que se seguem à escolha. Isso é função da memória, é esta que contribui com as informações que foram acumuladas das experiências anteriores, apontando para a ação que seria mais útil para o ser humano, visto que fornece as consequências das ações anteriores e similares à atual.⁷⁴ Guerlac compreende que há uma função pragmática nessa associação entre percepções e memórias, pois estas são muito úteis para a escolha da ação. Como a percepção, para Bergson, não tem uma função especulativa, são as memórias que carregam fornecem o conhecimento das consequências das ações, com base nas experiências anteriores.⁷⁵ Perceber, analisado por esse ponto de vista pragmático, não seria mais que uma ocasião para se recordar e recuperar as experiências anteriores.⁷⁶

⁷³ Worms tece um bom comentário sobre esse momento em que Bergson tratou de reintegrar as lembranças no fenômeno da percepção. Worms afirma que, quando tratamos apenas da percepção em seu estado puro, o problema da matéria não se colocava, pois foi o próprio mundo material que serviu como base para a Teoria da Percepção Pura. Quando tratamos da percepção real, em sua característica de misturar percepções e lembranças, abrimos espaço para o problema da matéria. Ver: Id, 1997, p.79-80. É razoável pensar que a matéria se torna um problema porque, com o acréscimo das lembranças, abriu-se a possibilidade de interpretar que o mundo material seria projeção das lembranças ou estados inextensivos. Daí se segue a insistência de Bergson em afirmar que uma lembrança não é uma percepção mais ou menos intensa, ao contrário, há uma distinção de natureza entre estas. Por isso, segue Worms em sua afirmação, a percepção em estado real coloca o problema da memória, a saber, se a memória seria irreduzível ou não à matéria. Ver: Ibid, p.80.

⁷⁴ MM, p.68.

⁷⁵ GUERLAC, 2006, p.119.

⁷⁶ MM, p.69.

Ao tratar da percepção real, Bergson também afirmou que as lembranças tendem a recobrir a percepção.⁷⁷ Podemos compreender que o ato de recobrir uma percepção seria dar mais destaque e se utilizar mais das lembranças do que das impressões fornecidas pela percepção. É nesse sentido que perceber é uma ocasião para se recordar. Isso se deve ao fato de que o campo da memória tende sempre a crescer com a experiência acumulada.⁷⁸ Como a percepção em estado puro fornece visões instantâneas do real, ao se acrescentar o fenômeno da memória, essas visões do real serão ocasiões de se evocar lembranças úteis para que haja um bom discernimento diante das possibilidades de ação. Por isso é que Bergson afirmou que a percepção pura, aquela que se dá nos objetos, é mais de direito do que de fato. Sendo a percepção real envolvida por memórias, esta recobrirá os objetos percebidos com as informações passadas, acrescentando esse elemento subjetivo à percepção. Todavia, Bergson não deixa de afirmar que a conclusão tirada sobre a percepção pura, de que nossa percepção toca a realidade das imagens percebidas, é coerente, ou seja, o mundo exterior tem sua objetividade.⁷⁹

A conquista da objetividade do mundo exterior, alcançada pela Teoria da Percepção Pura, continua válida, mesmo que a percepção real envolva lembranças. Sendo assim, a crítica levantada por Bergson às teorias que fazem da percepção uma projeção de estados inextensivos também continua válida.⁸⁰ Ao mostrar o que é a percepção e como ela se vincula necessariamente ao presente, o autor apontou que um erro capital que permeia tanto a Psicologia, quanto a Metafísica, é não compreender que há uma diferença de natureza entre a percepção e a lembrança. A primeira pertence ao domínio do presente e é exterior ao corpo humano; já a segunda está vinculada ao passado e é a contribuição do sujeito na percepção.⁸¹ Sobre a percepção e a memória, Bergson ainda afirmou: “Estes dois atos, percepção e lembrança, penetram-se portanto sempre, trocam sempre algo de suas substâncias mediante um fenômeno de endosmose.”⁸² Podemos compreender a endosmose como uma corrente de fluidos, de diferentes densidades, que parte do exterior de um corpo em direção ao interior, separados por uma membrana porosa.⁸³ Com base no exemplo da endosmose, a percepção, como esse elemento que vem de fora do corpo humano, recupera as lembranças que são

⁷⁷ MM, p.69.

⁷⁸ Ibid, p.69.

⁷⁹ Ibid, p.69.

⁸⁰ Ibid, p.70.

⁸¹ Ibid, p.70.

⁸² Ibid, p.70.

⁸³ FERREIRA, 1985, p.659 – verbete endosmose.

importantes para a ação mais útil que se seguirá. A memória recobre essa percepção e a enriquece com informações passadas, auxiliando a escolha a ser tomada.

Ao não considerar essa distinção fundamental entre a percepção e a lembrança, entre o presente e o passado, os psicólogos tendem a considerar esse fenômeno, que é misto, como algo simples.⁸⁴ A variar com a situação, temos mais ou menos lembranças atuando em uma percepção. Como estão em doses desiguais, ora se acentua a percepção, ora se acentua a lembrança. Isso levou os psicólogos a ver não mais que uma diferença de grau entre a percepção e a memória, quando, de fato, são fenômenos bem distintos, principalmente porque aquela, em estado puro, está ligada ao presente, e esta é do domínio do passado.⁸⁵ A confusão se estabelece quando, ignorando essa diferença fundamental entre o presente e o passado, a lembrança seria concebida como uma percepção mais fraca e a percepção seria uma lembrança mais intensa. Na medida em que não se distinguiu bem a percepção e a memória, Bergson afirmou que essa falta de clareza criou problemas insolúveis no âmbito da Metafísica, especialmente no que toca o realismo e o idealismo quanto à matéria.⁸⁶

Realismo e idealismo veem a percepção como uma “alucinação verdadeira”,⁸⁷ como estados internos do sujeito que são projetados para o mundo externo. A diferença entre estas doutrinas é que, para o realista, os estados internos se somam ao mundo material e, para o idealista esses estados internos constituem a realidade.⁸⁸ Bergson afirmou que esse modo de conceber a percepção como uma “alucinação verdadeira” tem repercussão na teoria geral do conhecimento.⁸⁹ Quando a percepção é assumida com um caráter especulativo, ao modo como os realistas e idealistas quando a matéria a conceberam, não se vê mais que uma diferença de grau, de intensidade entre a percepção e a lembrança. Essa confusão, segundo o autor, esconde a verdadeira natureza da percepção, que se destina à ação. Ele ainda afirmou que “[...] o passado não é senão ideia, o presente é ideo-motor.”⁹⁰ A consequência dessa não diferenciação entre uma lembrança, ou seja, “o que não mais atua”, e uma percepção, o que é

⁸⁴ MM, p.70.

⁸⁵ Ibid, p.70-71.

⁸⁶ Ibid, p.71.

⁸⁷ Nessa passagem do texto, Bergson faz uma crítica direta ao pensamento de Hyppolite de Taine, quando este afirmou, em seu livro *De l'intelligence*, que: “Nossa percepção exterior é um sonho interno que se encontra em harmonia com as coisas externas; e, em vez de dizer que a alucinação é uma percepção exterior falsa, é preciso dizer que a percepção exterior é uma *alucinação verdadeira*.” (TAINÉ, Hyppolite, *De l'intelligence*. Paris, 1883, p.12-13. In: MM(ec), p.326 – tradução nossa, grifo do autor) A tradução crítica também destaca que Taine atribuiu tanto à sensação, quanto à percepção a característica da interioridade, por isso nossa representação do mundo exterior seria uma alucinação. Ver: MM(ec), p.326.

⁸⁸ MM, p.71-72

⁸⁹ Ibid, p.72.

⁹⁰ Ibid, p.72.

“atuante” mascara uma distinção fundamental entre o passado e o presente. A percepção está para o presente assim como a lembrança está para o passado. Para Bergson, a diferença fundamental entre o passado e o presente reside no fato de que nossa ação só se dá no presente, não podemos agir no passado, senão utilizá-lo como auxílio à ação presente.⁹¹ Quando a distinção entre percepção e memória é desconsiderada, facilmente se afirma que o mundo material seria, de alguma forma, determinado pelos estados internos do cérebro, sendo a organização da matéria uma projeção desses estados ou simplesmente incompatível com as percepções que temos da matéria.⁹² Caso assumamos a Teoria da Percepção Pura, essa questão suscitada pelo realismo e idealismo, que conduz a discussões metafísicas insolúveis e estéreis, seria dissolvida, ou melhor, nem seria colocada.⁹³

Bergson ainda propôs outra correção em relação a Teoria da Percepção Pura, levantando a questão da contribuição da memória na percepção, ampliando o conceito de “consciência” anteriormente abordado.⁹⁴ A intenção do autor com esse argumento que se segue é, ainda, combater a ideia de que o mundo material seria uma construção ou reconstrução realizada pela mente humana.⁹⁵ Como vimos, a percepção pura nos daria uma visão instantânea do real. Mas, diante de sucessivas percepções, qual seria o fator que as unificaria? Por mais rápida que seja uma percepção, ela ocupa uma temporalidade.⁹⁶ Caso vivêssemos apenas na percepção pura, não teríamos condições de ligar as percepções, pois estas pertencem, estritamente ao presente. A percepção, como acontece de fato, tem o auxílio da memória para que essa continuidade da experiência seja garantida, de modo que não temos mais “momentos reais das coisas” e sim “momentos de nossa consciência”.⁹⁷ Daí se segue a afirmação de Bergson que “O papel teórico da consciência na percepção exterior, dizíamos nós, seria o de ligar entre si, pelo fio contínuo da memória, visões instantâneas do real.”⁹⁸ Verificamos, aqui, a ampliação do termo “consciência”. Primeiramente, Bergson nos informou que a memória é a “[...] contribuição da consciência individual na percepção, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas [...]”.⁹⁹ Mas, como na Teoria da Percepção Pura retiramos as lembranças para melhor compreender o que seria a percepção, chegamos a uma definição da “consciência” em seu aspecto objetivo como sendo a percepção da parcela do

⁹¹ GUERLAC, 2006, p.120.

⁹² MM, p.71-72.

⁹³ Ibid, p.73.

⁹⁴ Esse argumento se encontra na seção 2.3 – Teoria da Percepção Pura.

⁹⁵ Ibid, p.73.

⁹⁶ Ibid, p.73.

⁹⁷ Ibid, p.73.

⁹⁸ Ibid, p.73.

⁹⁹ MM, p.31.

mundo material que interessaria à ação presente. Como a percepção real é carregada de lembranças, a “consciência” em seu âmbito subjetivo, ou seja, com a contribuição da memória, impede-nos de ter uma visão instantânea do real. Se permanecêssemos nas visões instantâneas do real, teríamos o problema de ligar percepções atuais com percepções anteriores e, conseqüentemente, cairíamos no problema de não saber as conseqüências de determinadas ações escolhidas. A memória supre essa lacuna, pois esta vincula às nossas percepções atuais, experiências anteriores, ligando a descontinuidade de nossas percepções.¹⁰⁰

Ao restituir a memória na percepção, Bergson devolveu a dimensão da temporalidade à percepção. A memória fornece uma contribuição subjetiva, ou seja, a participação do passado; já a contribuição objetiva, que são os estímulos fornecidos pelas imagens, cujo papel e compreensão foram alcançados pela Teoria da percepção pura, é fornecida pelo mundo material. Daí se segue outra conclusão de Bergson: “[...] *as questões relativas ao sujeito e ao objeto, à sua distinção e à sua união, devem ser colocadas mais em função de tempo que de espaço.*”¹⁰¹ Realistas e idealistas, porque não assumem uma diferença de natureza entre percepção e memória, tendem a afirmar que a relação entre o sujeito e o objeto se constitui pela projeção de sensações inextensivas, que não ocupam espaço, para o mundo material, que ocupa espaço. Quando Bergson sugeriu que essa relação é melhor compreendida em função do tempo, ele acentuou o papel da memória, pois é esta que confere temporalidade à percepção pura. Contudo, se essa separação metodológica entre a percepção e a memória não tivesse sido realizada, Bergson não teria alcançado maior clareza do que seria a percepção em estado puro. Foi a Teoria da Percepção Pura que permitiu Bergson chegar à conclusão de que “[...] *há na matéria algo além, mas não algo diferente, daquilo que é atualmente dado.*”¹⁰² Mesmo com a restituição da memória na percepção, essa conclusão continua válida. O “algo além” de que falou Bergson não significaria algo de misterioso e que não poderia vir a ser conhecido, refere-se ao recorte que a percepção realiza da totalidade das imagens para ficar com aquelas que são úteis para a ação atual. Ele também concluiu, com essa afirmação, que a nossa percepção atual da matéria não difere da matéria, pois é qualidade fornecida por esta e, com isso, Bergson não caiu na armadilha de conceber a matéria como coisa ou representação, tal como afirmaram realistas e idealistas.

¹⁰⁰ MM, p.73-74.

¹⁰¹ Ibid, p.75 – grifo do autor.

¹⁰² Ibid, p.75 – grifo do autor.

Por fim, ainda vale ressaltar que as duas conclusões às quais Bergson chegou, uma mais próxima à Psicofisiologia,¹⁰³ e outra que se estende à Metafísica¹⁰⁴ não encontram uma verificação direta na experiência, pois levam em consideração a percepção isenta de lembranças. Entretanto, Bergson nos atentou ao fato de que há um ganho teórico em inteligibilidade em relação às teorias da percepção que a assumem em um caráter especulativo.¹⁰⁵ Só esse ganho em inteligibilidade e coerência seria suficiente para que a teoria da percepção bergsoniana fosse acolhida, em relação às propostas do realismo e do idealismo quanto à matéria. E mais, o autor foi mais longe ao propor que um estudo aprofundado da natureza e funcionamento da memória poderia desempatar as propostas das diferentes teorias da percepção. Caso se conseguisse comprovar, em um estudo detalhado da memória que seja baseado em fatos experimentais, que há uma diferença de natureza entre a memória e a percepção, a proposta da Teoria da Percepção Pura ganharia maior relevância em detrimento das teorias adversárias, principalmente pelo fato de que a representação do mundo exterior não poderia se basear em uma projeção de estados inextensivos da consciência.¹⁰⁶ O caminho desse estudo da memória, por mais que se revele importante, ultrapassa enormemente os objetos que foram postos no início desse trabalho, necessitando de uma tematização e pesquisa aprofundada da argumentação bergsoniana. Esperamos, em outro momento oportuno, poder realizá-la, principalmente já tendo a base desse estudo do papel do corpo na relação entre o corporal e o espiritual.

¹⁰³ “[...] o cérebro seria um instrumento de ação, e não de representação.” Ver: MM, p.79.

¹⁰⁴ “[...] somos colocados efetivamente fora de nós na percepção pura, segundo a qual tocamos a realidade do objeto numa intuição imediata.” Ver: MM, p.80.

¹⁰⁵ Ibid, p.79-80.

¹⁰⁶ Ibid, p.80-81.

Conclusão

Ao longo desse trabalho, propusemo-nos verificar qual é o papel do corpo na relação do corpo com o espírito. O tema central de *Matéria e Memória* se orienta a saber qual é o tipo de relação que os fatos corporais estabelecem com os fatos mentais. Todavia, deter-se sobre o aspecto mental dessa relação apontaria para um trabalho de outra natureza, que exigiria um esforço que supera os dois anos da proposta de realização do mestrado acadêmico. Contudo, acreditamos que tematizar o aspecto corporal nessa relação, além de ser um grande desafio, poderia nos proporcionar uma visão mais aprofundada de como muitos problemas filosóficos surgem diante da temática do corpo, principalmente quando este é estudado pela Epistemologia.

A centralidade de nosso estudo passou pela análise da percepção e da sensação. Descrever como esses processos se desenvolvem e nos permitem o contato com o mundo exterior foi o caminho escolhido por Bergson para caracterizar qual é o papel do corpo humano diante da vida. Vale lembrar que, por tematizar a relação do corpo com o espírito, Bergson tinha um problema bem específico em mente: a hipótese da relação de correspondência entre estados cerebrais e estados mentais. A obra *Matéria e Memória* se concentrou nesse esforço de demonstrar como os estados mentais ultrapassam os estados cerebrais.

Na medida em que nos propusemos o estudo do papel do corpo nessa relação, concentramo-nos no primeiro capítulo da obra de Bergson. Sendo assim, o problema central de *Matéria e Memória* foi circunscrito na dimensão do corpo, com o intuito de responder à pergunta: diante do paralelismo psicofisiológico, o que podemos atribuir como característica do corpo humano? Com isso, no primeiro capítulo desse trabalho, apresentamos o grande interlocutor de Bergson em sua argumentação: a Psicologia Experimental, especificamente a Psicofisiologia do século XIX. Com o aporte de outros textos que assumimos como complementares a *Matéria e Memória*, descrevemos como a Ciência Moderna influenciou a Metafísica Moderna, desembocando no problema da relação de duas substâncias distintas: a mente e o corpo. Por tal influência, a Metafísica Moderna se viu impelida a formular um conhecimento que abarcasse a totalidade do real, afirmando, assim, a hipótese do paralelismo psicofisiológico que, posteriormente, foi assumido como uma hipótese empírica. Foi

importante demarcar bem quem é o interlocutor de Bergson e como o problema do paralelismo psicofisiológico surgiu para que se apresentasse as críticas contundentes do autor a essa hipótese.

A principal crítica bergsoniana ao paralelismo psicofisiológico, em nosso trabalho, se deu pelo estudo do corpo humano. Se era na Metafísica que a hipótese paralelista encontrava suas bases, Bergson evidenciou a contradição que a sustentava. Ao desenrolar da argumentação, Bergson exprimiu que era o realismo e o idealismo quanto a matéria que davam corpo à hipótese paralelista. No fundo, realismo e idealismo coincidiam quando afirmavam que o mundo material era composto pelos movimentos cerebrais de uma pessoa, expressando-se ou como “coisa”, ou como “representação”. Bergson denunciou que um postulado comum a essas duas posturas diante da matéria é que ambos, realismo e idealismo, assumiam a percepção com uma função especulativa, ou seja, destinada a gerar conhecimento.

Esse foi o trabalho realizado ao longo do segundo capítulo da dissertação: mostrar que a percepção, antes de tudo, possui uma função ativa, orienta o corpo humano para a ação. Essa posição de Bergson vai em direção contrária às propostas do realismo e do idealismo. Para os superar, Bergson se colocou antes do problema da relação entre a mente e o corpo fosse posto. Ele se remeteu antes desse corte operado por Descartes e se viu diante da posição do senso comum, que não colocava a representação humana do mundo como algo misterioso ou como criação do próprio ser humano. A proposta de conceber a realidade material por imagens foi muito pertinente, pois colocou o corpo humano em pé de igualdade com o restante do mundo material, apenas com uma diferença de complicação.

Feito isso, Bergson descreveu o sistema nervoso e o modo como ele atua diante de um estímulo externo. Outro ponto de destaque foi a perspectiva evolucionista assumida pelo autor, o que permitiu ver que, na série animal, o sistema nervoso humano se especializou e se tornou complexo, mas não é de natureza diferente do sistema de outros seres vivos. Esse argumento possibilitou a afirmação de que, ao atribuir a característica de gerar representações mentais a partir dos movimentos cerebrais, enxeríamos nessa imagem que é o cérebro a capacidade misteriosa de criar todas as outras imagens, ou seja, a parte criaria o todo. Em se tratando do corpo humano, o sistema nervoso humano teria a função de responder aos estímulos externos por meio de respostas automáticas, pela medula espinhal, ou por meio de respostas indeterminadas, pelo cérebro. O cérebro humano não é senão um transmissor ou inibidor de estímulos, não acrescentando algo aos estímulos recebidos. Contudo, essa demonstração ainda não era suficiente para refutar o paralelismo psicofisiológico.

Se a análise do sistema nervoso foi um primeiro passo para a descrição do papel do corpo humano, a Teoria da Percepção Pura possibilitou um olhar mais atento sobre o que seria a percepção em um estado mais puro. Bergson, ao retirar da percepção a contribuição da memória, pôde chegar à conclusão de que a percepção se destina a dispor o corpo humano à ação mais útil à sua sobrevivência. A percepção não é uma faculdade criada pelos movimentos cerebrais, seria, antes, a qualidade das próprias imagens que é captada pelos sentidos. O corpo vivo tem suas necessidades de sobrevivência e muitas coisas ameaçam a estabilidade desse corpo. A percepção recortaria da totalidade das imagens, aquelas que são úteis para a sobrevivência do ser humano, dispondo o corpo para a ação. A percepção, em estado puro, projeta o corpo para a ação, a percepção não cria o mundo material, seja como “coisa”, seja como “representação”, pois este já foi dado pela totalidade das imagens como um dado imediato. Realismo e idealismo criam problemas insolúveis quando compreendem a percepção como uma função especulativa, atribuindo ao corpo uma capacidade que o contradiz como uma imagem entre as demais: criação do mundo material por parte dos movimentos cerebrais.

A crítica ao realismo e ao idealismo se impôs pela análise do corpo humano. Na medida em que a estrutura biológica do sistema nervoso e a percepção em estado mais puro apontam que o corpo é projetado para agir diante dos estímulos externos, o aspecto especulativo que fora atribuído se torna desnecessário e dificilmente se sustenta. Como vimos, o realismo e o idealismo, para se sustentar, se apoiaram em uma contradição interna, tendo que passar de um sistema de notação do real para o outro, a fim de se manterem coerentes diante do fenômeno da percepção e diante do sucesso da Ciência em lidar com a regularidade da matéria. A contradição reside no fato de que esses sistemas são opostos e auto excludentes. Se a percepção é pensada em termos de ação, o corpo humano, na relação do corpo com o espírito, não se destinaria à geração de conhecimento, mas à ação. Bergson esperou confirmar isso quando se deteve no estudo das sensações.

Em se tratando das sensações, o problema enfrentado por Bergson era que muitos psicólogos compreendiam que a representação do mundo exterior se daria pela projeção de sensações inextensivas. Esse modo de pensar esconde um detalhe importante, pois não vê mais que uma diferença de intensidade entre uma percepção e uma afecção, o que também atribuiria uma função especulativa à sensação. Nesse caso, Bergson também argumentou que a sensação é melhor compreendida em termos de ação. A afecção seria a passagem da ação possível para a ação real, quando a distância entre o corpo humano e as imagens que

interessam à ação é nula. Nesse sentido, a afecção também depende das imagens exteriores ao corpo e participa da extensão da matéria, contrariando a ideia de sensação inextensiva. O fato importante é que, assim como a percepção, a sensação se volta para a ação, é a concretização da ação, não carregando um caráter especulativo.

Contudo, a percepção e a sensação foram analisadas pela Teoria da Percepção Pura, sem a contribuição da memória. Isso serviu para mostrar que, na relação entre o corpo e o espírito, o caráter especulativo pertenceria ao campo do espírito, restringindo o corpo ao campo da ação. Entretanto, a percepção real envolve o misto de percepção pura, afecção e lembrança. E, por ser um fenômeno misto, ação e especulação caminham juntas, mas tem origem em diferentes âmbitos do ser humano. As conclusões alcançadas por Bergson, no que diz respeito à percepção e a sensação, analisadas pela Teoria da Percepção Pura, continuam válidas. O corpo humano se volta para a ação. Como o estudo da memória se desenrola nos dois capítulos centrais de *Matéria e Memória*, Bergson reservou a essa parte do livro a argumentação acerca da natureza da memória, bem como sua contribuição na relação do corpo com o espírito. Mas o que foi alcançado, no que diz respeito ao papel do corpo como pertencente ao campo da ação, se mantém.

Em *Introduction à Matière et Mémoire de Bergson*, Worms propõe uma leitura de *Matéria e Memória* por três princípios: i) Sua *origem* – um problema psicológico preciso; ii) Seu *começo* – uma questão prévia de teoria do conhecimento; iii) Seu *fim* – propriamente do problema metafísico do dualismo.¹ Esta pesquisa tematizou os dois primeiros princípios. Em especial, ao compreender que o papel do corpo é se voltar para a ação do ser humano, uma peculiar forma de compreender a teoria do conhecimento foi instaurada. Worms ainda afirmou que “O verdadeiro e indispensável pressuposto da teoria do conhecimento, segundo Bergson, não é a consciência, mas a vida.”² E a vida não é senão o conjunto da experiência humana, envolvendo a matéria, em sua totalidade, e o espírito. Bergson criticou os psicólogos tentavam explicar a representação do mundo a partir da projeção de sensações inextensivas, explicando que a realidade é melhor exprimida quando se parte da totalidade do mundo material para se explicar o conhecimento humano, não tanto pela tentativa de explicar o mundo material partindo de uma ínfima parte deste. Esse princípio, aplicado à proposta da teoria do conhecimento que podemos encontrar em *Matéria e Memória*, nos conduz à compreensão que é a partir da vida em sua expressão de conjunto e não da consciência que o

¹ WORMS, 1997, p.11.

² Ibid, p.55 – tradução nossa.

conhecimento melhor seria explicado. E, partindo da vida, primeiramente, encontraríamos o corpo humano como um centro de ações, destinado, primeiramente, a agir em vista da sobrevivência.³

O que poderia enfraquecer a proposta bergsoniana de uma teoria do conhecimento fundada na ação é o fato de que esta não poderia ser verificada experimentalmente, pois a só temos contato com a percepção a partir do fenômeno misto que envolve a afecção e a memória. Mas, o realismo e o idealismo também não possuem essa verificação empírica. Confrontadas com a vida, as teorias às quais Bergson se opôs precisam fazer malabarismos e saltos metafísicos para se manterem coerentes, o que não se verifica na proposta bergsoniana. Quando o corpo é assumido como destinado à ação, não se cria o problema de como justificar a realidade do mundo material, nem o problema da correspondência ou não da nossa representação da realidade e a própria realidade. Esse ganho teórico da proposta de Bergson só foi alcançado porque o corpo foi assumido - pela demonstração do funcionamento do sistema nervoso, percepção e sensação - como destinado à ação, não à especulação. Bergson apostou que um estudo especializado da memória poderia desempatar essas teorias, caso fosse comprovado que a memória é de natureza distinta da percepção. Esse ponto, não chegamos a abordar, seja pela complexidade do assunto, seja por não ser o objetivo da pesquisa.

Encontramos, também, algumas dificuldades no texto bergsoniano no que diz respeito, por exemplo, à relação entre sensação e afecção. Ora parecem termos sinônimos, ora parece que a afecção é um tipo de sensação, aquela que envolve o contato com o mundo material. Mas nem Bergson ou os comentadores de *Matéria e Memória* aprofundaram essa questão. Como mostramos, Worms tratou os termos como sinônimos, bem com Guerlac. Todavia, haveria a possibilidade de se pensar a afecção como um tipo de sensação quando, por exemplo, quando estamos afastados de uma ação imediata e voltados para o campo da memória poderíamos, ao lembrar de algo, ter uma sensação que acompanhasse essa lembrança. Talvez o que Bergson chamaria de uma sensação emotiva. Outro ponto que foi alvo de críticas, desde as primeiras recepções de Bergson, foi a concepção de “imagem” adotada logo no início do livro. Talvez esse ponto tenha sido um dos mais questionados porque surge como um dado imediato quando alguém “abre os sentidos ao mundo exterior”. Mas isso não pareceu uma dificuldade para Bergson, pois, caso se negasse a realidade do

³ Worms confirma isso ao dizer que: “É que, ao termo de sua teoria, Bergson dá o sentido de uma inversão radical do ponto de partida para a teoria do conhecimento em geral. Ao lugar de partir do sujeito e da sensação, é preciso partir do universo e da ação; ao lugar da interioridade e da consciência, da exterioridade e da vida.” Ver: Id, 1997, p.60.

mundo material seria necessário que se negasse o próprio ser humano, que faz parte do mundo material, o que soaria um absurdo aos ouvidos de Bergson.

Por fim, vale pontuar que o debate do tema central de *Matéria e Memória* continua sendo um tema pertinente para Filosofia e Ciências contemporâneas. A relação entre a mente e o corpo ainda está longe de atingir seu ponto final, se é que este existe. É comum encontrar a linha de pensamento monista, no qual afirma que, por exemplo, a memória é uma função cerebral, que a consciência seria, de algum modo, uma produção do cérebro. Alain Berthoz comenta que, em geral, há quase que uma unanimidade entre os diversos pesquisadores da mente humana, afirmando que esta é um produto do cérebro.⁴ Isso se verifica logo na primeira frase do prefácio do livro *Princípios de Neurociências*, organizado por Eric Kandel e outros neurocientistas. O texto diz: “O objetivo das neurociências é a compreensão de como o fluxo dos sinais elétricos através de circuitos neurais origina a mente – como percebemos, agimos, pensamos, aprendemos e lembramos.”⁵ Em outro livro, Kandel descreveu o cérebro como responsável por atos simples, como andar, mas também por atos complexos, como pensar, criar obras de arte. E ele continua: [...] a mente é um conjunto de operações desempenhadas pelo cérebro, do mesmo modo como andar é um conjunto de operações desempenhadas pelas pernas, exceto pelo fato de ser radicalmente mais complexa.”⁶

A afirmação de que a mente humana é um substrato do cérebro também é acompanhada por um grau de incerteza. Além de afirmar que o estudo do cérebro vai além de encontrar curas para doenças que o podem atingir, Berthoz afirma que tais estudos auxiliariam a descrever e utilizar bem os sentimentos que permeiam a vida humana. Porém, ele assume que ainda há um longo caminho a percorrer, que teorias e questões colocadas são primitivas, que estudos ainda são incertos.⁷ Ideia semelhante se encontra no pensamento de Kandel e outros neurocientistas. Eles ressaltam a dificuldade que hoje se tem em restringir os estudos da mente aos comportamentos que podem ser observados. É possível aceitar isso sem grandes dificuldades, mas eles seguem afirmando que as Neurociências poderão, em breve, “[...] desenvolver as ferramentas necessárias para sondar os mais profundos mistérios biológicos –

⁴ BERTHOZ, 2005, p.11. Berthoz também faz remissão à importância de Bergson na fundação da filosofia moderna da mente, principalmente por ter se aventurado a estudar a consciência, a percepção, a memória, mas em diálogo com os avanços científicos. Contudo, Berthoz afirma que, hoje, o dualismo sustentado por Bergson “é inadmissível para as neurociências modernas.” Ver: Ibid, p.18.

⁵ KANDEL et al, 2014, p.XV. Eric Kandel foi consagrado prêmio Nobel em Fisiologia ou Medicina no ano de 2000.

⁶ KANDEL, 2009, p.10.

⁷ BERTHOZ, 2005, p.12.

as bases biológicas da consciência e do livre arbítrio.”⁸ Essa incerteza constatada é fruto de uma aposta que a maior parte dos atuais estudos da mente humana faz: que a mente seria redutível ao corpo. Pelo que consta, ainda não há uma comprovação dessa hipótese, o que mantém o problema em aberto. O que temos é essa aposta, poderíamos dizer uma aposta metodológica, de que, com o avanço das pesquisas do cérebro, chegaremos a uma demonstração precisa do que seria a mente humana e que esta seria um substrato cerebral.

O estudo do corpo humano, no primeiro capítulo de *Matéria e Memória*, apontou para outra direção: o cérebro não engendra a consciência, ele se restringiria a transmitir ou inibir movimentos, em função da ação humana. Por mais que os atuais aparelhos de verificação do cérebro em funcionamento demonstrem que determinadas regiões do cérebro são ativadas diante de determinados pensamentos ou estímulos externos, isso não comprova um paralelismo entre a mente e o cérebro ou que a mente é uma fosforescência da atividade cerebral. Afirmar isso seria dizer mais do que a experiência demonstra. É evidente que há uma relação, mas não é evidente que esta relação seja uma correspondência ou comprovação de que a mente é uma propriedade cerebral.

Seria necessário um estudo aprofundado das atuais Neurociências para verificar o que há de pressupostos não explicitados quando se afirma que a mente é um substrato cerebral. Em um momento oportuno, Bergson escreveu que:

A verdade é que, se pudéssemos, através do crânio, ver o que acontece no cérebro que trabalha, se para observar seu interior dispuséssemos de instrumentos capazes de aumentar milhões e milhões de vezes mais do que nossos microscópios que mais aumentam, se assistíssemos assim à dança das moléculas, átomos e elétrons de que o córtex cerebral é feito e se, por outro lado, possuísssemos a tabela de correspondência entre o cerebral e o mental, quero dizer, o dicionário que permitisse traduzir cada figura da dança em linguagem de pensamento e de sentimento, saberíamos tão bem quanto a suposta ‘alma’ tudo o que ela pensa, sente e quer, tudo o que acredita fazer livremente mas faz mecanicamente. Saberíamos até muito melhor que ela, pois essa pretensa alma consciente aclara uma pequena parte da dança intracerebral, é apenas o conjunto dos fogos-fátuos que esvoaçam acima destes ou daqueles agrupamentos privilegiados de átomos, ao passo que assistiríamos a todos os agrupamentos de todos os átomos, à dança intracerebral inteira. Sua ‘alma consciente’ é, quando muito, um efeito que percebe efeitos; quanto a nós, veríamos os efeitos e as causas. Isso é o que às vezes dizem em nome da ciência. Mas é bem evidente – não é mesmo? – que, se denominamos “científico” o que é observado ou observável, demonstrado ou demonstrável, uma conclusão como essa que acabam de

⁸ KANDEL et al, 2014, p.XVI.

apresentar nada tem de científica, visto que no estado atual da ciência não entrevemos sequer a possibilidade de verificá-la.⁹

Mesmo com os atuais avanços das Neurociências em apresentar, através de imagens, o cérebro em funcionamento, a afirmação de uma correspondência entre o cérebro e a mente, ou mesmo a afirmação de que a mente é um substrato mental, parece ainda se apoiar mais em um pressuposto *a priori* do que na experiência. Essa afirmação bergsoniana, acima apresentada, por mais que possua mais de cem anos, pode ainda ser atual e forneceria um ponto significativo de diálogo entre Filosofia e Ciência, para o melhor desenvolvimento do conhecimento humano.

⁹ EE, p.33-34.

Referências bibliográficas

Obras de Bergson citadas:

BERGSON, Henri. *A Energia Espiritual*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção Biblioteca do Pensamento Moderno).

_____. *A Evolução Criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Tópicos).

_____. *Aulas de Psicologia e Metafísica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (Coleção Biblioteca do Pensamento Moderno).

_____. *Écrits philosophiques*. Paris: Quadrige / PUF, 2011 (Édition Critique).

_____. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. *Histoire de la Mémoire et histoire de la Métaphysique*. In: *Annales bergsoniennes II*. Paris: PUF, 2004, pp.17-149.

_____. *La pensée et le mouvant*. 16.ed. Paris: Quadrige / PUF, 2009. (Édition Critique).

_____. *L'nergie spirituelle*. 9.ed. Paris: Quadrige / PUF, 2009. (Édition Critique).

_____. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Biblioteca do Pensamento Moderno).

_____. *Matière et mémoire: Essai sur la relation du corps à l'esprit*. 9.ed. Paris: Quadrige / PUF, 2012. (Édition Critique).

_____. *Mélanges*. Paris: PUF, 1972.

_____. *Oevres*. 4.ed. Paris: PUF, 1959.

_____. *O Pensamento e o Movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Estudos e comentários citados:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABIB, José Antônio Damásio. *Epistemologia pluralizada e história da psicologia*. São Paulo, **revista SCIENTIÆ STUDIA**, vol. 7, nº 2, p.195-208, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11173/12941>>. Acessado em: 05 de out. de 2015.

AZOUVI, François. *La gloire de Bergson: essai sur le magistère philosophique*. França: Gallimard, 2007.

BERTHOZ, Alain. *Lições sobre o corpo, o cérebro e a mente: As raízes das ciências do conhecimento no Collège de France*. Bauru: EDUSC, 2005.

CAPPELLO, Maria Adriana Camargo. *Crítica e Ontologia na Filosofia de Bergson*. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-11012008-111934/>>. Acesso em: 10/11/2015.

CHEVALIER, Jaques. *Bergson*. Paris: Librairie Plon, 1926. (Coleção Les maitres de la pensée française).

EDWARDS, Paul. *The Encyclopedia of Philosophy*. New York / London, Macmillan Publishing, 1967. Volume seven.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1985.

FERNANDES, Diogo Costa. *A concepção de Filosofia em Henri Bergson*. Belo Horizonte, Revista Pensar, vol. 4, nº 1, p. 37-57, 2013. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos2/index.php/pensar/article/view/2220/2505>>. Acessado em: 22 de jun. de 2015.

GLEITMAN, Henri; REISBERG, Daniel; GROSS, James. *Psicologia*. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOODWIN, C. James. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix, 2005.

GRANDJEAN, Frank. *Une Révolution dans la Philosophie: La doctrine de M. Henri Bergson*. 3.ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1930.

GUERLAC, Suzanne. *Thinking in time: an introduction to Henri Bergson*. New York: Cornell University Press, 2006.

HAMLIN, D. W. *Sensation and Perception: A History of the Philosophy of Perception*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir. *Henri Bergson*. 3.ed. Paris: Quadrige / PUF, 2008.

KANDEL, Eric R. *Em busca da memória: o nascimento de uma nova ciência da mente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KANDEL, Eric R., et al. *Princípios de Neurociências*. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LACEY, A. R. *Bergson*. New York: Routledge, 1989. (Coleção *The Arguments of the Philosophers*).

LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. 4.ed. Paris: Quadrige / PUF, 1997. (Volumes I e II).

- LE ROY, Édouard. *Philosophie Nouvelle: Henri Bergson*. 2.ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1913.
- MORENTE, Manuel Garcia. *La filosofia de Henri Bergson*. Montevideo: Claudio Garcia & Cia, s/a. (Colección Cultura).
- PAPADOPOULO, Alexandre. *Un Philosophe entre deux défaites*. Caire: IDC, 1942.
- PHILONENKO, Alexis. *Bergson: ou de la philosophie comme science rigoureuse*. Paris: Les Éditions du CERF, 1994.
- RIQUIER, Camille. *Archéologie de Bergson: temps et métaphysique*. Paris: PUF, 2009.
- SAMPAIO, Evaldo. *Em busca do tempo perdido? Notas sobre o prefácio de Matéria e Memória*. Artigo aguardando publicação.
- SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. *História da Psicologia Moderna*. 10.ed. São Paulo: Trilha, 2014.
- SILVA, Franklin Leopoldo. *Bergson: intuição e discurso filosófico*. São Paulo: Loyola, 1994. (Coleção Filosofia, 31).
- SOULEZ, Philippe; WORMS, Frédéric. *Bergson*. Paris: Quadrige / PUF, 2002.
- STÖRIG, Hans Joachim. *História Geral da Filosofia*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VIELLARD-BARRON, Jean-Louis. *Compreender Bergson*. Petrópolis: Vozes, 2007. (Série Compreender).
- WORMS, Frédéric. *Bergson ou os dois sentidos da vida*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010.
- _____. *Introduction à Matière et Mémoire*. Paris: PUF, 1997.
- _____. *La philosophie em France au XX^e siècle*. França: Gallimard, 2009.
- _____. *Le vocabulaire de Bergson*. Paris: Ellipses, 2000. (Coleção *Le Vocabulaire de...*).
- WUNDT, Wilhelm. *Principles of Physiological Psychology*. 2.ed. New York: The Macmillan CO, 1910. (prefácio e introdução). Disponível em: <<https://archive.org/details/principlesofphys00wundiala>>. Acesso em: 14/08/2015.
- ZUNINO, Pablo Enrique Abraham. *Bergson e a metafísica da ação*. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2012.